



# ORÇAMENTO DO ESTADO 2023

---

SUSTENTÁVEL E RESILIENTE

# ANEXO INFORMATIVO



## ÍNDICE GERAL

<b>1. ENQUADRAMENTO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. DIAGNÓSTICO DA CONJUNTURA ECONÓMICA E PERSPECTIVAS.....</b>	<b>7</b>
2.1. Evolução Recente.....	7
2.1.1. Economia Internacional.....	7
2.1.2. Economia Nacional.....	11
2.2. Cenário Macroeconómico 2023.....	16
2.2.1. Economia Internacional.....	16
2.2.2. Economia Nacional.....	17
<b>3. RECEITAS E DESPESAS – EVOLUÇÃO RECENTE E PROJEÇÕES.....</b>	<b>23</b>
3.1. Evolução Recente das Finanças Públicas.....	23
3.1.1. Apreciação Global.....	23
3.1.2. Receitas do Estado.....	24
3.1.3. Despesas Totais.....	25
3.1.4. Financiamento vs Dívida Pública.....	27
3.2. Evolução e Projeções das Receitas e Despesas.....	28
3.2.1. Receitas Totais.....	28
3.2.1.1. Impostos.....	28
3.2.1.1.1. Imposto sobre o Rendimento (IR).....	29
3.2.1.1.2. Outros Impostos sobre Rendimentos (OIR).....	30
3.2.1.1.3. Impostos sobre Bens e Serviços (IBS).....	30
3.2.1.1.4. Impostos sobre Transações Internacionais (ITI).....	31
3.2.1.1.5. Outros Impostos.....	31
3.2.1.2. Donativos e Transferências.....	31
3.2.1.2.1. Donativos Diretos.....	32
3.2.1.2.2. Ajuda Orçamental Donativos.....	34
3.2.1.3. Outras Receitas.....	35
3.2.1.4. Vendas de Ativos Não Financeiros.....	36
3.2.2. Despesas Totais e Ativos Não Financeiros.....	36
3.2.2.1. Por Classificação Económica.....	36
3.2.2.1.1. Despesas Correntes incluindo Transferências de Capital.....	37
3.2.2.1.1.1. Despesa com Pessoal.....	38
3.2.2.1.1.1.1. Aquisição de Bens e Serviços.....	41



3.2.2.1.1.2.	Juros e Outros Encargos .....	42
3.2.2.1.1.3.	Subsídios.....	43
3.2.2.1.1.4.	Transferências Correntes .....	43
3.2.2.1.1.5.	Benefícios Sociais .....	44
3.2.2.1.1.6.	Outras Despesas .....	44
3.2.2.1.2.	Ativos não Financeiros.....	44
3.2.2.2.	Despesas Totais por Tipo de Financiamento .....	46
3.2.2.3.	Classificação Funcional.....	48
<b>4.</b>	<b>RECEITAS CONSIGNADAS E RESPECTIVAS CONTRAPARTIDAS EM DESPESAS .....</b>	<b>56</b>
<b>5.</b>	<b>DÍVIDA PÚBLICA E PASSIVOS CONTINGENTES.....</b>	<b>57</b>
5.1.	Dívida Pública.....	57
5.1.1.	Dívida Interna.....	58
5.1.2.	Dívida Externa.....	59
5.1.3.	Programação/Financiamento para 2023 .....	61
5.1.4.	Empréstimos de Retrocessão .....	62
5.1.5.	Avales e Garantias .....	62
<b>6.</b>	<b>MAPAS DAS PREVISÕES DE ACRESCIMOS DE DESPESA COM O PESSOAL E ENCARGOS PREVISIONAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>7.</b>	<b>OPERAÇÕES DE TESOURARIA E CONTAS DO TESOURO.....</b>	<b>66</b>
<b>8.</b>	<b>SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS.....</b>	<b>67</b>
<b>9.</b>	<b>SITUAÇÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL.....</b>	<b>70</b>
<b>10.</b>	<b>BENEFÍCIOS FISCAIS E ESTIMATIVA DA RECEITA CESSANTE .....</b>	<b>71</b>
<b>11.</b>	<b>DECLARAÇÃO DE RISCOS .....</b>	<b>88</b>



## ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do Crescimento Económico Mundial .....	7
Gráfico 2 – Evolução Mensal das Taxas de Inflação e de Desemprego – EUA, EA e UK..	10
Gráfico 3 – Evolução Mensal dos Preços de Commodities.....	10
Gráfico 4 – Contributo para o Crescimento do PIB Real: ótica da Oferta .....	11
Gráfico 5 – Contributo para o Crescimento do PIB Real: Ótica da Demanda .....	13
Gráfico 6 – Evolução das Taxas de Inflação .....	14
Gráfico 7 – Evolução da Balança de Pagamentos .....	15
Gráfico 8 – Evolução da Procura Turística.....	18
Gráfico 9 – Evolução da Taxa de Crescimento do PIB .....	19
Gráfico 10 – Evolução da Taxa de Inflação.....	19
Gráfico 11 – Evolução das Contas Externas (Balanço de Pagamentos).....	20
Gráfico 12 – Evolução do Défice e da Dívida Pública, em % PIB.....	21
Gráfico 13 – Evolução do setor monetário.....	21
Gráfico 14 – Saldos em % do PIB .....	24
Gráfico 15 – Evolução da Dívida em % do PIB.....	57
Gráfico 16 – Característica da Dívida Externa .....	59
Gráfico 17 – Dívida Externa por Moeda de Contratação.....	60
Gráfico 18 – Evolução do Serviço da Dívida .....	60
Gráfico 19 – Recursos Mobilizados em 2023 .....	61
Gráfico 20 – Variação de receitas cessantes no período 2019 a 2021.....	72
Gráfico 21 – Variação de receitas cessantes no período 2019 a 2021.....	74
Gráfico 22 – Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Concelho – 2021 .....	77
Gráfico 23 – Variação de receitas cessantes no período 2019 a 2021.....	78
Gráfico 24 – Despesa Fiscal a nível de impostos de natureza aduaneira – 2021.....	80
Gráfico 25 – Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por Setor de Atividade - 2021 .....	82
Gráfico 24 – Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por Casa Fiscal – 2021.....	84



## ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela 1 – Enquadramento internacional – principais hipóteses .....	17
Tabela 2 – Principais Indicadores Orçamentais .....	23
Tabela 3 – Evolução das Receitas Fiscais .....	29
Tabela 4 – Evolução Donativos Diretos por Financiador .....	33
Tabela 5 – Evolução e Projeções das Outras Receita .....	35
Tabela 6 – Evolução das Despesas.....	37
Tabela 7 – Implementação dos PCCS entre 2016 e 2023 .....	40
Tabela 8 – Evolução das Despesas por Tipo de Financiamento.....	47
Tabela 9 – Evolução da Ajuda Orçamental.....	48
Tabela 10 – Evolução da Despesa por Função do Estado .....	54
Tabela 11 – Principais Indicadores de Dívida .....	58
Tabela 12 – Empréstimos de Retrocessão .....	62
Tabela 13 – Stock Avals e Garantias .....	63
Tabela 14 – Avals e Garantias para 2022 .....	64
Tabela 15 – Variação da receita cessante no período 2019 a 2021.....	71
Tabela 16 – Despesa Fiscal - DGCI, 2019 a 2021 .....	72
Tabela 17 – Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Modalidade de BF .....	73
Tabela 18 – Despesa Fiscal em sede de IRPC, por Setor de Atividade.....	75
Tabela 19 – Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Concelho – Ano 2021.....	76
Tabela 20 – Despesa Fiscal em sede de IVA Interno, por Modalidade de BF.....	77
Tabela 21 – Despesa Fiscal em sede de IVA Interno, por Modalidade de BF.....	79
Tabela 22 – Despesa Fiscal de natureza aduaneira, por setor de atividade .....	80
Tabela 23 – Despesa Fiscal de natureza aduaneira, por Casa Fiscal.....	83
Tabela 24 – Estimativa da Receita Cessante da DGCI para o Ano Económico 2023 .....	85
Tabela 25 – Estimativa da Receita Cessante da DGA para o Ano Económico 2023.....	85
Tabela 26 – Estimativa da Receita Cessante DGCI e DGA para o Ano Económico de 2023 .....	86

## 1. ENQUADRAMENTO

1. O OE 2023 é elaborado à luz da Lei de Bases do OE (LBOE), Lei n.º 55/XI/2019, de 1 de julho, nos termos previstos no artigo 97º, conjugado com o artigo 98º, ambos do referido diploma. Diploma este que determina os conteúdos e estrutura do OE, designadamente: o articulado da proposta de Lei, os anexos informativos, os mapas orçamentais e as fichas de programas.
2. O presente documento tem como objetivo apresentar de uma forma clara e transparente os conteúdos exigidos aos anexos informativos, em complemento ao Relatório de Enquadramento do OE 2023, que, em conjunto com os mapas orçamentais, acompanham a Proposta de Lei do OE 2023.
3. A estrutura do presente documento atende ao estipulado nos artigos 36º e 37º da LBOE, não constando do mesmo:
  - (i) As prioridades e metas principais da política de investimento (alínea b) do n.º 1 do artigo 36º), sendo que as políticas e as prioridades deverão ser consultadas no Relatório de Enquadramento e as metas na ficha dos programas, para além das metas anuais apresentadas no Relatório no âmbito do orçamento programa;
  - (ii) Devido à dimensão dos ficheiros, os a seguir serão apresentados e submetidos apenas em formato digital:
    - Mapas dos efetivos, com a classificação económica, a situação funcional dos funcionários e servidores públicos, bem como pessoal reformado e pensionistas (alínea g) do n.º 1 do artigo 36º, conjugado com o artigo 37º);
    - Fichas dos programas (alínea d) do artigo 34º); e
    - Estudo Atuarial dos regimes gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social (artigo 46º).

## 2. DIAGNÓSTICO DA CONJUNTURA ECONÓMICA E PERSPECTIVAS

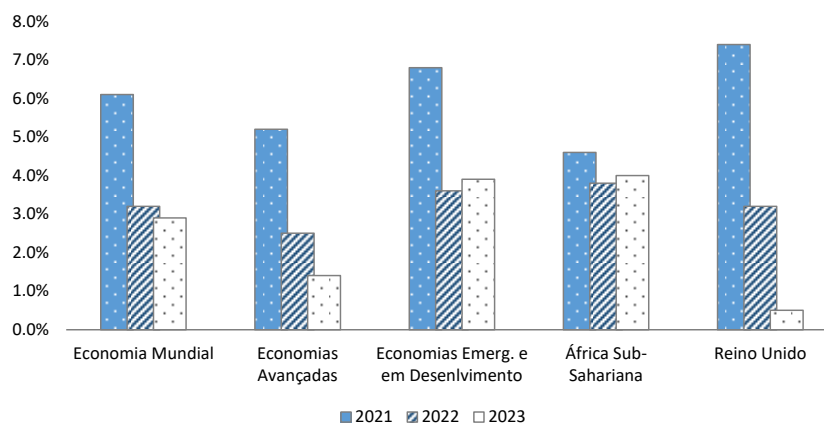
(Alínea a) do n.º 1 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

### 2.1. Evolução Recente

#### 2.1.1. Economia Internacional

4. O ano de 2021 ficou marcado pela recuperação da economia mundial, após contração histórica registado em 2020, derivado da pandemia da covid-19. Segundo as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB mundial cresceu cerca de 6,1% em 2021 (+9,4 p.p. face ao ano anterior), tendo as economias avançadas, dos quais Cabo Verde tem estreitas relações comerciais, crescido 5,2% destacando os crescimentos da Zona Euro (+5,4%), Estados Unidos (+5,7%) e Reino Unido (+7,4%). As economias emergentes e em desenvolvimento cresceram 6,8%, tendo a Região da África Subsaariana crescido 4,5%. Os níveis de inflação aceleraram no período, em reflexo ao aumento na demanda global, devido à redução das restrições globais da pandemia, bem como os efeitos dos preços de *commodities* (mercadorias) no mercado internacional. De acordo com os dados do Banco Mundial, o preço do *Brent* oscilou entre 69,9 USD e 123,4 USD/barril ao longo do ano, afetando os custos de produção e a renda disponível das famílias numa escala global.

Gráfico 1 – Evolução do Crescimento Económico Mundial



Fonte: WEO, julho 2022.

5. O 1º semestre de 2022 ficou marcado pela tensão geopolítica entre Rússia e Ucrânia, conjugada com a disseminação da nova variante do vírus (Ómicron), o que agravou a tendência de subida de preços dos commodities energéticos e alimentos nos mercados

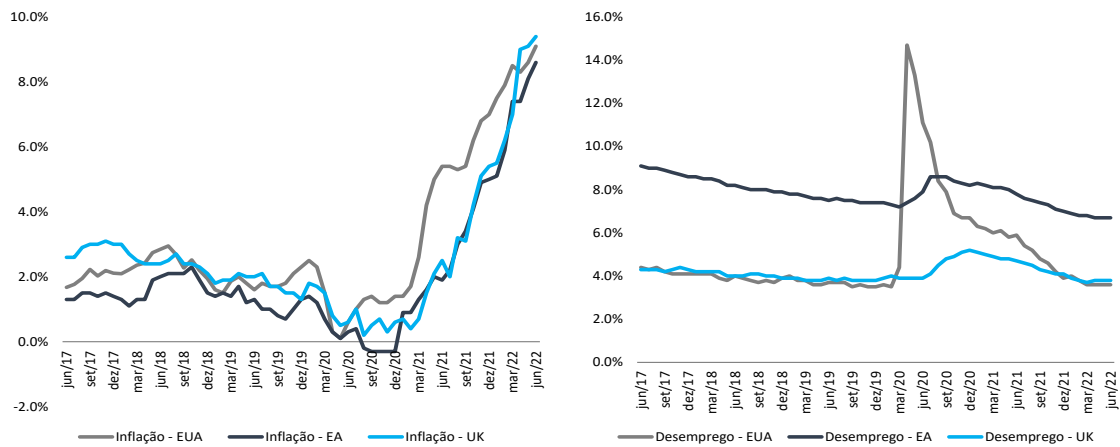
internacionais, impactando diretamente os preços de produtos alimentares e transporte em Cabo Verde, contribuindo para deterioração do poder de compra das famílias mais pobres e setores mais vulneráveis (setor informal).

6. Na Zona Euro, a dinâmica da atividade económica desacelerou no 1º semestre (+4,8%), quando comparado com o período homólogo (+6.5%), refletindo a retoma, ainda que gradual, do setor do turismo após o levantamento das restrições ligadas à pandemia, pese embora às adversidades (nomeadamente a guerra na Ucrânia). As principais economias da região continuaram o seu processo de recuperação, embora num ritmo mais lento devido a perda do poder de compra das famílias, corroído pela inflação.
7. Os sucessivos aumentos nos preços dos insumos impactaram negativamente os custos de produção na Zona Euro, condicionado pelas perturbações persistentes dentro das cadeias de abastecimento, elevando o nível de preços na região, tendo a taxa média de inflação aumentado para valores record, 7,1% (+5,7 pontos percentuais em face ao período homólogo) no 1º semestre de 2022, cenário que reflete diretamente nos custos de importação para Cabo Verde, visto que a europa representou cerca de 68% do total das exportações no primeiro semestre. O mercado de trabalho registou melhorias, tendo a taxa de desemprego reduzido 1,3 pontos percentuais face ao período homólogo (8,1%).
8. Em resposta, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE), na sua reunião de 21 de julho de 2022, decidiu aumentar as taxas de juro diretora em 50 pontos base. Nesse sentido, as taxas de juro aplicáveis às operações de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito em 0,50%, 0,75% e 0,00%, respetivamente. Na última reunião, de 8 de setembro de 2022, a política monetária, com a deliberação do comité, tornou-se ainda mais restritiva, com a taxa diretora a aumentar mais 75 pontos base. De referir que desde 2011, esta é a primeira vez que a taxa diretora do BCE ultrapassou o limiar de 1%, o que dificulta o custo dos financiamentos.
9. Nos Estados Unidos da América, os dados do *Bureau of Economic Analysis* (BEA) (Departamento de Análises Económicas) apontam para a desaceleração do ritmo de crescimento da economia no primeiro semestre de 2022 (+2,6%), reflexo da perda do poder de compra das famílias, de uma política monetária mais restritiva e dos cortes nos programas de apoio emergencial adotadas pelo governo durante a pandemia. Tal desempenho refletiu a desaceleração do consumo privado (+3,2%, ante +9.2% no período homólogo), do investimento privado (+10,2%, ante +12,0% no período homólogo) e dos gastos do governo (-1,7%, ante 0,6% no período homólogo).



10. No mercado de trabalho, denota-se que os ganhos de emprego foram robustos nos primeiros meses de 2022, tendo a taxa de desemprego permanecido baixa (3,7%, ante 6,1% no período homólogo). Já a taxa de inflação, por sua vez, permaneceu elevada (+8,3%) no período, refletindo desequilíbrios a nível de oferta e demanda por bens e serviços, bem como os efeitos da pandemia e de preços mais altos de energia, conduzindo a uma maior pressão sobre os preços internos (a inflação em junho foi de 9,1%, maior taxa dos últimos 41 anos).
11. Nesse cenário, o Comité de Política Monetária do FED, na sua reunião de 15 de junho de 2022, aumentou a taxa dos fundos federais para o intervalo entre 0,5% e 0,75%, prevendo ainda aumentar a taxa mais vezes durante o ano. Na deliberação de 21 de setembro de 2022, o aumento na taxa de juro foi ainda mais intenso, +0,75 pontos percentuais, fixando-se num intervalo de 3,0% e 3,25%, o que pode vir a provocar uma resposta por parte do BCE, influenciando por sua vez, a pressão no mercado monetário cabo-verdiano. Esse aumento deverá afetar o câmbio e preços no mercado global, impactando diretamente nos níveis de investimento, sobretudo nos mercados financeiros.
12. No Reino Unido, as estimativas apontam para a redução na dinâmica da atividade económica no 1º semestre de 2022, comparativamente ao período homólogo. De acordo com os dados da *Office for National Statistics – ONS (Instituto Nacional de Estatísticas)*, o PIB cresceu 5,8% no período (ante, 8,2% no período homólogo), devido, por um lado, ao forte impacto do aumento de preços das *commodities* (combustíveis e alimentos) que, por sua vez, contribuiu para a redução da demanda interna via redução do poder de compra das famílias. Por outro lado, as pressões inflacionistas intensificaram significativamente, levando a taxa de inflação a aumentar para 9,4% em junho de 2022 (+7,7% no 1º semestre de 2022, ante 1,3% no período homólogo). Esse aumento ultrapassa a meta estipulada pelo Banco de Inglaterra (BoE). Nesse sentido, o Comité de Política Monetária do BoE, na reunião de 15 de junho, decidiu subir as taxas de juro de referência de 0,25% para 1,25% (+1 p.p.). No mercado de trabalho, a taxa de empregabilidade aumentou 0,8 p.p., em face ao período homólogo, e a taxa de desemprego diminuiu para 3,8% no período (ante, 4,9% no período homólogo), podendo impactar positivamente o turismo nacional, visto que historicamente o país figura-se como um dos principais emissores de turistas para Cabo Verde.

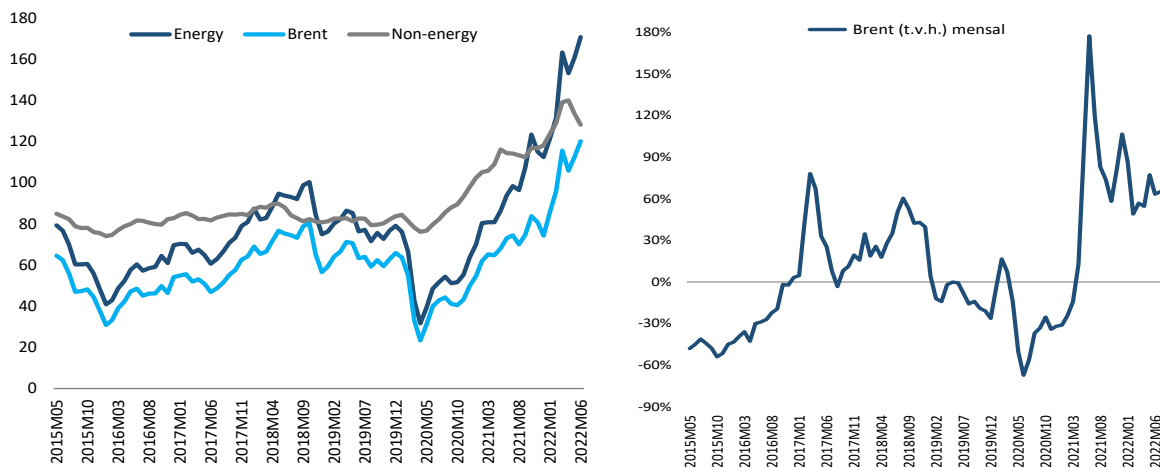
Gráfico 2 – Evolução Mensal das Taxas de Inflação e de Desemprego – EUA, EA e UK



Fonte: Eurostat; US Department of Labor; Officer for National Statistic;

13. As pressões inflacionistas verificadas no mercado mundial continuam a refletir no aumento dos custos de matérias-primas, sobretudo no setor empresarial, impactando os preços de bens e serviços. De acordo com os dados do Banco Mundial, o índice de preços dos produtos energéticos e não energéticos aumentaram 83,0% e 21,6%, respectivamente, no 1º semestre de 2022, em face ao período homólogo. Esse aumento reflete também no aumento de preços internos, obrigando os Bancos Centrais de diferentes países a adotarem uma política cada vez mais restritiva. E nesse cenário, as condições de acesso ao financiamento no mercado fica mais restrito e seletivo.

Gráfico 3 – Evolução Mensal dos Preços de Commodities



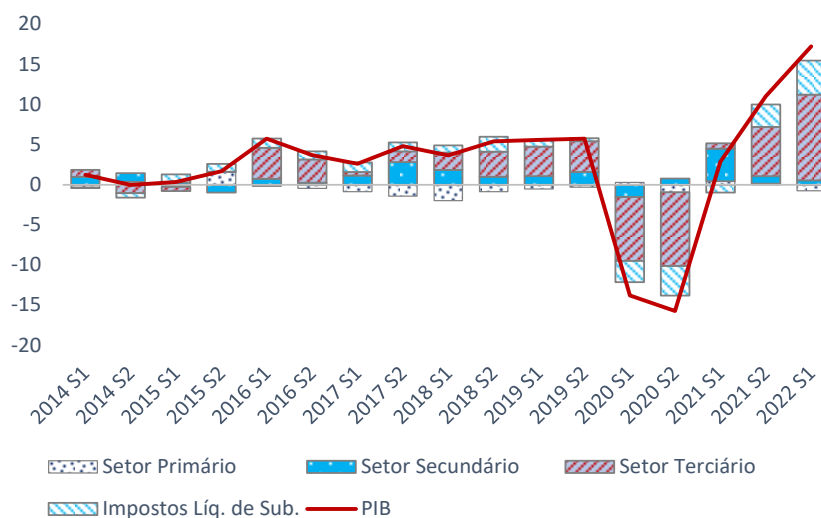
Fonte: World Bank (setembro de 2022).

14. No período, o preço do Brent aumentou para 105,9 USD/barril (ante 64,6 USD/barril, no período homólogo), valor mais alto registrado nos últimos 8 anos. Vale ressaltar que esse aumento se deve, por um lado, aos efeitos da pandemia que estrangulou a oferta global de *commodities devido ao confinamento* e, por outro lado, à guerra na Ucrânia que veio agravar ainda mais a situação, provocando um choque na logística e escassez.
15. No grupo dos produtos não energéticos, destaca-se o aumento considerável de preços dos produtos agrícolas (+21,0%), tendo o índice de preços de alimentos aumentado 25,6%, e fertilizantes 116,3%, com efeitos negativos nos custos de produção das firmas agrícolas.

### 2.1.2. Economia Nacional

16. A economia nacional continua com a trajetória de recuperação iniciada já em 2021 (+7,0% ante -14,8% em 2020), embora acompanhada pela escalada de preços no mercado internacional, particularmente dos bens energéticos e alimentares. No 1º semestre de 2022, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), a atividade económica cresceu 17,2% (ante, 2,9% no trimestre homólogo).

Gráfico 4 – Contributo para o Crescimento do PIB Real: ótica da Oferta



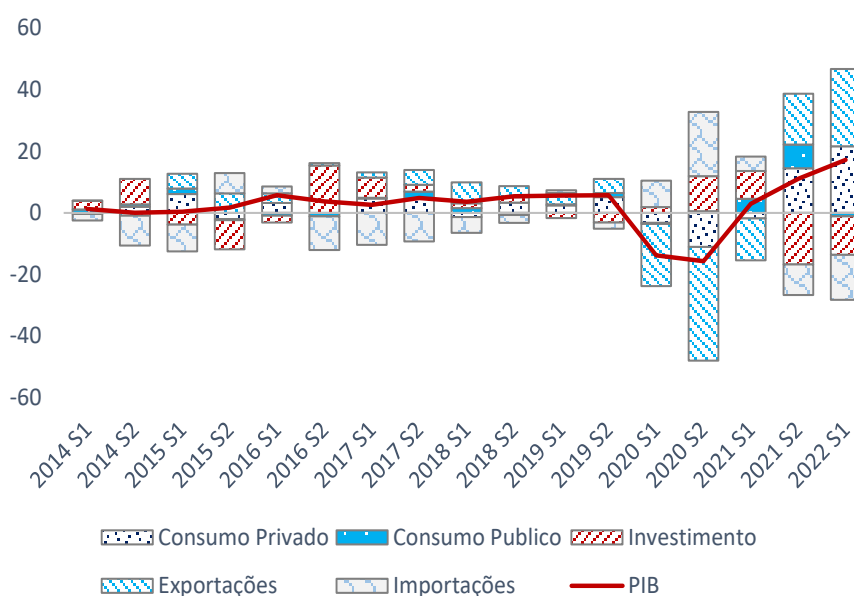
Fonte: INE.

17. Do lado da oferta agregada, esse resultado advém principalmente dos contributos do setor terciário e secundário, derivado sobretudo dos estímulos à recuperação da atividade e do efeito base.

18. O setor terciário cresceu 17,8% no período (contributo de +10,7 p.p., para o crescimento), devido as performances positivas dos ramos do Alojamento e Restauração (+1.112,6%) e Transportes (+15,8%), com a retoma da atividade turística no país, do Comércio (+39,1%), dado ao aumento de preços dos bens e serviços, das Telecomunicações e Correios (+10,7%), da Imobiliária e Outros Serviços (+9,4%), Serviços às Empresas (+8,3%), Serviços Financeiros (+4,3%) e da Administração Pública (+3,8%), refletindo a implementação, por parte do Executivo, das medidas de mitigação dos impactos do Covid-19, da guerra e da crise climática.
19. O setor secundário, cresceu 2,4% (contributo de 0,6 p.p., para o crescimento) face ao período homólogo, derivado do desempenho positivo dos subsetores das Indústrias Transformadoras (+13,0%) e da Eletricidade e Água (+12,9%), apesar da queda persistente da atividade da Construção Civil (-6,9%). Refletindo o efeito da seca, o setor primário caiu 10,1% (contributo de -0,8 p.p., para o crescimento), nomeadamente dos subsetores da Agricultura (-8,4%), das Pescas (-31,0%) e das Indústrias Extrativas (-9,0%).
- 20.
21. De referir que tanto a nível da implementação das medidas políticas para mitigação dos efeitos da pandemia, como também das medidas da mitigação dos efeitos da guerra na Ucrânia, os resultados mostraram-se manifestamente positivos na dinamização da Economia.
22. Os Impostos Líquidos de Subsídios aumentaram 36,8% (contributo de 4,2 p.p.) no período, refletindo a melhoria de arrecadação dos impostos, sobretudo pelo efeito base e pela melhoria na gestão da administração fiscal, especialmente nos principais centros fiscais, nomeadamente, Santiago, Sal, Boavista e São Vicente.
23. Do lado da demanda agregada, esse crescimento deriva do desempenho positivo das exportações e das despesas de consumo final. Sendo que:
- As exportações de bens e serviços aumentaram 130,4% (contributo de 25,2 p.p., para o crescimento) face ao período homólogo, nomeadamente do peixe enlatado (+19,8%), do vestuário (+36,3), das viagens de turismo (+679,9%) e dos serviços de transporte aéreo (+462,8%).
  - As despesas de consumo final cresceram 23,3% (contributo de 20,3 p.p., para o crescimento), resultante, de um lado, dos programas implementados pelo Governo para mitigar os efeitos pandemia e do aumento de preços dos bens básicos e alimentares no rendimento das famílias e nos custos das empresas e, de outro, da trajetória do consumo privado.

- Os investimentos (-25,5%) continuaram com a trajetória de queda registada no semestre anterior (-31,2%), refletindo a retração produção no setor da construção em particular, e a redução das importações de bens de capital (-27,8%) que apoiam os principais setores.
- As importações cresceram 26,0% no período (contributo de -14,6 p.p., para o crescimento), particularmente dos bens de consumo (+33,3%), dos bens intermédios (+14,6%) e dos combustíveis (+93,0%), beneficiando a arrecadação fiscal.

Gráfico 5 – Contributo para o Crescimento do PIB Real: Ótica da Demanda

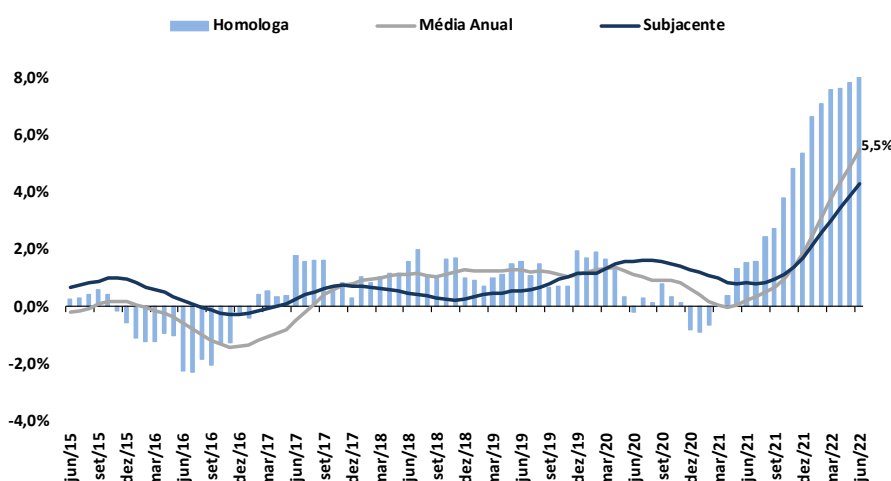


Fonte: INE.

24. Para o 2º trimestre de 2021, os indicadores de conjuntura apontam para o contínuo crescimento da atividade económica. O ritmo de crescimento económico manteve a tendência ascendente do último trimestre, revelando que o clima de negócios é mais favorável. Essas expectativas são materializadas no aumento do consumo da energia elétrica e movimentos de passageiros nos aeroportos do país, embora a níveis inferiores ao período pré-pandemia.
25. Relativamente à dinâmica dos preços internos, dados do INE apontam que as pressões inflacionistas permaneceram elevadas. A inflação média anual foi de 5,5% (ante 0,2% no período homólogo), acelerou para o valor mais alto dos últimos 13 anos, derivado fundamentalmente do comportamento dos preços internacionais dos bens energéticos e dos bens alimentares no mercado internacional. As classes de bens e serviços que contribuíram positivamente para essa trajetória são: Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas

(+3,7 p.p), Transportes (+1,1 p.p), Bens Energéticos (+0,5 p.p), Vestuário e Calçado (+0,4 p.p), Acessórios, Equipamentos Domésticos e Manutenção da Habitação (+0,3 p.p), Saúde (+0,1 p.p), Lazer, Recreação e Cultura (+0,1 p.p) e Comunicações (+0,01 p.p). Os preços das restantes classes de bens que compõem o cabaz permaneceram estáveis no período. A inflação subjacente se situou em 4,3%, refletindo a pressão da demanda nos preços.

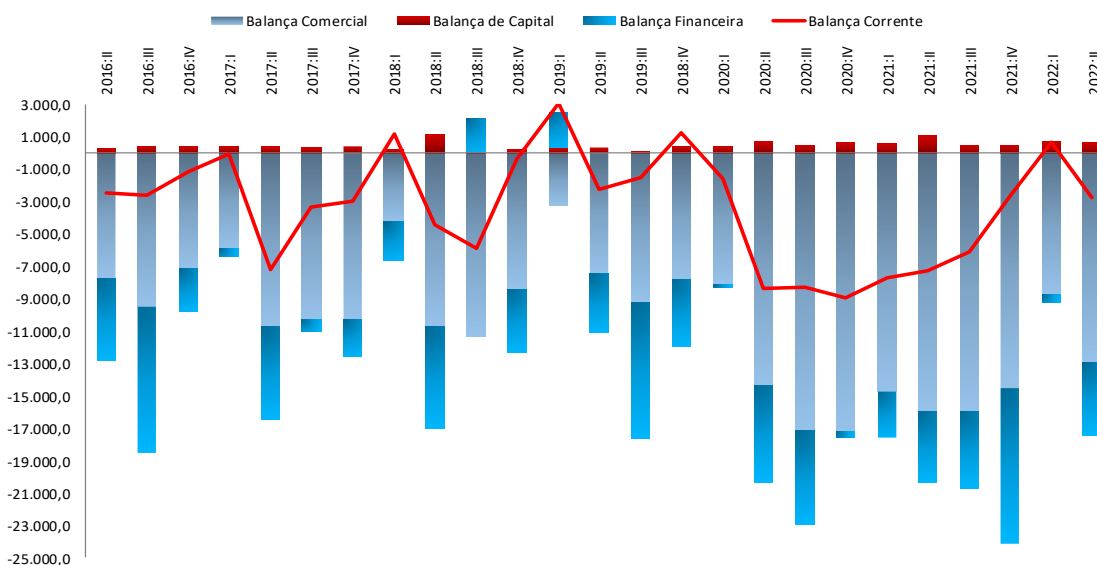
Gráfico 6 – Evolução das Taxas de Inflação



Fonte: INE.

26. De acordo com os dados do Banco Central (BCV), no 1º semestre de 2022, a posição externa de Cabo Verde apresentou melhorias, não obstante os impactos da crise pandémica e da crise externa no balanço de pagamentos. A balança de transações correntes apresentou um défice de cerca de 2.121,1 milhões de CVE (-14.935,1 no período homólogo).
27. Esse resultado deve-se aos aumentos registados na Balança Comercial de Bens (+29,4%), Balança de Rendimentos (+36,2%) e Transferências Correntes (+17,6%). O desempenho favorável das exportações de bens e serviços (+144,1%) nesse período resulta dos aumentos alcançados nas Viagens de Turismo (+679,9%), nos Serviços de Transporte Aéreo (+462,8%), no Peixe Enlatado (+19,8%), no Vestuário (+36,3%) e no Calçado (+9,5%). As Importações de Bens e Serviços cresceram 32,0% em face ao período homólogo.

Gráfico 7 – Evolução da Balança de Pagamentos



Fonte: Banco de Cabo Verde (setembro de 2022).

28. A balança financeira apresentou um défice de cerca de 4.480 milhões de CVE, tendo os Investimentos Diretos Estrangeiros registado um aumento de 5,7%, em face ao período homólogo, refletindo sobretudo o efeito base e a maturação de investimentos no setor turístico e imobiliária turística, nas ilhas de Santiago, de São Vicente, da Boavista e do Sal. As remessas dos emigrantes por sua vez cresceram 29,6%, refletindo, possivelmente, a solidariedade dos emigrantes para com os familiares. As reservas internacionais líquidas, permitiram garantir 5,5 meses das necessidades de importações, portanto, acima do *threshold* mínimo recomendado pela literatura. Num contexto em que as expectativas de evolução da inflação e das contas externas não sugeriam um risco para a estabilidade nominal e não constituíam uma ameaça ao regime cambial do país, a política monetária manteve-se excecionalmente acomodatória neste período.
29. Referente às finanças públicas tem-se que, até junho de 2022, o saldo global das Contas Públicas do Governo Central foi negativo em 4.397,0 milhões de CVE (-2,1% do PIB projetado), dado as medidas implementadas pelo Executivo, para mitigar os efeitos socioeconómicos da pandemia, da crise inflacionária e da guerra. O saldo corrente primário atingiu o montante de -605,0 milhões de CVE, equivalendo a um défice de 0,3% do PIB (-5.593,6 milhões de CVE no período homólogo).

30. O *stock* da dívida pública, excluindo os TRMC (Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital), atingiu o montante de 293.475,5 milhões de CVE, aumentando para 137,2% do PIB projetado (+ 0,9 p.p. acima do valor registado em junho de 2021), devido a contratação de novos financiamentos para fazer face às três crises em simultâneo que o país enfrenta. Analisando a estrutura da dívida, constata-se que o *stock* da dívida interna atingiu 90.866,6 milhões de CVE (42,5%) e o *stock* da dívida externa 202.608,9 milhões de CVE (94,7%).
31. Quanto ao sector monetário e financeiro, nos primeiros seis meses do ano, os dados provisórios do BCV indicam que a massa monetária aumentou 4,6% em relação ao período homólogo. O crédito à economia registou um crescimento de 5,2%, tendo particularmente o crédito ao setor privado crescido 4,4%, explicado pela dinâmica da linha de crédito covid-19, bem como pelos efeitos das moratórias, podendo afetar positivamente a dinâmica dos investimentos e, conseqüentemente, a geração de empregos. As reservas internacionais líquidas cresceram 19,9%, em face ao período homólogo, garantindo 5,5 meses de importação.

## 2.2. Cenário Macroeconómico 2023

### 2.2.1. Economia Internacional

32. As perspetivas para o crescimento económico mundial entre 2022 e 2023 são positivas, pese embora num ritmo mais lento devido a diversos fatores condicionantes da atividade económica, nomeadamente as tensões geopolíticas e os seus efeitos nas cadeias de abastecimentos globais. De acordo com as projeções do FMI, a economia mundial deverá crescer cerca de 3,2% em 2022 e 2,9% em 2023, conforme a Tabela 1. Espera-se ainda que, no médio prazo, devido as elevadas incertezas, o mercado de trabalho enfraqueça na sequência do abrandamento da atividade económica global, embora permaneça resiliente nas economias avançadas.
33. No que toca à inflação mundial denota-se que as recentes pressões sobre os preços refletem, maioritariamente, os desequilíbrios temporários entre oferta e demanda global. Na Zona Euro, a perspetiva é de estabilização dos preços, para níveis pré-crise, apenas nos finais de 2024. O alto nível de preços esperado para os próximos dois anos, para a economia mundial, deverá refletir os níveis de preços das *commodities* energéticas e de produtos alimentares, considerando a ausência de choques adicionais.



Tabela 1 – Enquadramento internacional – principais hipóteses

	2021	2022	2023
<b>Economia Mundial</b>	<b>6.1</b>	<b>3.2</b>	<b>2.9</b>
<b>Economias Avançadas</b>	<b>5.2</b>	<b>2.5</b>	<b>1.4</b>
EUA	5.7	2.3	1.0
Zona Euro	5.4	2.6	1.2
Reino Unido	7.4	3.2	0.5
<b>Economias Emergentes e em Desenvolvimento</b>	<b>6.8</b>	<b>3.6</b>	<b>3.9</b>
China	8.1	3.3	4.6
África Sub-Sahariana	4.6	3.8	4.0
<b>Preço do Petróleo Bente (USD/bbl)</b>	<b>71.1</b>	<b>105.8</b>	<b>93.4</b>
<b>Taxa de Juro Curto Prazo (média anual, %)</b>	<b>-0.5</b>	<b>0.0</b>	<b>1.3</b>
<b>Taxa de Câmbio USD/EUR (média anual)</b>	<b>1.18</b>	<b>1.07</b>	<b>1.05</b>

Fonte: European Central Bank (BCE) - jun2022, FMI - jul2022.

34. Nesse cenário de instabilidade, perspetiva-se ainda uma desaceleração dos preços futuros de energéticos (destacando o preço do *Brent*) e da taxa de câmbio (*USD/EUR*) – desvalorização do euro perante o dólar. As taxas de juro (*EURIBOR*) deverão aumentar significativamente em 2023, conforme a Tabela 1. E isso, encarece os investimentos, refletindo na redução na atividade económica e preços. Vale frisar que esse aumento deverá modificar a escolha intertemporais de consumo e poupanças, tornando o custo de oportunidade do consumo presente mais caro. Pese embora esse cenário, espera-se que os bancos centrais deverão conduzir as suas políticas monetárias no sentido de moldar as expectativas de inflação, mediando o acarretamento do custo de *funding* (financiamento).
35. Nesse cenário adverso, a política económica nacional deverá ser direcionada para a mitigação dos choques de preços no sentido de proteger o poder de compra das famílias, sobretudo as mais vulneráveis e as empresas.

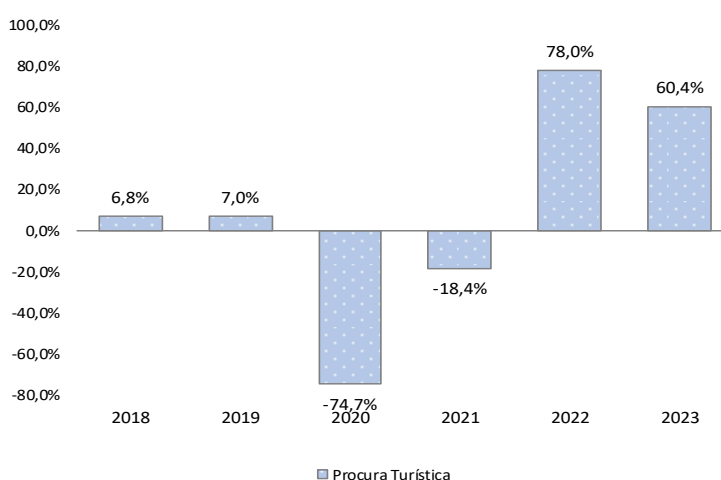
### 2.2.2. Economia Nacional

36. Internamente, pese embora o contexto externo adverso, dominada pela guerra e pela crise inflacionária, os dados de conjuntura económica do INE mostram que o ritmo de crescimento económico continua a acelerar no 2º trimestre de 2022, revelando um clima de negócios favorável. Esse diagnóstico resultou, em termos homólogos, da síntese das apreciações transmitidas pelos empresários do turismo, da indústria transformadora, do comércio em estabelecimentos e dos transportes e serviços auxiliares aos transportes, não obstante a apreciação negativa apresentada pelos empresários do setor da construção e do

comércio em feira. Os fatores como a rotura de *stock*, a falta de matérias-primas e as dificuldades financeiras constituem os principais entraves para os negócios.

37. O sucesso no controle da pandemia do covid-19 impulsionou a retoma do turismo, tendo a procura turística e as dormidas aumentado 818,9% e 1.298,6%, respetivamente, na primeira metade do ano, refletindo o efeito base e o levantamento das restrições, principalmente nos países emissores de turistas. Pese embora, um desempenho excelente considerando o contexto, o número de turistas no período representa 75,4% do registado no período pré-pandemia, com o Reino Unido a continuar a ser o maior emissor de turismo, apesar de alguma diversificação da oferta junto dos países do Centro e Leste Europeu. Nesse sentido espera-se que a procura turística cresça 78,0% em 2022 e 60,4% em 2023.

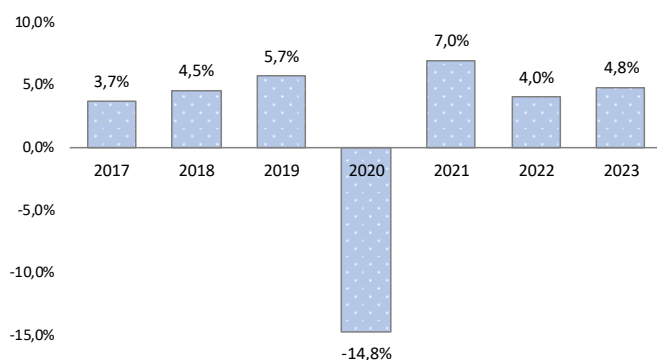
Gráfico 8 – Evolução da Procura Turística



Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial (MFFE)

38. A dinâmica económica nacional está fortemente condicionada pela crise geopolítica derivada da guerra entre a Ucrânia e a Rússia. Nesse sentido, a expectativa é do PIB real crescer 4,0% em 2022, ante uma projeção de até 6,5%, derivada de uma perspetiva de recuperação do setor do turismo menor do que num cenário sem esse conflito, bem como da redução da procura interna em função do aumento nos preços. Para 2023, espera-se que com maior dinâmica do turismo, e o efeito contágio para os demais setores, o PIB cresça cerca de 4,8%.

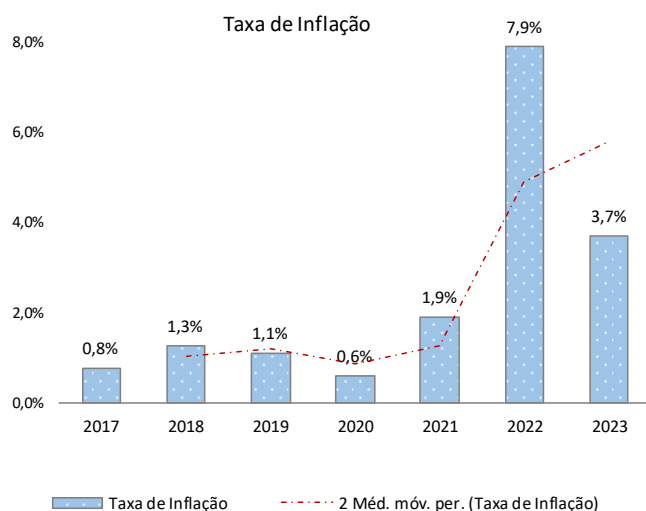
Gráfico 9 – Evolução da Taxa de Crescimento do PIB



Fonte: MFFE

39. Os níveis de preços deverão permanecer elevados, acelerando de 1,9% em 2021 para 7,9% em 2022. Já para 2023, espera-se que reduza para 4%, refletindo a redução da inflação importada dos principais parceiros comerciais de Cabo Verde. As classes de bens e serviços com mais intensidade no crescimento dos preços, em 2022, são os Produtos Alimentares e as Bebidas Não Alcoólicas (sendo um risco para a segurança alimentar, sobretudo para as famílias de menor rendimento), a Habitação, a Água, a Eletricidade, o Gás e os Outros Combustíveis e os Transportes, derivado sobretudo dos efeitos da inflação importada. Nesta senda, o poder de compra dos agentes económicos, sobretudo dos mais vulneráveis, será altamente afetado, o que pode exigir uma maior intervenção do Estado para garantir o equilíbrio social.

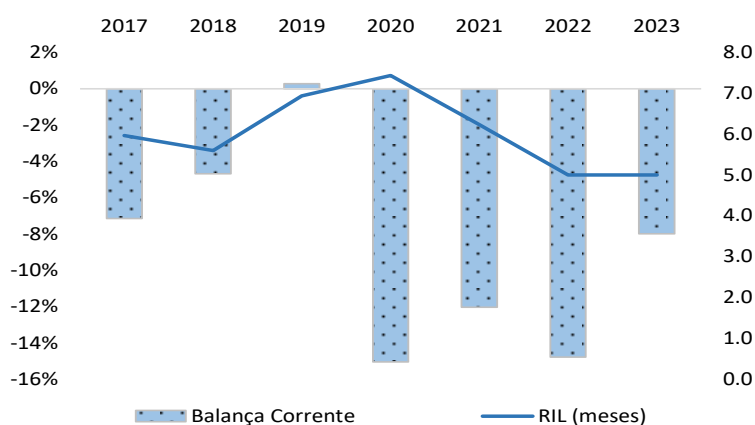
Gráfico 10 – Evolução da Taxa de Inflação



Fonte: MFFE (projeções)

40. As contas externas, por sua vez, continuarão a ser afetadas, devido aos estrangulamentos gerados com a crise internacional nas exportações e importações de bens e serviços. Para 2022, apesar de alguma melhoria nas exportações de serviços, particularmente do turismo, tem-se que ainda permanecerão em níveis inferiores ao período pré-crise pandémica. A deterioração dos termos de troca derivado do choque sobre os preços dos produtos importados, aliada a redução nos donativos, e o aumento no pagamento de juros da dívida externa pública, deverá agravar balança corrente, passando de 12,0% do PIB em 2021 para 14,7% do PIB em 2022. As reservas externas diminuirão comparativamente a 2021, mas deverão garantir pelo menos 5 meses de importações programadas. Em 2023, com a expectativa de uma dinâmica maior do turismo e conseqüentemente a melhoria das exportações de serviços, o défice na balança corrente em percentagem do PIB deverá ser menor, situando em 8,0% do PIB.

Gráfico 11 – Evolução das Contas Externas (Balanço de Pagamentos)

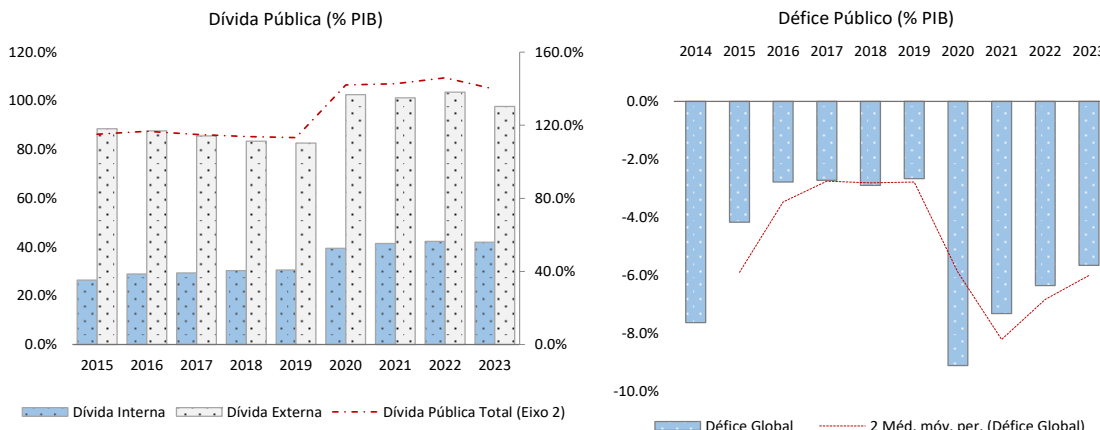


Fonte: MFFE

41. No tocante às finanças públicas, tem-se que os efeitos desse conflito na Ucrânia amplificam os riscos macro-fiscais. A capacidade da arrecadação das receitas fiscais e não fiscais será reduzida em cerca de 4 milhões de contos, dada a redução no ritmo do crescimento económico, e as despesas públicas por um lado devem ser reprogramadas de modo a acomodar as medidas preventivas e mitigadoras do impacto da crise internacional no tecido produtivo e na segurança alimentar e nutricional das famílias em Cabo Verde, bem como para manter o compromisso orçamental. Sendo assim, o défice público deverá situar-se em 6,3% do PIB em 2022 e 5,6% do PIB em 2023. O rácio da dívida pública/PIB deverá inverter

a tendência crescente dos últimos dois anos, atingindo cerca de 138,1% e 133,4% do PIB em 2022 e 2023, respetivamente.

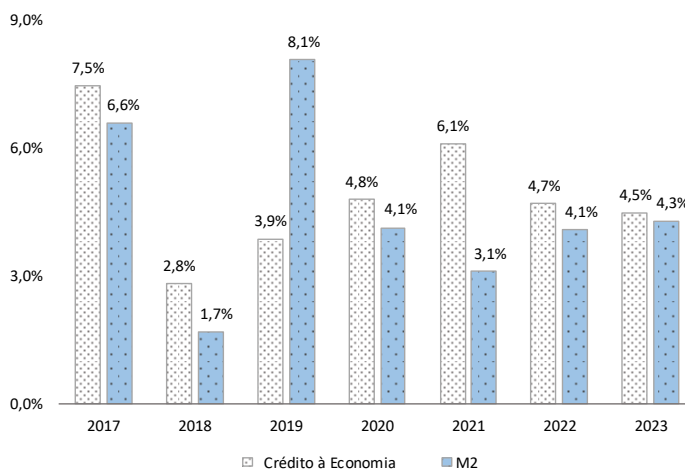
Gráfico 12 – Evolução do Défice e da Dívida Pública, em % PIB



Fonte: MFFE

42. O financiamento do *gap* do orçamento com recursos a empréstimos externos deverá contribuir para evitar uma queda maior nas reservas externas e, conseqüentemente, a massa monetária deverá fixar-se em torno de 4,1% em 2022 e 4,3% em 2023.

Gráfico 13 – Evolução do setor monetário



Fonte: MFFE (projeção)

43. No setor monetário, a liquidez da economia deverá desacelerar o ritmo do crescimento, impulsionado pela diminuição das reservas externas, tendo em conta os impactos adversos



na balança corrente, bem como pela desaceleração do crescimento do crédito à economia (+4,7%, ante +6,1% em 2021). Para 2023, tendo em conta a perspetiva de melhorias no desempenho das contas externas, aliada à continuidade da recuperação económica, espera-se uma expansão da oferta monetária. As projeções já consideram a suspensão das medidas de moratórias para o crédito, que vigoraram durante a pandemia, como forma de atenuar os impactos da covid-19, nos setores mais afetados pela crise.

### 3. RECEITAS E DESPESAS – EVOLUÇÃO RECENTE E PROJEÇÕES

(Alíneas g) do n.º 1 e d) do n.º 2 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

#### 3.1. Evolução Recente das Finanças Públicas

##### 3.1.1. Apreciação Global

44. A conta provisória do mês de julho de 2022 atingiu um Saldo Global acumulado de 6.060 milhões de CVE, ou seja, um défice de 2,9% do PIB reprogramado para o ano. Esse resultado se traduz numa redução de 1,8 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2021. Essa evolução, em face ao ano de 2021, decorre:

- do aumento das receitas totais em 30,5% (+6.508,9 milhões de CVE);
- do acréscimo das despesas totais em 8,0% (+2.416,1 milhões de CVE); e
- do acréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 113,6% (+758,0 milhões de CVE).

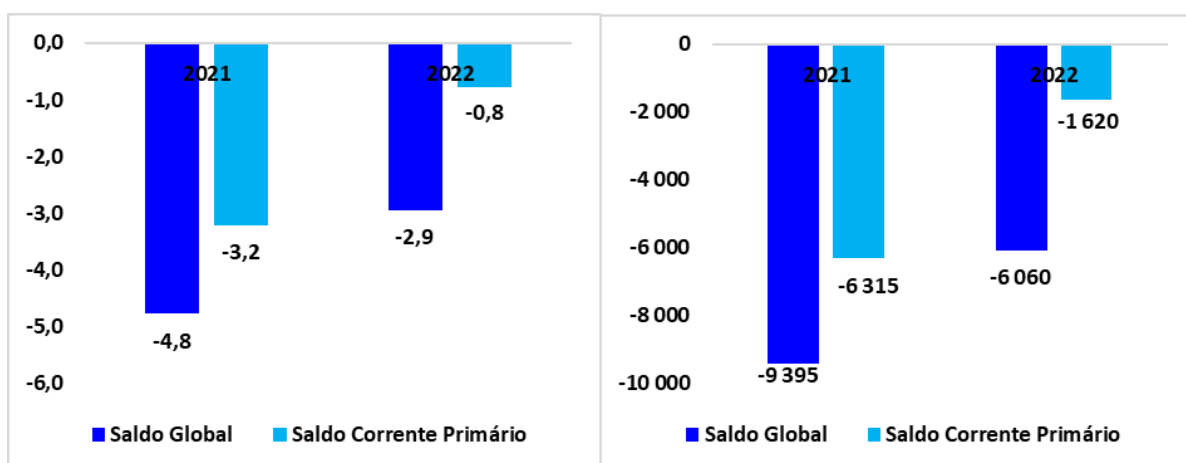
Tabela 2 – Principais Indicadores Orçamentais

	2021		2022		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Ret.	Jul	Orç. Inicial	Jul		
<b>1. Total Receitas</b>	<b>52 520</b>	<b>21 343</b>	<b>58 196</b>	<b>27 852</b>	<b>47,9</b>	<b>30,5</b>
<b>1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)</b>	<b>47 269</b>	<b>20 478</b>	<b>54 215</b>	<b>27 250</b>	<b>50,3</b>	<b>33,1</b>
Impostos	35 303	17 846	41 184	23 763	57,7	33,2
Segurança Social	71	32	71	40	56,1	23,3
Transferências (donativos)	5 250	865	3 982	601	15,1	-30,5
Outras Receitas	11 896	2 600	12 960	3 447	26,6	32,6
<b>2. Total Despesas</b>	<b>63 473</b>	<b>30 071</b>	<b>62 112</b>	<b>32 487</b>	<b>52,3</b>	<b>8,0</b>
Despesas com Pessoal	24 480	12 468	24 326	12 938	53,2	3,8
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	4 365	12 390	5 168	41,7	18,4
Juros Correntes	4 485	2 439	5 541	3 103	56,0	27,2
Subsídios	1 116	690	1 008	950	94,2	37,6
Transferências	7 847	3 084	6 663	2 935	44,0	-4,8
Benefícios Sociais	9 179	5 582	8 316	4 930	59,3	-11,7
Outras despesas correntes	4 075	893	3 868	1 685	43,6	88,8
Valor a regularizar		549	0	779	-	41,8
<b>3. Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-10 953</b>	<b>-8 728</b>	<b>-3 916</b>	<b>-4 635</b>	<b>118,4</b>	<b>-46,9</b>
<b>4. Ativos não Financeiros</b>	<b>9 863</b>	<b>667</b>	<b>10 217</b>	<b>1 425</b>	<b>13,9</b>	<b>113,6</b>
Compra ativos não financeiros	11 353	1 201	10 625	1 797	16,9	49,6
Venda ativos não financeiros	1 490	534	408	372	91,3	-30,3
<b>5. Global Global (1-2-4)</b>	<b>-20 816</b>	<b>-9 395</b>	<b>-14 134</b>	<b>-6 060</b>	<b>42,9</b>	<b>-35,5</b>
Saldo global (em percentagem do PIB)	-10,6	-4,8	-6,9	-2,9	-	-
Saldo Corrente Primario	-7 271	-6 315	1 029	-1 620	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-3,7	-3,2	0,5	-0,8	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-16 331	-6 956	-8 592	-2 958	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-8,3	-3,5	-4,2	-1,4	-	-
<b>6. Stock da Dívida Pública</b>	<b>280 851</b>	<b>268 122</b>	<b>295 280</b>	<b>295 280</b>	<b>100,0</b>	<b>10,1</b>

Fonte: MFFE

45. O saldo corrente primário/PIB foi negativo em 0,8%, registando uma melhoria de 2,4 p.p., em face ao período homólogo, decorrente da melhoria do desempenho das receitas arrecadadas, mas também da reprogramação do lado da despesa em resposta ao impacto da crise provocada pela guerra da Ucrânia e algum efeito do risco cambial. Isso para além da ligeira contribuição ao nível do PIB, relativamente ao período transato.

Gráfico 14 – Saldos em % do PIB



Fonte: MFFE

### 3.1.2. Receitas do Estado

46. As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até julho de 2022 cifraram-se em 28.224 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 29,0%, comparativamente ao período homólogo. Esse desempenho resulta, por um lado, do aumento da arrecadação dos impostos (33,2%), segurança social (+23,3%) e outras receitas (+32,6%) e, por outro lado, da diminuição dos donativos recebidos (-30,5%).

47. Os impostos aumentaram em 33,2%, em face ao período homólogo, sendo o resultado combinado dos:

- impostos sobre o rendimento (+10,9%), decorrente do aumento das receitas em todas as atividades económicas, excetuando as de construção civil, e da cobrança de valores de anos anteriores negociados em prestações;



- impostos de bens e serviços (+47,3% - dos quais se destaca o aumento do IVA (35,6%) resultante da cobrança em todos os setores de atividades, à exceção do setor de construção civil e do comércio geral, e também da cobrança de dívidas negociadas em prestações;
  - imposto sobre transações internacionais (+33,0%) em particular do aumento do direito de importação, mas também pelo agravamento de taxas; e
  - outros impostos (+19,2%) decorrentes do imposto de selo, que não foi afetado pela pandemia e vem mantendo a sua tendência de crescimento, fato que pode ser justificado pelo crescimento das operações financeiras, atividade que foi alavancada com a pandemia em face às medidas adotadas pelo Governo.
48. As transferências (donativos), até julho de 2022, registou-se uma execução de 601 milhões de CVE, traduzindo-se num de decréscimo de 30,5% (-264 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2021. Esse desempenho decorre do decréscimo das transferências (i) das organizações internacionais em 71,3% (-259 milhões de CVE), (ii) das administrações públicas em 16,9% (-42 milhões de CVE), conjugado com o aumento das transferências de governos estrangeiros no tocante aos donativos cuja execução no período atingiu os 241 milhões de CVE, um aumento de 31,0% (+57 milhões de CVE).
49. As outras receitas verificaram um acréscimo de 32,6% (+848 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, do desempenho registada nas rubricas “Rendimento de Propriedade” e “Vendas de Bens e Serviços” refletindo a retoma económica e a “nova normalidade” dos serviços públicos, após o período de restrições registadas em 2020/2021 no âmbito da pandemia da covid-19.
50. As receitas de segurança social com um acréscimo de 23,3%, este têm pouca materialidade em face ao total da receita do Estado.

### **3.1.3. Despesas Totais**

51. As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em julho de 2022, atingiram 34.284 milhões de CVE, registando um acréscimo de 9,6% em relação ao período homólogo de 2021, correspondendo a uma variação absoluta de +3.012 milhões de CVE e um grau de execução de 47,1%, face ao orçamento inicial. Essa evolução resultou do aumento nas

rúbricas despesas com o pessoal (+3,8%), aquisição de bens e serviços (+18,4%), juros da dívida (+27,2%), subsídios (+37,6%), outras despesas correntes (+88,8%) conjugadas com a diminuição nas rubricas das transferências (-4,8%) e dos benefícios sociais (-11,7%).

52. As “Despesas com pessoal” +470 milhões de CVE, associada, em grande medida, com as contribuições à segurança social, na sequência da diminuição do tempo médio do pagamento, comparativamente ao ano de 2021 e com o registo atempado das despesas da Assembleia Nacional e Presidência da República, em face a adesão desses órgãos à bancarização.
53. As “Aquisições de bens e serviços” +802 milhões de CVE, na sequência da execução do projeto “*Ocean Race*”, do projeto “*Becoming a Future Island Nation*” e do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras”.
54. A despesa com os juros da dívida registou um aumento de 664 milhões de CVE, comparada com o mesmo período de 2021, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 113,5% (+618 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2021. Parte desse desempenho resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e um comercial, bem como pela variação cambial.
55. Os “Subsídios”, em +259 milhões de CVE, em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2021. Derivado da indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, aumento dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, em face á escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Medidas estas adotadas através das Resoluções nº 28/2022 de 25 de março e nº 64/2022, de 10 de junho e da compensação financeira decorrente da aplicação do milho e da farinha fixados na resolução 60/21 de 31 de maio.
56. As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição (-150 milhões de CVE), comparadas com o mesmo período do ano transato, devido (i) à diminuição das Transferências aos Municípios realizadas anteriormente no âmbito das medidas de mitigação do impacto negativo da covid-19 e à descontinuidade da medida das transferências no âmbito da “Discriminação Positiva” para os municípios com uma população inferior a 15.000 (quinze

mil) habitantes; e à diminuição da execução das despesas no âmbito das quotas aos organismos internacionais.

57. Os “Benefícios Sociais”, em 652 milhões de CVE, justificados pela diminuição da rubrica Outros Benefícios Sociais em Numerário em 76,7% (-863 milhões de CVE), no âmbito do apoio social de emergência às famílias afetadas pela pandemia da covid-19 (RSI), comparativamente a 2021. Diminuição essa que foi contrabalançada pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas do regime contributivo, impactando as rubricas de pensões de aposentação em 7,0% (+205 milhões de CVE) e de pensões de sobrevivência em 8,0% (+15 milhões de CVE).
58. As “Outras Despesas Correntes” evidenciaram um aumento de 792 milhões de CVE, comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrente (i) do pagamento às organizações não governamentais no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas, legislativas e presidenciais de outubro de 2020, abril 2021 e outubro 2021 respetivamente, (ii) da participação da seleção nacional de futebol na CAN – Copa de África das Nações, (iii) do pagamento de bolsas de estudo e outros benefícios educacionais, e (iv) do pagamento atempado das indemnizações.
59. Os Ativos não Financeiros ascenderam ao montante de 1.797 milhões de CVE, equivalentes 16,9% do total do orçamento (22,9% face ao orçamento reprogramado) e registou uma variação positiva em termos absolutos, de 596 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2021.

#### **3.1.4. Financiamento vs Dívida Pública**

60. O financiamento do défice de 6.825 milhões de CVE, decorridos no mês de julho de 2022 foi maioritariamente assegurado pelo endividamento interno e resulta:
- de um lado, de um passivo financeiro de 5.178 milhões de CVE, que decorrem, essencialmente, da componente interna com 6.429 milhões de CVE e da componente externa com -1.251 milhões de CVE; e
  - por outro lado, de um ativo financeiro de 1.646 milhões de CVE, sendo que as receitas decorrentes de ativos financeiros foram superiores aos investimentos em ativos financeiros, motivado pelos depósitos e certificações de poupança.

61. Como resultado, o stock da dívida pública, excluindo os TRMC (Títulos de Rendimentos de Mobilização de Capital), atingirá o montante de 295.280 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 92.266 milhões de CVE (43,1% do PIB) e à dívida externa 203.013 milhões de CVE (94,9% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingirá os 138,1%, cerca de 4,6 p.p. abaixo do registado em de 2021.

## **3.2. Evolução e Projeções das Receitas e Despesas**

### **3.2.1. Receitas Totais**

62. As receitas totais, incluindo as vendas de ativos não financeiros, deverão atingir, em 2023, o montante de 64.983 milhões de CVE, representando 28,3% do PIB e um aumento de cerca de 10,9% em face ao orçamento aprovado e 18,3% em face ao orçamento reprogramado para o ano de 2022. Essa projeção decorre do:

- aumento de arrecadação dos impostos, resultante (i) da dinâmica económica (crescimento do PIB em 4,8%); (ii) da melhoria da eficiência da máquina tributária, em face ao combate a fraude e evasão fiscal; (iii) racionalização de incentivos fiscais, com destaque para eliminação progressiva da isenção total do Direito de Importação; (iv) reforço da tributação sobre o tabaco e álcool, bem como da contribuição turística; e (v) alargamento da base tributária, nomeadamente na comércio eletrónico; e (vi) previsão de encontros de contas no âmbito das dívidas fiscais.
- Aumento de donativos e transferências.
- aumento da arrecadação de receitas dos institutos, fundos e serviços autónomos, na sequência da dinâmica económica.
- Aumento das receitas de propriedade decorrentes da conclusão de processos de concessões e de privatização.
- processo da conclusão de vendas de activos não financeiro do Estado.

#### **3.2.1.1. Impostos**

63. A estimativa das receitas fiscais para 2023 teve por base a evolução esperada dos principais indicadores macroeconómicos, das medidas de políticas propostas, nomeadamente para combater os efeitos que ainda se espera que as crises terão, do reforço da fiscalização, dos recursos tecnológicos, dos recursos humanos e materiais e da eficiência da Administração Fiscal.

64. A previsão das receitas fiscais (impostos) para 2023 é de 44.350 milhões de CVE, traduzindo-se num acréscimo de 6.035 milhões de CVE (+15,8%) em face à cobrança prevista para 2022. Esse resultado advém do Imposto sobre o Rendimento (+12,7%), do Imposto sobre Bens e Serviços (+20,4%), do Imposto sobre Transações Internacionais (+9,1%) e de Outros Impostos (+12,2%). O quadro seguinte evidencia a evolução da receita fiscal, por imposto:

Tabela 3 – Evolução das Receitas Fiscais

(em milhões de CVE)

	2020	2021	2022	2023	Taxa de Crescimento %				Em % PIB			
	CGE	PREV	EST	ORÇ	2020	2021	2022	2023	2020	2021 Rep	2022	2023
<b>Impostos</b>	<b>32 900</b>	<b>33 537</b>	<b>38 315</b>	<b>44 350</b>	<b>-20,0%</b>	<b>1,9%</b>	<b>14,2%</b>	<b>15,8%</b>	<b>20,0%</b>	<b>18,6%</b>	<b>19,7%</b>	<b>20,8%</b>
<b>Imposto Unico sobre Rendimentos</b>	<b>9 990</b>	<b>8 777</b>	<b>9 880</b>	<b>11 133</b>	<b>-22,0%</b>	<b>-12,1%</b>	<b>12,6%</b>	<b>12,7%</b>	<b>6,1</b>	<b>4,9</b>	<b>5,1</b>	<b>5,3</b>
IR-PS	6 581	6 048	6 414	6 923	-10,3%	-8,1%	6,1%	7,9%	4,0	3,4	3,3	3,3
IR-PC	3 410	2 728	3 030	4 045	-37,7%	-20,0%	11,1%	33,5%	2,1	1,5	1,6	1,9
<b>Outros Impostos sobre Rendimentos</b>		<b>373</b>	<b>435</b>	<b>165</b>	-	-	<b>16,6%</b>	<b>-62,1%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>
Tributo Especial Unificado		373	404	132	-	-	8,2%	-67,3%			0,2	
Taxa De Incêndio			31	33	-	-	-	5,0%			0,0	
<b>Impostos sobre Bens e Servicos</b>	<b>15 632</b>	<b>15 824</b>	<b>19 129</b>	<b>23 037</b>	<b>-20,4%</b>	<b>1,2%</b>	<b>20,9%</b>	<b>20,4%</b>	<b>9,5</b>	<b>8,8</b>	<b>9,8</b>	<b>10,6</b>
Sobre Bens e Servicos	13 041	12 994	14 985	17 939	-17,1%	-0,4%	15,3%	19,7%	7,9	7,2	7,7	8,3
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	13 041	12 994	14 985	17 939	-17,1%	-0,4%	15,3%	19,7%	7,9	7,2	7,7	8,3
IVA DGA	6 670	8 319	8 738	9 551	-19,3%	24,7%	5,0%	9,3%	4,0	4,6	4,5	4,6
IVA DGCI	6 371	4 674	6 247	8 389	-14,7%	-26,6%	33,6%	34,3%	3,9	2,6	3,2	3,7
Impostos Diversos sobre Servicos	297	145	448	946	-70,1%	-51,1%	209,0%	111,3%	0,2	0,1	0,2	0,3
Contribuição turística	297	145	448	946	-70,1%	-51,1%	209,0%	111,3%	0,2	0,1	0,2	0,3
Sobre Consumo	1 702	2 010	2 706	3 075	-22,4%	18,1%	34,6%	13,7%	1,0	1,1	1,4	1,4
Imposto Consumo Especial	1 702	2 010	2 404	2 605	-22,4%	18,1%	19,6%	8,4%	1,0	1,1	1,2	1,2
Taxa De Tabaco			301	470	-	-	-	55,9%			0,2	
Outros Impostos	593	675	990	1 076	-19,7%	13,9%	46,6%	8,7%	0,4	0,4	0,5	0,5
Taxa Ecologica	593	675	690	756	-19,7%	13,9%	2,2%	9,5%	0,4	0,4	0,4	0,4
Taxa Estatística Aduaneira			300	320	-	-	-	6,7%			0,2	
<b>Impostos Sobre Transacoes Internacioi</b>	<b>6 593</b>	<b>7 894</b>	<b>8 568</b>	<b>9 351</b>	<b>-17,7%</b>	<b>19,7%</b>	<b>8,5%</b>	<b>9,1%</b>	<b>4,0</b>	<b>4,4</b>	<b>4,4</b>	<b>4,5</b>
Direitos de Importacao	6 296	7 565	8 228	8 991	-17,9%	20,2%	8,8%	9,3%	3,82	4,19	4,2	4,3
Taxa Comunitaria CEDEAO	297	328	340	360	-12,5%	10,6%	3,6%	5,9%	0,18	0,18	0,2	0,2
<b>Outros Impostos</b>	<b>684</b>	<b>670</b>	<b>739</b>	<b>829</b>	<b>1,6%</b>	<b>-2,1%</b>	<b>10,4%</b>	<b>12,2%</b>	<b>0,41</b>	<b>0,37</b>	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>
Imposto de Selo	654	642	698	769	3,2%	-1,8%	8,7%	10,1%	0,40	0,4	0,4	0,4
Imposto especial sobre jogos	30	27	40	60	-21,2%	-9,3%	49,1%	49,3%	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros (imposto turismo+Serv.incêndios)		1	0	0	-100,0%	-	-100,0%	-	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Ministério das Finanças

### 3.2.1.1.1. Imposto sobre o Rendimento (IR)

65. Em 2023, antevê-se que a receita do IR se situe em 11.133 milhões de CVE, valor que traduz um aumento de 12,7% em face à cobrança prevista para 2022, para a qual contribuem o IRPS (+7,9%) e o IRPC (+33,5%).

66. A previsão em sede do IRPS, que atinge o valor de 6.923 milhões de CVE, tem por base o cenário macroeconómico, com particular relevância para medidas de recuperação

económica, permitindo uma ligeira recuperação do mercado de trabalho, logo, do emprego que mais fortemente condiciona a base tributável do IRPS, bem como no incremento da recuperação de dívidas atrasadas.

67. No que concerne ao IRPC, em 2023, prevê-se que a receita se situe em 4.045 milhões de CVE, um aumento significativo em face ao valor previsto para 2022, reflexo das medidas de recuperação económica, que já vêm ocorrendo em 2021 (com reflexo no lucro e coleta do imposto no ano seguinte) e numa forte aposta no processo de recuperação de dívidas atrasadas em sede deste imposto junto das empresas.

#### **3.2.1.1.2. Outros Impostos sobre Rendimentos (OIR)**

68. Em 2023, antevê-se que a receita dos OIR se situe em 165 milhões de CVE, valor que traduz uma diminuição de 62,1%, fixando-se em menos 270 milhões de CVE, em face à cobrança prevista para 2022, para a qual contribuem o TEU (-67,3%) e a Taxa de Incêndio (+33 milhões de CVE) um aumento de 5,0%.
69. A redução significativa da previsão de arrecadação do TEU deve-se ao ajustamento do registo da receita com este tributo, expurgando-se a parte que cabe ao Sistema de Segurança Social (70%).

#### **3.2.1.1.3. Impostos sobre Bens e Serviços (IBS)**

70. A estimativa da receita em sede dos IBS é de 23.037 milhões de CVE, antevendo-se um crescimento de 20,4% (+3.908 milhões de CVE) comparativamente à cobrança prevista para 2022.
71. O aumento desta receita, em face à cobrança prevista para 2022, deve-se à evolução do IVA-DGA (+9,3%), IVA-DGCI (+34,3%), Contribuição Turística (+111,3%), ICE (+8,4%), Taxa Ecológica (+9,5%), Taxa de Tabaco (+55,9%) e da Taxa Estatística Aduaneira (+6,7%), com reflexo no forte aumento do volume de negócios das empresas e das importações, com especial destaque para a recuperação do turismo, com o reforço da boa imagem do país, nomeadamente com a boa cobertura da vacinação da população, especialmente nas ilhas mais turísticas. De destacar o aumento do imposto da Contribuição Turística a ser consignada a erradicação da pobreza extrema e a taxa específica sobre o tabaco a ser consignada para as infra-estruturas e actividades desportivas/jovens.

72. O aumento significativo da arrecadação do IVA reflete as medidas de melhoria da eficiência na cobrança a adicionar às anteriores, tais como a introdução da Fatura Eletrónica, do Sorteio de Faturas (Fatura da Felicidade) e de uma forte aposta na cobrança das dívidas atrasadas, bem como encontros de contas em processo de conclusão.

#### **3.2.1.1.4. Impostos sobre Transações Internacionais (ITI)**

73. Para 2023, prevê-se uma melhoria da receita em sede dos ITI, a qual deverá situar-se em 9.351 milhões de CVE, +784 milhões de CVE (+9,1%). Essa evolução traduz essencialmente o aumento esperado na importação, dado o crescimento económico previsto em face à recuperação da atividade económica, manutenção do maior rigor na concessão de benefícios fiscais e nos controlos aduaneiros, através do combate à subfaturação nas declarações aduaneiras.

#### **3.2.1.1.5. Outros Impostos**

74. A estimativa de receitas em sede de outros impostos a serem arrecadadas em 2023 deverá atingir 829 milhões de CVE, representando um acréscimo de 12,2% em face à execução prevista para 2022, resultante do incremento na cobrança do Imposto de Selo e do Imposto Especial sobre Jogos, com a recuperação do turismo.

#### **3.2.1.2. Donativos e Transferências**

75. Os donativos externos e transferências (incluindo ajuda orçamental), para o ano de 2023, deverão situar-se à volta de 6.009 milhões de CVE, representando um aumento de 50,9% comparado com o inscrito no OE 2022. O total dos donativos e transferências tem como fonte de desembolso:

- 78,1% (4.690 milhões de CVE), decorrente do Donativo do Governo/Organismo Estrangeiro (excluído saldo de 2 milhões de CVE);
- 12,3% (739, milhões de CVE), decorrente do Ajuda Orçamental Donativos;
- 8,0% (481 milhões de CVE), decorrente do Outras Transferências; e
- 1,6% (98 milhões de CVE), decorrente do Donativo Ajuda Alimentar.

### 3.2.1.2.1. Donativos Diretos

76. Os donativos diretos, incluindo os saldos das unidades e projetos, estimados para 2023, rondam o montante de 4.692 milhões de CVE, valor superior ao previsto para 2022 em 92,0% (+2.248 milhões de CVE), justificados pelo aumento do donativo para:

- saúde, no montante de 1.603 milhões, em que se destaca (i) a construção da maternidade e da pediatria do Hospital Baptista de Sousa, financiada pela China, no montante de 1.359 milhões de CVE; (ii) a reestruturação da rede de telemedicina, financiada pelo Japão, no montante de 230 milhões de CVE; (iii) a eficiência energética para os centros de saúde e sistema integrado para as estruturas de saúde, ambos financiados pelo Banco Mundial no valor de 150 milhões de CVE; (iv) a construção da Unidade de Cuidados Intensivos(UCI)-Hospital Baptista de Sousa, do centro de simulação médica, do centro técnico de manutenção de equipamentos, ambos financiados pelo Luxemburgo, no montante de 110 milhões de CVE); e (v) o Fundo Global, no montante de 140 milhões de CVE;
- água, saneamento, governança e ação climática, financiados pelo Luxemburgo, no montante de 540 milhões de CVE;
- mobilidade elétrica e “Projeto Nexos Energia-Agua”, financiado pela NAMA (programa conjunto de Alemanha, Reino Unido, União Europeia e Dinamarca);
- educação, financiado pelo Luxemburgo, no âmbito do apoio à FICASE no programa cantina escolar, no montante de 331 milhões de CVE; e
- reformas legislativas na Administração Pública e na Zona Económica Especial Marítima de São Vicente, financiadas pela União Europeia, no montante de 126 milhões de CVE.

77. Pese embora prevê-se um aumento do donativo em termos gerais, é de destacar a diminuição do donativo pelo término do financiamento para integração da biodiversidade no setor do turismo, para POSER, para Cabo Verde Fórum e para economia azul no montante de 258 milhões de CVE, e nota-se, uma diminuição do financiamento do Banco Europeu de Investimentos para redução de perdas de eletricidade e melhoria de qualidade de energia e do Fundo Global para fazer face ao combate do VIH – SIDA, no montante de 289 milhões de CVE.

78. É de se destacar, ainda, a continuidade do donativo da Holanda (Projeto Terminal de Cruzeiros, no montante de 465 milhões de CVE), do Luxemburgo para Promoção do



Emprego e Empregabilidade, empreendedorismo, incrementos nos estágios, modernização do ensino técnico no montante de 256 de milhões de CVE.

Tabela 4 – Evolução Donativos Diretos por Financiador

(em milhões de CVE)

Fornecedores	2020	2021	2022	2023	Taxa de Crescimento em %		
	CGE	PREV	EST	OE	2021	2022	2023
Aga Khan Development Network	1	1	2	2	-2,2	267,8	0,0
Agência Espanhola Coop. Intern. para o Desenvol.	7	34	37	4	411,9	8,7	-88,9
Alemanha	11	15	23	18	27,8	57,7	-19,9
A.F.R.I.S.T.A.D./Donativo	1				-100,0		
B.A.D	17	26	61	0	56,5	136,3	-100,0
Banco Europeu De Investimento	46	89	243	110	94,4	172,5	-54,6
Banco Mundial	2	2		150	4,8	-100,0	100,0
CEDEAO	12	48	2	0	308,9	-95,2	-100,0
China	1 937	571		1 359	-70,5	-100,0	
CILSS	0	2			364,4	-100,0	
Comissão Sub-Regional Das Pescas/Donativo		1				-100,0	
CPLP		5				-100,0	
Cooperação Espanhola	14	17	3	0	20,9	-81,1	-100,0
Covax		16				-100,0	
Donativo Internos		7	1	1		-83,2	0,0
Nações Unidas	115	182	193	243	58,1	6,3	25,7
Espenha	0	0	0	6	-92,2	0,0	46 489,4
EUA/Embaixada em CV	0	10			2 840,5	-100,0	
Embaixada França		7	15	6	100,0	121,0	-64,3
Eslovénia		30				-100,0	
Estado Unidos		502				-100,0	
F.A.O.	4	8	2	0	104,8	-79,4	-100,0
F.I.D.A	41	157	172	5	278,7	9,9	-97,4
Farel Collage-Holanda		0	0	0		0,0	-100,0
Franca		6				-100,0	
Fundação Calouste Gulbenkian		4	1	13		-68,6	1 089,6
Fundacion Canaria	0	1	1	0	91,3	3,1	-100,0
Fundación Mujeres por África	1	1			-12,3	-100,0	
Fundo Canadiano de Initiatives Local	2				-100,0		
Fundo de Afectação Especial	5				-100,0		
FNE	11				-100,0		
GEOMAR -Alemanha	3	5	6	8	84,1	21,5	24,9
Global Environment Fund	72	80	370	191	11,2	359,9	-48,3
Grupo de intervenção África Ocidental	0				-100,0		
HANBAN	1	2	3	6	258,3	21,7	148,9
Holanda		0	465	465			0,0
Hungria		20			100,0	-100,0	
I.N.S.A DR. Ricardo Jorge				4			100,0
Imperial College of Science , Technology and Medicine	9	4	3	3	-59,6	-30,0	0,0

Fornecedores	2020	2021	2022	2023	Taxa de Crescimento em %		
	CGE	PREV	EST	OE	2021	2022	2023
Inglaterra	7	16	13	11	140,3	-16,6	-14,1
ICLP - Camões	25	17	15	15	-31,5	-14,2	0,0
ISCTE-IUL		2	4	2		109,0	-45,4
IPAD- Camões	26				-100,0		
Japão	4			230	-100,0		
Labquality Filandia		0				-100,0	
London School Of Hyg		3		4		-100,0	
Luxemburgo (incluindo Ajuda orçamental)	589	496	418	1 272	-15,7	-15,8	204,5
M.A.V.A	13	5	14	0	-58,6	164,2	-100,0
Morocos				12			
Millennium Challenge Account		1	4	4		302,5	0,0
Nama Facility-Giz				97			
O.M.S.	64	45	15	15	-30,2	-66,6	0,0
OIT	8	11			42,2	-100,0	
Organização Mundial De Meteorologia	0				-100,0		
Organização Oeste Africana da Saúde	8	18	17	18	131,5	-3,7	3,3
P.N.U.D	21	28	20	0	28,6	-26,7	-100,0
P.N.U.D/União Europeia	202	88			-56,2	-100,0	
P.N.U.D/Luxemburgo	3	29			736,1	-100,0	
Países Baixos		30				-100,0	
PLANBORNEFOUNDEN		8	1	0		-84,3	-100,0
Portugal	58	70	187	185	20,6	167,7	-1,1
Syddansk Universitet Denmark		0		0		-100,0	
UNESCO		3		4		-100,0	
União Europeia (Incluindo acordo de pesca)	53	49	127	224	-5,8	155,7	76,7
United Nations Environment Programme	4	1	5	0	-76,1	524,4	-100,0
United Nations Office For Project Services	1	1	0		-34,6	-88,0	-100,0
United Nations Population Fund				5			
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3 398</b>	<b>2 772</b>	<b>2 444</b>	<b>4 692</b>	<b>-18,4</b>	<b>-11,8</b>	<b>92,0</b>

Fonte: MFFE

### 3.2.1.2.2. Ajuda Orçamental Donativos

79. Para 2023, prevê-se um aumento ao nível de financiamento através da ajuda orçamental donativos em 3,1%, se comparado com a estimativa de desembolso para 2022, justificado pela entrada da Espanha no grupo de ajuda orçamental. Estima-se que o OE 2023 será financiado pela ajuda orçamental donativos no montante de 739 milhões de CVE, designadamente:

- União Europeia, com 662 milhões de CVE;
- Portugal, com 55 milhões de CVE;
- Espanha, com 22 milhões de CVE.

80. Em relação à ajuda orçamental do Luxemburgo, destina-se ao financiamento direto às unidades finalísticas relativas ao ensino, aos estágios, promoção da empregabilidade e autoemprego, bem como o setor da saúde. Prevê-se para 2023 o montante de 331 milhões de CVE, sendo que 33,3% desse montante será destinado ao setor da saúde com o objetivo de contribuir para a implementação das prioridades estratégicas do Governo, no que diz respeito ao desenvolvimento das infraestruturas do Setor da saúde, visando garantir a qualidade e o acesso universal aos serviços de cuidados e saúde pública.

### 3.2.1.3. Outras Receitas

81. Relativamente às Outras Receitas, para 2023, espera-se arrecadar um valor aproximado de 13.805 milhões de CVE (6,0% do PIB), registando um acréscimo de 62,5%, comparado com a estimativa de arrecadação de 2022, o que representa, em termos absolutos, o montante de 5.312 milhões de CVE.

Tabela 5 – Evolução e Projeções das Outras Receita

(em milhões de CVE)

	2020	2021	2022	2023	Taxa de crescimento em %			Em % do PIB		
	CGE	PREV	EST	OE	2021	2022	2023	2021	2022	2023
<b>Outras Receitas</b>	<b>5.804</b>	<b>6.181</b>	<b>8.493</b>	<b>13.805</b>	<b>6,5</b>	<b>37,4</b>	<b>62,5</b>	<b>3,1%</b>	<b>4,0%</b>	<b>6,0%</b>
Rendimentos de Propriedade	1.135	1.219	977	5.565	7,4	-19,9	469,7	0,6%	0,5%	2,4%
Vendas de Bens e serviços	3.719	4.250	5.957	6.709	14,3	40,2	12,6	2,2%	2,8%	2,9%
Taxas	3.628	4.110	5.731	6.461	13,3	39,4	12,8	2,1%	2,7%	2,8%
Vendas	91	140	227	248	53,1	62,5	9,2	0,1%	0,1%	0,1%
Multas e Outras Penalidades	220	181	342	361	-17,9	88,8	5,7	0,1%	0,2%	0,2%
Outras Transferências	192	239	337	392	24,7	41,3	16,4	0,1%	0,2%	0,2%
Outras Receitas	538	292	880	778	-45,7	201,3	-11,6	0,1%	0,4%	0,3%

Fonte: MFFE

82. Essa variação é impulsionada, essencialmente, pela previsão da:

- arrecadação das receitas advinentes de rendimentos de propriedade, no montante de 5.565 milhões de CVE, acréscimo em termos absoluto de 4.588 milhões de CVE, e que representa 2,4% do PIB. Esse aumento decorre, essencialmente, da reprogramação do processo de privatização/concessão de empresas públicas do setor aeroportuário e farmacêutico para o ano de 2023;
- arrecadação de vendas de bens e serviços, em 2023, no montante de 6.709 milhões de CVE, o que representa um aumento de 12,6%, comparado com a estimativa de

arrecadação de 2022 (+752 milhões de CVE), justificada pelo aumento da previsão da arrecadação da taxa de segurança aeroportuária, e taxa da segurança marítima;

- realização de outras transferências no montante de 392 milhões de CVE, representando um aumento de 16,4% comparando com a estimativa de arrecadação de 2022, justificado, essencialmente, pelo aumento do montante projetado das receitas no comando da guarda costeira; e
- realização de receitas de multas e outras penalidades superiores em 5,7%, se comparado com estimativa de arrecadação de 2022 o que representa 0,2% do PIB.

83. É de salientar a diminuição de outras receitas não especificadas devido ao ajustamento na rubrica “Reposição Não Abatida nos Pagamentos” (redução de 11,6%).

#### **3.2.1.4. Vendas de Ativos Não Financeiros**

84. Para 2023, prevê-se um aumento das receitas provenientes de vendas de Ativos Não Financeiros, passando de 408 milhões de CVE para 747 milhões de CVE, justificado, essencialmente, pela perspectiva de venda de activos do Estado, no quadro da gestão dos imóveis, e inscrição das receitas das vendas dos bens móveis apreendidos e revertidos a favor do Estado.

### **3.2.2. Despesas Totais e Ativos Não Financeiros**

#### **3.2.2.1. Por Classificação Económica**

85. As Despesas Totais e a Aquisição de Ativos Não Financeiros, para 2023, fixam-se em 77.968 milhões de CVE, representando 33,9% do PIB e registando um aumento de 13,9% em relação a previsão de execução de 2022. Este crescimento resulta (i) particularmente, do desembolso de empréstimos para financiamento de projetos, reprogramados para 2023; (ii) do aumento de donativos externos e (iii) do aumento de algumas despesas obrigatórias decorrentes, essencialmente:

- a) das despesas com encargos da dívida;
- b) do remanescente de três meses, das medidas de mitigação adotadas em 2022, em resposta ao aumento dos preços na alimentação, na eletricidade e seca (salvamento de gado);
- c) do alargamento do número de beneficiários dos pensionistas do regime não contributivo e actualização salarial dos funcionários públicos e dos pensionistas;

- d) das despesas com pessoal, sobretudo, com retoma dos concursos, terminados e em curso, que foram suspensos nos últimos dois anos devido ao impacto da pandemia, regularização dos pendentes dos professores (reclassificação), das Forças Armadas (estatuto) e transição de médicos e enfermeiros; e
- e) da regularização das dívidas - tarifas e ligações sociais de água e energia.

### 3.2.2.1.1. Despesas Correntes incluindo Transferências de Capital

86. Em 2023, o montante global das Despesas Correntes, incluindo transferências de capital é de 66.022 milhões de CVE, registando um aumento de 8,9% comparativamente a previsão da execução de 2022.

Tabela 6 – Evolução das Despesas

(em milhões de CVE)

	2020 CGE	2021 PREV	2022 EST	2023 ORÇ	Taxa de Crescimento em %			Estrutura %			
					2021	2022	2023	2020	2021	2022	2023
<b>Despesas Correntes (incTransf Capital)</b>	<b>55 120</b>	<b>54 306</b>	<b>60 638</b>	<b>66 022</b>	<b>-1,5</b>	<b>11,7</b>	<b>8,9</b>	<b>90,1</b>	<b>90,7</b>	<b>88,6</b>	<b>84,7</b>
Despesas com Pessoal	21 842	22 425	23 262	24 431	2,7	3,7	5,0	35,7	37,5	34,0	31,3
Aquisição de bens e serviços	11 110	9 983	11 296	14 685	-10,1	13,2		18,2	16,7	16,5	18,8
Juros e outros encargos	4 829	4 267	5 805	5 877	-11,6	36,0	1,2	7,9	7,1	8,5	7,5
Subsídios	630	814	1 409	2 022	29,2	73,1	43,5	1,0	1,4	2,1	2,6
Transferências	6 482	5 570	6 097	6 657	-14,1	9,5	9,2	10,6	9,3	8,9	8,5
Benefícios Sociais	8 268	9 267	8 901	9 143	12,1	-4,0	2,7	13,5	15,5	13,0	11,7
Outras Despesas	1 959	1 979	3 868	3 207	1,0	95,5	-17,1	3,2	3,3	5,6	4,1
Ativos não Financeiros	6 033	5 553	7 835	11 945	-8,0	41,1	52,5	9,9	9,3	11,4	15,3
Compra de Ativos não financeiro	6 033	5 553	7 835	11 945	-8,0	41,1	52,5	9,9	9,3	11,4	15,3
<b>Total de Despesas</b>	<b>61 154</b>	<b>59 858</b>	<b>68 473</b>	<b>77 968</b>	<b>-2,1</b>	<b>14,4</b>	<b>13,9</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MFFE

87. As despesas correntes continuam marcadas por uma excessiva rigidez estrutural e representam 84,7% da despesa total. As Despesas com Pessoal, Pensões e Encargos Gerais da Nação absorvem cerca de 65,1% do montante total das Despesas Correntes, despesas estas, obrigatórias. Relativamente aos encargos gerais da nação é de se destacar os encargos com a dívida pública, pensões de aposentação, restituições do IVA e do IUR e as transferências aos municípios.

### 3.2.2.1.1.1. Despesa com Pessoal

88. As Despesas com o Pessoal constituem o agregado com maior peso na despesa pública, registando um crescimento médio anual de 2016 a 2022 de cerca de 4,8%. Nos últimos três anos, as Despesas com Pessoal têm representado, em média, 35,7% do total das Despesas. A sua evolução tem sido determinada (i) pela implementação dos PCCS/estatutos de várias carreiras de quadro privativo na Administração Pública; (ii) pelo recrutamento de professores, enfermeiros, médicos, polícias, inspetores, seguranças e técnicos da Polícia Judiciária, agentes prisionais, técnicos de receitas, técnicos de finanças, magistrados do Ministério Público e da Magistratura Judicial e oficiais da justiça e vários técnicos de apoio operacional para saúde e educação; e, conseqüentemente, (iii) pelo aumento da contribuição do Estado (como entidade empregadora) para a previdência social.
89. Para 2023, as Despesas com Pessoal foram estimadas, essencialmente, com base (i) na lista nominal dos efetivos em funções, registados na Base de Dados dos Recursos Humanos (SIGOF), (ii) aumento salarial e (iii) aumento nos compromissos com recrutamentos em curso e terminados que foram suspensos.
90. Para 2023, o total da Despesa com o Pessoal ronda os 24.431 milhões de CVE, representando 10,6% do PIB, o que corresponde a um aumento de 5,0% (em termos absolutos, 1.169 milhões de CVE), em relação a previsão da execução de 2022, mas é de frisar que em relação ao orçamento inicial de 2022, essa rubrica cresceu 0,4% (em termos absolutos 105 milhões de CVE). Esse aumento é explicado em grande parte pela:
- pela reclassificação de 438 professores relativos ao período de 2017 a 2020 e que se vem regularizados em 2023, com um impacto de 51 milhões de CVE, e a conclusão da implementação dos estatutos das Forças Armadas, com um impacto de 124 milhões de CVE), bem como dos demais PCCS com menor impacto, traduzindo-se num impacto total, para 2023, de 228 milhões de CVE, nos termos do quadro abaixo;
  - pela retoma dos recrutamentos em curso e novos recrutamentos para diferentes categorias e estruturas do Estado, entre os quais: agentes de segurança prisionais, conservadores, oficiais ajudantes para os registos e notariado, coordenadores para as comissões de Coordenação de Combate ao Crime Organizado e de Prevenção e Combate à Violência, inspetores, técnicos de fiscalização, auditores, secretários das embaixadas e técnicos (215 milhões de CVE);



- pela conclusão do recrutamento de 138 agentes da Polícia Nacional, que vão terminar a formação no primeiro trimestre de 2023 e recrutamento de 25 agentes da polícia judiciária, 3 especialistas e 3 seguranças (135 milhões de CVE);
- pelo recrutamento em curso no setor da saúde e previsão de novos recrutamento de médicos, enfermeiros e técnicos de saúde (126 milhões de CVE);
- pelo aumento salarial para os funcionários e aposentados com salário inferior ou igual a 69 mil escudos, mas não se aplica ao pessoal abrangido pelos PCCS aprovados e ou implementado a partir de 1 de janeiro de 2019 (100 milhões de CVE);
- pelo aumento de verbas para a contribuição a segurança social (57 milhões de CVE);
- pela nomeação do juiz e diretor do Gabinete do Supremo Tribunal da Justiça e do recrutamento dos magistrados do Ministério Público e da Magistratura Judicial e oficiais de diligências (56 milhões de CVE);
- pelo reingresso dos funcionários que se encontram de licença e em comissões de serviços (43 milhões de CVE);
- pela promoção dos funcionários (41 milhões de CVE);
- pelo recrutamento e nomeações para o Centro Multinacional de Coordenação Marítima e Instituto de Medicina Legal (22 milhões de CVE);
- pelo recrutamento e nomeações para dirigente, técnicos da IDJ e ONAD e os impactos e recrutamentos em curso (desporto) (+14 milhões de CVE); e
- pela atualização da grelha salarial dos agentes prisionais de 56 mil escudos para 60 mil escudos (8 milhões de CVE).

Tabela 7 – Implementação dos PCCS entre 2016 e 2023

(em milhões de CVE)

Ministério	Subsector	IMPACTO TOTAL	Implementação Ano (Impacto atualizado 2023)							
			OE_2016	OE_2017	OE_2018	OE_2019	OE_2020	OE_2021	OE_2022	OE_2023
MSSS	Médicos	155 955 747	0		155 955 747		0	0	0	
	Enfermeiros	156 225 984	0	0	100 000 000	56 225 984	0	0	0	
	Estatuto HAN	1 044 000	0	1 044 000		0	0	0	0	
	INSP									4 077 699
	Transição de Enfermeiros									1 068 430
	Transição de Médicos									1 495 962
	<b>Total MSSS</b>	<b>319 867 822</b>	<b>0</b>	<b>1 044 000</b>	<b>255 955 747</b>	<b>56 225 984</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6 642 091</b>
ME	Carreira Docente	991 064 978	334 621 978	133 739 098	211 576 562	210 000 000	101 127 340			50 544 201
	Inspeção da Educação	6 655 356	655 356	-	6 000 000	-	-	-	-	
	FICASE	3 635 362	3 635 362	-	-	-	-	-	-	
	<b>Total ME</b>	<b>1 051 899 897</b>	<b>338 912 696</b>	<b>133 739 098</b>	<b>217 576 562</b>	<b>210 000 000</b>	<b>101 127 340</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>50 544 201</b>
MJ	Polícia Judiciária	48 655 060	0	30 370 824	18 284 236	-	-	-	-	
	Estatuto do Pessoal de RNI	3 627 876	0	3 627 876	0	0	0	0	0	
	Estatutos do Pessoal CNDHC	0	0	0	0	0	0	0	0	
	UIF	3 600 000								3 600 000
	<b>Total MJ</b>	<b>60 882 936</b>	<b>0</b>	<b>33 998 700</b>	<b>23 284 236</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3 600 000</b>
CHGOV	CEJUR	5 439 276	5 439 276	0	0	-	-	-	-	
	<b>Total CHGOV</b>	<b>5 439 276</b>	<b>5 439 276</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
MAI	SNPC	1 755 155								1 755 155
	Polícia Nacional	490 688 318				376 000 000	114 688 318	0	0	
	<b>Total MAI</b>	<b>492 443 473</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>376 000 000</b>	<b>114 688 318</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 755 155</b>
MAA	INMG	24 835 457								24 835 457
	<b>Total MAA</b>	<b>24 835 457</b>								<b>24 835 457</b>
MDEFESA	<b>Forças Armadas</b>	242 355 585				118 000 000	0	0	124 355 585	
	<b>Total MDEFESA</b>	<b>242 355 585</b>				<b>0</b>	<b>118 000 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>124 355 585</b>
MIHOT	INGT	5 205 599					5 205 599			
	<b>Total MIHOT</b>	<b>5 205 599</b>					<b>0</b>	<b>5 205 599</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
MNEC	Diplomatas	111 538 607	40 238 607	71 300 000	-	-	-	-	-	
	<b>Total MNEC</b>	<b>111 538 607</b>	<b>40 238 607</b>	<b>71 300 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
MFIS	ICCA	20 521 228	0	0		15 758 986				4 762 242
	CNPS	3 690 048					922 512	2 767 536		
	AAI	734 328								734 328
	<b>Total MFIS</b>	<b>24 945 604</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15 758 986</b>	<b>922 512</b>	<b>2 767 536</b>	<b>0</b>	<b>5 496 570</b>
OSOB	CSMP e CSMJ (oficiais)	54 873 464	0	2 353 464	52 520 000	-	-	-	-	
	TCCV	10 441 279	10 441 279	-	-	-	-	-	-	
	PR	13 420 226								13 420 226
	T.Constitucional	3 339 885								3 339 885
	<b>Total OSOB</b>	<b>82 074 854</b>	<b>10 441 279</b>	<b>2 353 464</b>	<b>52 520 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16 760 111</b>
MAR	IM									4 918 065
	<b>Total MAR</b>	<b>4 918 065</b>					<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4 918 065</b>
MICE	IGAE (Estatuto dos Inspectores)	7 000 000					7 000 000			
	<b>Total MICE</b>	<b>7 000 000</b>					<b>7 000 000</b>			
MCIC	BNCV	2 861 292					0			2 861 292
	IPC	2 184 948					2 184 948			
	AHNCV	2 956 920					0			2 956 920
	CNAD	226 995						45 399	181 596	
	<b>Total MCIC</b>	<b>2 411 943</b>					<b>2 184 948</b>	<b>45 399</b>	<b>181 596</b>	<b>5 818 212</b>
MF	Técnicos de Receitas (reforço)	39 801 504	0	24 801 504	15 000 000	-	-	-	-	
	Estatuto da DNRE	36 000 000						36 000 000		4 338 144
	Inspeção Geral das Finanças	4 398 685	4 398 685	-	-	-	-	-	-	
	Estatuto do IEFP	15 000 000					15 000 000			
	Estatuto Pessoal dirigente ARAP									
	Estatuto Pessoal dirigente Pro-Empresa									
	Técnicos de Finanças	5 979 960	5 979 960	-	-	-	-	-	-	
	Estatuto do CVTI									
	Estatuto do DNP									3 469 480
	<b>Total MF</b>	<b>108 987 773</b>	<b>10 378 645</b>	<b>24 801 504</b>	<b>15 000 000</b>	<b>0</b>	<b>15 000 000</b>	<b>36 000 000</b>	<b>0</b>	<b>7 807 624</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>2 519 971 434</b>	<b>405 410 503</b>	<b>267 236 766</b>	<b>564 336 545</b>	<b>657 984 970</b>	<b>364 128 717</b>	<b>38 812 935</b>	<b>181 596</b>	<b>227 697 614</b>

Fonte: MFFE



### 3.2.2.1.1.1.1. Aquisição de Bens e Serviços

91. Nos últimos três anos as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços - ABS” têm representado, em média, cerca de 17,1% do total de despesas. Para 2023, fixa-se o montante em 14.685 milhões de CVE, traduzindo-se num aumento de 30,0% (3.170 milhões de CVE) comparado com previsão da execução de 2022. Esse aumento decorre, essencialmente:

- da inscrição e aceleração de projetos e unidades constantes no PPIP (empréstimos), a destacar “Turismo Resiliente Desenvolvimento Economia Azul”, “Capital Humano”, “Reestruturação do Setor Empresarial do Estado”, “Energia Renovável e Melhoria da Eficiência Energética nos Serviços Públicos”, “Desenvolvimento do Sistema de Informação de RH e Bases de Dados na APUB”, “ Portais e Serviços Digitais *Online*” e “Destacamento Porto de Furna”, financiados com empréstimos externo, no montante adicional de 752 milhões de CVE e reprogramação dos projetos inscritos em 2022, com destaque para o projeto “Sistema de Produção e distribuição de Água em Santiago” para 2023 no montante de 164 milhões de CVE. Assim, os projectos com financimanto externo representam um adicional em aquisições de bens e serviços no montante de 916 milhões de CVE.
- inscrição e reforços de donativos para implementação de projetos com destaque para as áreas da agricultura e ambiente, saúde, educação e reformas legislativas no âmbito da Administração Pública, estudos para materialização da Zona Económica Especial de São Vicente, instalação das missões diplomáticas em Marrocos e reforço das unidades e projetos, no montante adicional de 1.104 milhões de CVE. Mas, é de destacar a diminuição de donativos com destaque para projeto “Secretariado Executivo do CCS-SIDA”, “Cabo Verde Investimento Fórum” e vários projetos do setor da agricultura e ambiente no montante de 497 milhões de CVE. Assim, o efeito líquido dos donativos no aumento de despesa com aquisições de bens e seviços o montante de 607 milhões de CVE;
- previsão do aumento do financiamento com recursos às receitas consignadas e às receitas próprias no montante de 709 milhões de CVE, com realce para o reforço das unidades orçamentais com financiamento a receitas consignadas, nomeadamente o “Fundo de Sustentabilidade Social do Turismo” (+ 162 milhões de CVE), devido à previsão da retoma do turismo e ao “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras” (+153 milhões de CVE), na sequência da previsão da retoma do turismo que se traduz no aumento da taxa de segurança aeroportuária, aumento das receitas próprias de diversas estruturas (+196 milhões de CVE), inscrição da receita dos bens móveis aprendidos e revertidos a favor do Estado (+154 milhões de CVE) que tem como beneficiários os fundo (i) da modernização

da justiça, (ii) do apoio às vítimas de Crime,(iii) do apoio à vítima de VBG e (iv) de programas de prevenção ao abuso de drogas e de tratamento de toxicodependentes – e aumento do cofre geral de justiça (+ 46 milhões de CVE).

- Ao nível do financiamento tesouro prevê um aumento no montante de 1.045 milhões de CVE, devido ao aumento de (i) medicamentos e material de consumo clínico para os hospitais e centros de diálise de São Vicente e da Praia (+319 milhões de CVE), (ii) deslocação e estada e representação dos serviços para, praticamente, todas as estruturas com destaque para Presidência de República, Finanças e Fomento empresarial e Negócios Estrangeiros (+121 milhões de CVE), (iii) assistência técnica residente e não residente, no valor de 203 milhões de CVE, essencialmente, no processo de encontro de contas tripartido entre a Electra, o NOSI e a DNRE; (iv) produtos alimentares para hospitais, cantinas escolares e Forças Armadas e outros bens, essencialmente, para bonificação de três meses de ração no âmbito das medidas de mitigação da seca (+ 113 milhões de CVE ; (v) contratos de água, energia elétrica, vigilância e segurança, limpeza higiene e conforto, rendas e honorário (+139 milhões de CVE); (vi) combustível, transporte, material de transporte e peças, e conservações e reparações de bens (+111 milhões de CVE); e (vii) outros consumíveis para funcionamento das estruturas do Estado (+39 milhões de CVE).

#### **3.2.2.1.1.2. Juros e Outros Encargos**

92. A evolução das despesas com Juros e Outros Encargos está intrinsecamente relacionada com a contratação do empréstimo/stock da dívida pública.
93. Nos últimos três anos, o peso médio desse agregado foi de 7,8% sobre o total da despesa. Para o ano 2023, prevê-se o montante de 5.877 milhões de CVE para fazer face aos juros e outros encargos, o que corresponde a um aumento de 1,2% em face à previsão da execução de OE 2022, representando um peso de 7,5 % do total do orçamento.
94. Comparando com o orçamento inicialmente previsto para 2022, o aumento nesta rubrica é de 6,1% (+335 milhões de CVE), justificado pelo aumento dos juros da dívida externa e interna, isto é, +263 milhões de CVE e +73 milhões de CVE, respetivamente.
95. De destacar o aumento significativo da outra componente do serviço da dívida (amortização de capital), que, pese embora não constitua despesa para apuramento do saldo fiscal/orçamental, sendo uma rubrica de redução do passivo, a mesma ganha particular importância no consumo dos recursos disponíveis para financiar as políticas e as estruturas do OE 2023. Isso, tendo em conta o aumento da amortização de capital da dívida interna e

externa, traduzindo-se num reforço de 3.215 milhões de CVE, comparativamente ao previsto no OE 2022.

### **3.2.2.1.1.3. Subsídios**

96. A rubrica Subsídios está orçada em 2.022 milhões de CVE para 2023, prevendo-se um aumento de 43,5%, em face a previsão da execução do OE 2022, devido ao efeito combinado das medidas relativas (i) ao empoderamento das famílias pobres para o consumo de água e energia (+505 milhões de CVE); (ii) à mitigação do aumento de combustível (+ 464 milhões de CVE) e (iii) ao impacto das medidas de aumento de preços dos bens alimentares (68 milhões de CVE), totalizando um montante de 1.037 milhões de CVE.
97. É de se destacar, ainda, a manutenção da dotação no âmbito da ligação marítima e aérea, bem como subsídios às operadoras no âmbito da tarifa social de água e eletricidade, totalizando um impacto de 801 milhões de CVE.

### **3.2.2.1.1.4. Transferências Correntes**

98. O montante das transferências correntes e de capital, previsto para 2023, é fixado em 6.657 milhões de CVE, o que representa um aumento de 9,2%, comparada com a previsão da execução de 2022 (+560 milhões de CVE) justificada, essencialmente, pela previsão do aumento das receitas consignadas, pelas transferências aos municípios por via do Fundo de Turismo e do Fundo de Ambiente no montante de 257 milhões do CVE, dinamização do turismo rural no valor de 125 milhões de CVE, Fundo de Promoção do Emprego e Formação, em 52 milhões de CVE.
99. Em 2022, essa rubrica foi reprogramada para baixo, passando de 6.663 milhões de CVE no orçamento inicialmente previsto para 6.097 milhões de CVE.
100. Destaca-se, ainda, a diminuição do financiamento externos para os projetos “POSER” e “Acesso ao Financiamento das MPMEs”, no montante de 169 milhões de CVE.
101. Mesmo, com a arrecadação de receitas fiscal, excluindo as consignadas, do ano de 2021 abaixo do ano de 2019, às transferências do Fundo de Financiamento Municipal (FFM) permanecem inalteradas a nível de 2021, isto é, o Governo Central garante a transferência de valores adicionais (em cerca de 624 milhões de CVE) a todas as câmaras municipais, de forma a compensar a diminuição do FFM, como consequência da redução das receitas fiscais.

### **3.2.2.1.1.5. Benefícios Sociais**

102. Para o ano 2023, prevê-se o montante de 9.143 milhões de CVE para a atribuição de benefícios sociais, traduzindo-se num aumento de 2,7% comparativamente a previsão de execução de 2022, representando um peso de 11,7% do total de orçamento. Esse aumento decorre, essencialmente, do aumento de pensão de aposentação e do regime não contributivo em face ao alargamento de número de beneficiários para mais 3 mil.

### **3.2.2.1.1.6. Outras Despesas**

103. Para o ano económico de 2023, prevê-se o montante de 3.207 milhões de CVE, representando uma diminuição de 17,1% (661 milhões de CVE), em face a previsão de execução de 2022, justificada, pela eliminação da inscrição da dotação orçamental para pagamento das despesas de subvenções aos partidos políticos e grupos de cidadãos no âmbito das eleições autárquicas, legislativas e presidenciais (550 milhões de CVE) realizadas em 2020/2021, despesas essas, já pagas em 2022 e pela reprogramação de despesas (96 milhões de CVE).

104. É de se destacar o aumento da rubrica Indemnizações (POSER) e Outras Despesas Residual, no âmbito da covid-19.

105. Nesse agrupamento económico estão enquadradas despesas a serem realizadas com as restituições e reembolso de impostos, dotação provisional, as bolsas de estudos e outros benefícios educacionais.

### **3.2.2.1.2. Ativos não Financeiros**

106. No OE 2023, para efeito da realização de investimentos, é previsto o montante de 11.945 milhões de CVE (5,2% do PIB), equivalentes a 15,3% do total do orçamento, um aumento de 52,5%, representando em termos absolutos uma variação positiva de 4.046 milhões de CVE comparada com a previsão da execução de 2022. A evolução desse agregado, comparativamente ao reprogramado para 2022, é justificada pela conjugação dos seguintes pontos:

- Reforços e inscrições de novos projetos estruturantes com financiamento donativo, com destaque para:
  - o setor da saúde com o montante de 1.675 milhões de CVE para (a) a construção da maternidade e da pediatria no Hospital Batista de Sousa (+1.356 milhões de

- CVE), (b) a reestruturação da rede da telemedicina e eficiência energética (304 milhões de CVE); e
- o setor da agricultura com o montante de 53 milhões de CVE, justificados pela diminuição do projeto POSER (142 milhões de CVE) e inscrição do programa governança e ação climática (+ 200 milhões de CVE).
- Reforços e inscrições de projetos estruturantes com financiamento empréstimo, com destaque:
    - ao sector da água, com o montante de +902 milhões de CVE, decorrente da implementação do projeto “Sistema de Produção e Distribuição de Água em Santiago”, empréstimos do JICA;
    - o setor marítimo com o montante de + 769 milhões de CVE, justificados pelo reforço no projeto terminal de cruzeiros;
    - o setor de infraestruturas com o montante de + 539 milhões de CVE, justificados pela inscrição dos projetos turismo resiliente e capital humano, componente infraestruturas (+653 milhões de CVE) e PRRA (+98 milhões de CVE), bem como o projeto reforço do setor de transporte (213 milhões de CVE);
    - o setor da saúde com o montante de 521 milhões de CVE, justificado (a) pela construção dos centros de saúde (Ribeira Grande Santiago, Achada Monte, Monte Sossego e Ribeira das Patas), no montante de 218 milhões de CVE; (b) pelo centro ambulatório de Boavista e pelas aquisições de Câmaras Hiperbáricas (114 milhões de CVE) e (c) pela conclusão das obras de construções e reabilitações dos centros de saúde financiadas pelo fundo KUWAIT (100 milhões); e
    - o setor da energia no montante de 243 milhões de CVE, justificados pela inscrição do projeto Energias Renováveis e Melhoria da Eficiência Energética.
  - Reforços e inscrições de dotações orçamentais com financiamento tesouro no valor de +297 milhões CVE, justificados pela combinação dos pontos que se seguem:
    - Aumento da dotação no valor de 924 milhões de CVE, justificados pelo reforço: (i) na Administração Interna (+288 milhões de CVE), com destaque para projeto do sistema integrado de controlos de fronteiras financiado com receita consignada da taxa turística; (ii) na Infraestrutura, Ordenamento do Território e Habitação (+252 milhões de CVE), com destaque ao programa de regeneração do habitat; (iii) no Tribunal de Contas, no âmbito da continuidade da construção da nova sede (109 milhões de CVE) (iv) no Desporto e Juventude (+55 milhões de CVE), justificado pela criação da receita consignada de álcool e tabaco para financiar infraestruturas desportivas;(iv) nas Finanças (+47 milhões de CVE), no

âmbito das remodelações dos serviços desconcentrados da DNRE e (v) em outras estruturas como Justiça (44 milhões de CVE), Negócios Estrangeiro (41 milhões de CVE), Saúde (33 milhões de CVE), Indústria, Comércio e Energia (+26 milhões de CVE), Defesa Nacional (16 milhões de CVE); Presidência da República (13 milhões de CVE) e Modernização do Estado e Administração Pública (5 milhões de CVE).

- Diminuição da dotação no setor da (i) Agricultura e Ambiente (507 milhões de CVE), justificada pela retificação da modalidade de contrapartida para o projeto financiado pelo JICA (345 milhões de CVE) e pela diminuição do financiamento do Fundo de Ambiente em Ativos Não Financeiros (162 milhões de CVE, mas é de destacar a orçamentação das contrapartidas nacionais para todos os projetos em curso);(ii) Educação (113 milhões de CVE), devido à previsão da redução do montante da dotação na construção da escola da Várzea e (iii) da Cultura e indústria Criativas e do Gabinete do Primeiro-ministro (8 milhões de CVE).
- É de destacar a manutenção do projeto no âmbito do financiamento tesouro para o PRRA, no montante de 748 milhões de CVE.

### **3.2.2.2. Despesas Totais por Tipo de Financiamento**

107. O contexto mundial com a pandemia e a guerra na Ucrânia e agravado pelas mudanças climáticas provocam uma contínua afetação na capacidade de financiamento com recurso endógeno.
108. Esses desafios, incluindo o quadro de incerteza, agravado pela pressão do aumento do serviço da dívida em cerca de 3.215 milhões de CVE, impõem a Cabo Verde um quadro de elevada restrição, acentuando os riscos relativamente ao financiamento do OE 2023.
109. Para 2023, perspetiva-se a recuperação económica nos termos do Plano de Retoma e o Desenvolvimento Social, assim, nesse âmbito, prevê-se um aumento da capacidade interna de financiamento em 14,2%, em face à previsão de 2022, o que significa que cerca 77,7% da despesa total (Despesas e Ativos Não Financeiros) serão financiados com recursos endógenos, o que representa 26,3% do PIB programado para o ano.

Tabela 8 – Evolução das Despesas por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	2020	2021	2022	2023	Taxa de Crescimento em %			em % do PIB		
	CGE	PREV	EST	OE	2021	2022	2023	2021	2022	2023
<b>Interno</b>	<b>46 268</b>	<b>47 635</b>	<b>53 028</b>	<b>60 563</b>	3,0	11,3	14,2	24,2	24,8	26,3
Tes.(Rec. Int.)	45 901	47 186	52 164	59 598	2,8	10,6	14,3	24,0	24,4	25,9
OFN	367	449	864	965	22,4	92,3	11,7	0,2	0,4	0,4
<b>Externo</b>	<b>14 886</b>	<b>12 223</b>	<b>15 445</b>	<b>17 405</b>	<b>-17,9</b>	<b>26,4</b>	<b>12,7</b>	<b>6,2</b>	<b>7,2</b>	<b>7,6</b>
Donativo	5 354	3 488	3 161	5 431	-34,9	-9,4	71,8	1,8	1,5	2,4
Empréstimo	9 320	8 626	11 994	11 885	-7,4	39,0	-0,9	4,4	5,6	5,2
FCP (Ajuda Alimentar)	212	109	290	88	-48,5	166,3	-69,5	0,1	0,1	0,0
<b>Total da Despesa</b>	<b>61 154</b>	<b>59 858</b>	<b>68 473</b>	<b>77 968</b>	<b>-2,1</b>	<b>14,4</b>	<b>13,9</b>	<b>30,4</b>	<b>32,0</b>	<b>33,9</b>

Fonte: MFFE

110. No que tange ao financiamento externo, nota-se que 22,3% das despesas são financiados por recursos externos.
111. Relativamente aos Donativos, na modalidade de Ajuda a Projetos Diretos e Ajuda Orçamental Donativos, esses totalizam o montante de 5.431 milhões de CVE, o equivalente a 31,2% do total do financiamento externo, sendo que os maiores financiadores na modalidade de Donativos Diretos aos projetos são: China (1.359 milhões de CVE), Luxemburgo - incluindo ajuda orçamental (1.272 milhões de CVE) e Holanda (465 milhões de CVE).
112. O total dos empréstimos externos, excluindo Ajuda Orçamental e saldos do Direito Especial de Saque (SDR), ascende a 7.834 milhões de CVE, o equivalente a 45,0% do total do financiamento externo. Esse financiamento de empréstimos direto a projetos é canalizado para a implementação de 15 programas, com destaque para os Programas de “Infraestruturas Modernas e Seguras” (2.390 milhões de CVE), “Água e Saneamento” (1.869 milhões de CVE), “Transformação da Agricultura” (548 milhões de CVE), “Cabo Verde Plataforma Digital e da Inovação” (422 milhões de CVE), “Modernização do Estado e da Administração Pública” (406 milhões de CVE), “Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética” (398 milhões de CVE), “Desenvolvimento Integrado da Saúde” (345 milhões de CVE), “Programa Sistema de Informação para o Desenvolvimento Sustentável” (339 milhões de CVE) e “Habitação, Desenvolvimento Urbano e Gestão do Território (335 milhões de CVE).
113. A ajuda orçamental prevista para 2023 totaliza o montante de 4.790 milhões de CVE, representando 27,5% do total do financiamento externo, sendo 739 milhões de CVE

provenientes da Ajuda Orçamental Donativos e 4.051 milhões de CVE da Ajuda Orçamental Empréstimos.

Tabela 9 – Evolução da Ajuda Orçamental

Ajuda Orçamental	2020 CGE	2021 PREV	2022 EST	2023 OE	(em milhões de CVE) Taxa de Crescimento		
					2021	2022	2023
<b>Donativos</b>	<b>1.956</b>	<b>716</b>	<b>717</b>	<b>739</b>	<b>-63,4</b>	<b>0,1</b>	<b>3,1</b>
União Europeia	1.901	661	662	662	-65,2	0,2	0,0
Espanha				22	-	-	1,0
Portugal	55	55	55	55	0,0	0,0	0,0
<b>Empréstimos</b>	<b>5.724</b>	<b>5.081</b>	<b>5.025</b>	<b>4.051</b>	<b>-11,2</b>	<b>-1,1</b>	<b>-19,4</b>
Banco Mundial	2.425	2.881	2.820	1.846	18,8	-2,1	-34,6
BAD	3.300	2.200	2.205	2.205	-33,3	0,3	0,0
<b>Total da Ajuda Orçamental</b>	<b>7.680</b>	<b>5.796</b>	<b>5.742</b>	<b>4.790</b>	<b>-24,5</b>	<b>-0,9</b>	<b>-16,6</b>

Fonte: MFFE

### 3.2.2.3. Classificação Funcional

114. O OE 2023 orienta-se pela convergência de propósitos e para o aproveitamento das janelas de oportunidades para o desenvolvimento sustentável no quadro da implementação do PEDS II. Para isso, e em face à superposição de crises, é imperativa uma boa gestão de contingências e de emergências, com foco na estratégia de desenvolvimento, alicerçada em pilares estruturantes e políticas e investimentos consistentes e sustentáveis.
115. Nesse contexto, o processo de elaboração do OE 2023 assume medidas de políticas que concorrem para a construção de um Cabo Verde resiliente e sustentável, ancorado em todas as funções do Estado.
116. A função “Saúde” representa um acréscimo de 26,3% comparando com a estimativa do OE 2022, passando de 7.875 milhões de CVE para 9.945 milhões de CVE (+2.070 milhões de CVE), representando 4,3% do PIB. O aumento é justificado pelo reforço de todas as subfunções:
- “Serviços hospitalares” (1.387 milhões de CVE), com realce para: Inscrições dos projetos Construção da Maternidade e Pediatria do Hospital Baptista de Sousa (1.359 milhões de CVE); Construção da UCI – Hospital Baptista de Sousa (51 milhões de CVE); Implementação do Laboratório de Biologia Molecular de Cabo Verde –HAN (7 milhões de CVE); HRF-Gases Medicinais (5 milhões de CVE); reforço das unidades orçamentais: Centro Nacional de Diálise da Praia (+49 milhões de CVE); DGRHA –



Hospital Agostinho Neto e Baptista de Sousa - Func (+45 milhões de CVE); projeto RSSN – Hospital Regional Dr. Santa Rita Vieira – Func (+8 milhões de CVE); e “Funcionamento –Hospital Central Baptista de Sousa – Medicamentos Logística e aprovisionamento (+5milhoes de CVE);

- “Serviços de Saúde Pública” (288 milhões de CVE), devido às inscrições de vários projetos nomeadamente, Reestruturação da Rede de Telemedicina (230 milhões de CVE); Construção do Centro de Saúde de Ribeira Grande de Santiago, de Monte Sossego e Achada Monte (192 milhões de CVE); Fundo e Programas de Prevenção ao Abuso de Drogas e de Tratamento de Toxicodependentes (56 milhões de CVE); “Reforço do projeto Construção de Centro de Saúde de Ribeira das Patas” (+41 milhões de CVE); “Ampliação do Centro Saúde de Boa Vista” (39 milhões de CVE); “Aquisição de Camaras Hiperbáricas” (44 milhões de CVE); “Centro Ambulatorial de Boa Vista” (70 milhões de CVE); “Construção do Posto Sanitário de Palmeira” (34 milhões de CVE); “SiS – Processo Clínico Eletrónico” (30 milhões de CVE); Reabilitação de USB de Santa Catarina de Santiago, de Boa Vista e Posto Sanitário de Rabil (26 milhões de CVE);
- “Produtos Médicos Próteses e Equipamento” (249 milhões de CVE), com destaque ao reforço do projeto “Gaf- Medicamentos Logística e Aprovisionamento” que passou de 466 milhões de CVE para 713 milhões de CVE, (+246 Milhões de CVE);
- Outros não especificados” (135 milhões de CVE) inscrição do projeto “Eficiência Energética”, com 120 milhões de CVE;
- “ID Saúde” (58 milhões de CVE) destacando o reforço orçamental do Centro de Diálise de São Vicente (+ 79 milhões de CVE); e
- “Serviços Médicos Ambulatórios” (49 milhões de CVE) inscrição do projeto “Centro de Simulação Médica” (49 milhões de CVE).

117. A função “Assuntos Económicos” representa 14,3% do peso total do orçamento, passando de 8.313 milhões de CVE para 11. 088 milhões de CVE (4,8% do PIB), o que se traduz num aumento de 33.4% (2.775 milhões de CVE). Esse incremento decorre da conjugação de vários fatores, podendo-se destacar inscrições de projetos com maior impacto, tais como: (i) Desenvolvimento do Turismo Resiliente e Economia Azul (633 milhões de CVE) ; (ii)Energia Renovável e Melhoria da Eficiência Energética nos Serviços Públicos (301 milhões de CVE); (iii)Gestão Apoio e Inspeção Zoo e Fitossanitária (129

milhões de CVE);(iv) Desenvolvimento de 3 Bacias Hidrográficas – Santiago, Santo Antão e Boa Vista (106 milhões de CVE); (v) Promoção de Mobilidade Elétrica em Cabo Verde (100 milhões de CVE); (vi) Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia em CV em 6 ilhas (98 milhões de CVE); (vii) Aldeias Turísticas Rurais (80 milhões de CVE); (viii) Projeto Nexus Energia-Água (44 milhões de CVE); (ix) Capital Humano de Emprego e Formação (42 milhões de CVE); (x) Reforço da Capacidade de Adaptação e Resiliência do Setor Agropecuário – efeitos de alterações climáticas (+ 22 milhões de CVE); (xi) Programa de Emergência para Mitigação da Seca – Salvamento de Gado (27 milhões de CVE); (xii) Reforço da Resiliência da Fruticultura em Cabo Verde (20 milhões de CVE); (xiii) Proteção e vigilância Fito e Zoo Sanitária (18 milhões de CVE); e reforços efetuados nos projetos: (i) Terminal de Cruzeiros (+ 768 milhões de CVE); (ii) Reforço Institucional e Melhoria do Ambiente do Negócios (+464 milhões de CVE); (iii) Reestruturação do Setor Empresarial do Estado (+247 milhões de CVE); (iv) Fundo de Desenvolvimento do Turismo (+ 132 milhões de CVE); (v) Dinamização do Turismo Rural e de Natureza (+125 milhões de CVE);(vi) Qualificações das Localidades (+97 milhões de CVE); (vii) Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (+91 milhões de CVE); (viii) projeto Autoridade da Zona Económica Especial Marítima em SV (+ 64); (ix) Fundo de Promoção do Emprego e Formação (+52 milhões de CVE); (x) preparação do Projeto Cabo Verde Digital (+ 46 milhões de CVE);(xi) Eletrificação Rural de Santiago (+ 28 milhões de CVE); (xii) Reforço de Viação e Segurança Rodoviária (+22 milhões de CVE); e (xiii) Instituto do Mar (+21 milhões de CVE);

118. A função de “Serviços Culturais e Recreativos”, orçado no montante de 987 milhões de CVE, traduzindo-se numa previsão de crescimento de 32,3% (+241 milhões de CVE) comparando com a estimativa do OE 2022, representando 0,4% do PIB. O acréscimo líquido é justificado pelo reforço das subfunções:

- “Serviços Culturais”, decorrente do aumento de recursos nos projetos Fundo Autónomo de Apoio à Cultura e às Indústrias Criativas (+77 milhões de CVE), e Bolsa à Cultura (+5 milhões de CVE);
- “Serviços Recreativos e Desporto”, devido ao aumento do projeto Desporto Nacional Competitivo Atividade Física e Eventos (+64 milhões de CVE) e ONAD- Organização Nacional Antidopagem (+17 milhões de CVE); e
- “Outros não Especificados” devido ao reforço de 9 milhões de CVE no projeto “Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design”;

119. A função “Defesa” com uma previsão de crescimento de 27,5%, justificados, essencialmente, pelo acréscimo da:

- “subfunção Defesa Militar” na unidade orçamental (i) Forças Armadas (+145 milhões de CVE) dos quais 124 milhões de CVE são destinados à atualização do índice 100 da estrutura remuneratória dos militares, passando de 15.000 CVE para 17.000 CVE; (ii) Inscrição do projeto Centro Multinacional de Coordenação Marítima na Zona G (37 milhões de CVE); (iii) Inscrição do projeto Construção de Enfermaria no Centro de Instrução Militar São Vicente, com 19 milhões de CVE; (iv) incremento no projeto Patrulhamento Marítimo (+25 milhões de CVE);
- Subfunção “Defesa Civil”, reforço do Serviço Nacional de Proteção e Apoio à Sociedade Civil e Bombeiros, (+23 milhões de CVE); e
- Subfunção “Outros não especificados” (i) Patrulhamento Aéreo e Emergência, orçado com 132 milhões de CVE, (+33 milhões de CVE) em relação ao orçamento de 2022; (ii) inscrição do projeto Destacamento no Porto de Furna Brava, com (18 milhões de CVE); e (iii) inscrição da unidade orçamental, Instalação da Autoridade Aeronáutica Militar (1 milhão de CVE).

120. A função “Segurança e Ordem Pública”, com uma dotação de 6.444 milhões de CVE, registou um crescimento de 14,1%, se comparado com a estimativa do OE de 2022, o que representa, em termos absolutos, cerca de 795 milhões de CVE. Esse aumento decorre da conjugação de vários fatores, podendo-se destacar as seguintes subfunções:

- Subfunção “ID – Segurança e Ordem Pública” com destaque ao reforço na unidade orçamental Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras (+453 milhões de CVE), devido à previsão da retoma do turismo que se traduz no aumento da taxa de segurança aeroportuária (receita consignada);
- Subfunção “Tribunal” (+125 milhões de CVE), com realce na unidade orçamental, funcionamento do Cofre Tribunais e Ministério Público (+33 milhões de CVE), Conselho Superior de Magistratura Judicial (+24 milhões de CVE); Funcionamento do Gabinete CSMP (+16 milhões de CVE); Obras e Beneficiação dos Edifícios da Justiça (+16 milhões de CVE); e Cofre – Registos e Notariados (+9 milhões de CVE);
- Subfunção “Outros não Especificados” (+110 milhões de CVE), destacando o projeto Fundo de Apoio às Vítimas de Crimes (+56 milhões de CVE); Inscrição do projeto, Instalação do Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses (30 milhões de CVE);

Reforço da unidade orçamental Comunicação Global - Informação Jurídica (+ 9 milhões de CVE); e

- Subfunção “Prisões” (+60 milhões de CVE) sendo que o maior aumento regista-se na unidade orçamental Serviços Prisionais e Reinserção Social (+ 54 milhões de CVE).

121. É de se realçar a diminuição de recursos (-27 milhões de CVE) na Subfunção “Serviços Policiais” devido a saída de agentes nos últimos anos, o qual poderá ser retomado, considerando a previsão de recrutamento de 138 agentes em 2023, no valor de 113 milhões de CVE.

122. A função “Proteção Social” representa 14,3 % do peso total do orçamento, que regista uma dotação orçamental de 9.914 milhões de CVE em 2022, contra o montante de 11.142 milhões de CVE (4,8% do PIB) em 2023. Esse aumento em termos absolutos, (1.228 milhões de CVE), resulta do aumento verificado nas subfunções:

- “Idosos”, justificado pelo aumento nas pensões do regime contributivo (+618 milhões de CVE);
- “Habitação”, causado pela inscrição do projeto Capital Humano – Setor Habitação (232 milhões de CVE);
- “Família e Crianças” (+143 milhões de CVE), com destaque na inscrição do projeto Capital Humano – Setor Família e Inclusão Social (46 milhões de CVE) e reforço do projeto Apoio Integrado à Família (+85 milhões de CVE);
- “Proteção Social Não especificado”, inscrição do projeto Empoderamento das Famílias Pobres - Consumo Energia/Água (506 milhões de CVE); Reforço da Unidade orçamental, Pensão Unificada (+67 milhões de CVE); e
- Inclusão social, Inscrições dos projetos Fundo de Apoio as Vítimas de VBG (42 milhões de CVE); e Reforço Integrado de Migrantes em Cabo Verde (21 milhões de CVE); e
- “Doença e incapacidade “ reforço do projeto Garantia de Cuidados de Dependentes (+14 milhões de CVE).

123. A função “Habitação e Desenvolvimento Urbanístico”, orçado no montante de 2.475 milhões de CVE, traduzindo-se numa previsão de crescimento de 121,2% (+1.356 milhões de CVE) comparando com a estimativa do OE 2022, representando 1,1% do PIB. O acréscimo líquido é justificado:

- Pela inscrição na subfunção “Desenvolvimento habitacional” do montante de 362 milhões de CVE o projeto, Programa de Regeneração do Habitat; Subfunção “Outros Não especificados”, pelo reforço do projeto Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades (+38 milhões de CVE); e Subfunção “Desenvolvimento Urbanístico”, Inscrição do projeto Controle de Qualidade Cadastro Predial Ilhas de S. Vicente, Sal e Boa Vista (10 milhões de CVE); e
  - Pela reprogramação de projetos inscritos na subfunção “Abastecimento de água”, relativamente ao projeto “Sistema de Produção e Distribuição de Água em Santiago”, com a dotação orçamental de 1.004 milhões de CVE, em que se prevê iniciar a obra em 2023.
124. A função “Serviços Públicos Gerais”, nos últimos três anos, foi responsável pela realização, em média, de cerca de 17.110 milhões de CVE. Para 2023, constata-se que essa função, no montante de 19.979 milhões de CVE (8,7% do PIB) continua a registar o maior peso no OE (cerca de 25,6%) e regista no OE2023 uma taxa de crescimento de 4,6%, comparativamente ao OE 2022 (+880 milhões de CVE). Esse aumento líquido decorre da:
- Subfunção “Órgãos Executivos e Legislativos da Administração Financeira Fiscal e Negócios Estrangeiros” (+621 milhões de CVE) nos projetos: Recentragem de Gestão da Dívida Pública Corrente (+181 milhões de CVE), Consulado Geral e Embaixada em Marrocos (84 milhões de CVE); Reforço do orçamento da Presidência de República (+60 milhões de CVE) e do Tribunal de Contas (+113 milhões de CVE); Reforma Legislativa na AP (40 milhões de CVE) e Modernização da DNRE (37 milhões de CVE);
  - Subfunção “Transações da Dívida Pública” (+336 milhões de CVE) decorrente dos encargos da Dívida Externa;
  - Subfunção “Serviços Públicos Gerais não especificados” (+129); com destaque aos projetos Cartão Nacional de Identificação -CNI (+50 milhões de CVE); Funcionamento da Direção Nacional de Pesca e Aquacultura (+32 milhões de CVE); Fundo da Modernização da Justiça (30 milhões de CVE); e Reformas Legislativas Coesão Territorial (16 milhões de CVE);
  - Subfunção “ID Serviços Públicos Gerais” (+126 milhões de CVE); com destaque aos projetos “Desenvolvimento do Sistema de Informação de Rh na Ap” (50 milhões de CVE); “Capital Humano – Gestão Fiduciária” (49 milhões de CVE); “Portal dos Serviços Integrados do Estado” (35 milhões de CVE); e “Portal de Dados Abertos” (12 milhões de CVE);
125. A função “Educação” representa um acréscimo de 1,8% comparando com a estimativa do OE 2022, passando de 11.274 milhões de CVE para 11.471 milhões de CVE (+197 milhões

de CVE), representando 5,0% do PIB. O aumento é justificado pelo reforço do projeto Cantinas Escolares – Aquisição de Alimentos (+349 milhões de CVE); e inscrições dos projetos: Capital Humano – Setor Educação (46 milhões de CVE); Polo Universitário do Fogo e de Santo Antão (25 milhões de CVE); e Mestrado em Epidemiologia de Campo para Países de África Ocidental Lusófona (11 milhões de CVE), evidenciando a prioridade que o Governo tem concedido ao setor da educação.

126. É de realçar a redução de donativos e empréstimos do Banco Mundial no valor aproximado de 278 milhões de CVE comparado com o OE2022. Para 2023, prevê-se a continuidade de estratégias que visam melhorar a qualidade, eficácia, eficiência e efetividade das políticas educativas, através do reforço da qualidade da educação e dos serviços prestados pelos estabelecimentos de ensino.

Tabela 10 – Evolução da Despesa por Função do Estado

(em milhões de CVE)

FUNÇÃO	2020	2021	2022	2023	Taxa de crescimento em %			Em % do PIB		
	CGE	Prov	Or Estim	Orç	2021	2022	2023	2021	2022	2023
	Serviços Públicos Gerais	16 532	15 699	19 099	19 979	-5,0	21,7	4,6	9,5%	10,9%
Defesa	1 054	1 059	1 185	1 511	0,4	11,9	27,5	0,6%	0,7%	0,7%
Segurança e ordem pública	5 895	5 083	5 649	6 444	-13,8	11,1	14,1	3,1%	3,2%	2,8%
Assuntos económicos	6 684	4 931	8 313	11 088	-26,2	68,6	33,4	3,0%	4,7%	4,8%
Proteção ambiental	1 002	539	3 299	2 924	-46,2	512,4	-11,4	0,3%	1,9%	1,3%
Habituação e desenvolvimento urbanístico	541	307	1 119	2 475	-43,2	264,6	121,2	0,2%	0,6%	1,1%
Saúde	7 414	8 124	7 875	9 945	9,6	-3,1	26,3	4,9%	4,5%	4,3%
Serviços culturais recreativos e religiosos	595	605	746	987	1,7	23,2	32,3	0,4%	0,4%	0,4%
Educação	11 471	11 050	11 274	11 471	-3,7	2,0	1,8	6,7%	6,4%	5,0%
Proteção social	9 966	12 462	9 914	11 142	25,0	-20,4	12,4	7,6%	5,6%	4,8%
<b>TOTAL</b>	<b>61 154</b>	<b>59 858</b>	<b>68 473</b>	<b>77 968</b>	<b>-2,1</b>	<b>14,4</b>	<b>13,9</b>	<b>36,3%</b>	<b>39,0%</b>	<b>33,9%</b>

Fonte: MFFE

127. A função “Proteção Ambiental” é a única função que apresenta um decréscimo de 11,4% comparando com a estimativa do OE 2022, passando de 3.299 milhões de CVE para 2.924 milhões de CVE (-375 milhões de CVE). A redução é justificada:



- Pela subfunção “Gestão de esgotos e águas” com realce para: a (i) redução do Projeto de Água e Saneamento de Bairros Periféricos da Cidade da Praia (-537milhões de CVE) e pela reprogramação dos desembolso externos;
  - Pela subfunção “Proteção da Biodiversidade e paisagem” devido ao término de algumas unidades/projetos financiados por donativos e receitas consignadas;
  - Pelo facto de que, no OE 2023, não ter sido inscrito projectos, cujo processo de negociação está em curso, mas que após as respectivas conclusões serão inscritas no decorrer da execução do OE 2023, nomeadamente, o Projeto “Fortalecimento do sistema nacional de governança da biodiversidade para a gestão sustentável dos recursos naturais”, no montante de 3,98 milhões de USD, com financiamento da GEF (Global Environment Fund).
128. Inscrição de novos projetos na subfunção “ID Proteção Ambiental”, nomeadamente “Programa Governança e Ação Climática – CVE/401” no valor aproximado de 266 milhões de CVE e projeto Gestão Ambiental e Conservação dos Recursos e Espaços Naturais, no valor de 45 milhões de CVE.

#### 4. RECEITAS CONSIGNADAS E RESPECTIVAS CONTRAPARTIDAS EM DESPESAS

(Alínea h) do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

RECEITAS		DESPESAS	
<b>1. Contribuição Turística</b>	<b>1 218 043 791</b>	<b>1. Distribuição</b>	<b>1 218 043 791</b>
1.1 Receitas do ano corrente	946 437 500	1.1 Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo	1 068 606 291
1.2 Saldo do ano anterior	271 606 291	1.2 Fundo Mais	149 437 500
<b>2. Taxa Ecológica</b>	<b>975 053 889</b>	<b>2. Fundo do Ambiente</b>	<b>975 053 889</b>
2.1 Receitas do ano corrente	755 829 256	2.1 Financiamento Fundo Ambiente	967 143 889
2.2 Saldo do ano anterior Fundo ambiente	218 872 926	2.2 Reforço da Inspeção, Fuga e Combate à Evasão Fiscal	7 910 000
2.3 Saldo do ano anterior -fuga e combate a evasão fiscal	351 707		
<b>3. Receitas do Totoloto</b>	<b>56 702 767</b>	<b>3. Transferência</b>	<b>56 702 767</b>
		3.1 Assuntos Sociais	13 085 254
		3.2. Fundo do Desporto	13 085 254
		3.3. Promoção de Atividades Culturais	13 085 254
		3.4. FICASE	13 085 254
		3.5. ICCA	4 361 751
<b>4. Taxa Comunitaria CEDEAO</b>	<b>360 299 807</b>	<b>4. Transferência à Organismos Internacionais - CEDEAO</b>	<b>360 299 807</b>
<b>5. Taxa Compensação Equitativa Cópia Privada</b>	<b>126 020 669</b>	<b>5. Transferência</b>	<b>126 020 669</b>
5.1 Receitas do ano corrente	65 000 000	5.1. Outras transferências	88 214 468
5.2 Saldo do ano anterior	61 020 669	5.2. Fundo autónomo de Apoio a Cultura	63 010 335
			25 204 134
			37 806 201
<b>6. Imposto Especial sobre Jogos</b>	<b>60 367 843</b>	<b>6. Distribuição</b>	<b>60 367 843</b>
		6.1. Orçamento do Estado	30 183 922
		6.2. Fundo de Desenvolvimento Turístico	9 055 176
		6.3. Fundo de Desenvolvimento do Desporto	6 036 784
		6.4. Fundo Autónomo de Apoio a Cultura	6 036 784
		6.4. Municípios	6 036 784
		6.5. Fundo de Apoio ao Ensino e Formação	3 018 392
<b>7. Taxa de Segurança Marítima</b>	<b>308 000 000</b>	<b>7. Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transp</b>	<b>308 000 000</b>
<b>8. Taxa de Segurança Aeroportuaria</b>	<b>1 543 591 640</b>	<b>8. Distribuição</b>	<b>1 543 591 640</b>
		8.1. Orçamento do Estado	832 036 423
		8.2. Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras	711 555 217
<b>9. Taxa pela emissão e substituição dos documentos de iden</b>	<b>306 516 802</b>	<b>9. Sistema Nacional de Identificação Civil - SNIAC</b>	<b>306 516 802</b>
		9.1. Passaporte Eletrónico - PEC	141 524 912
		9.2. Cartão Nacional de Identificação - CNI	109 383 546
		9.3. Título de Residência de Estrangeiros - TRE	22 500 000
		9.4. Funcionamento do SNIAC	33 108 344
<b>10. Contribuição das Operadoras de Comunicações e Taxa c</b>	<b>122 073 633</b>	<b>10 Fundo de Serviço Universal e Desenvolvimento da Sociedade d</b>	<b>122 073 633</b>
<b>11. Vendas de Manuais Escolares</b>	<b>100 000 000</b>	<b>11. Fundo Autónomo de Edição de Manuais Escolares</b>	<b>100 000 000</b>
<b>12. Multas e coimas por crimes e contra-ordenação prevista</b>	<b>9 479 500</b>	<b>12. Programa da Cidadania Fiscal</b>	<b>9 479 500</b>
<b>13. Receitas de Bens Móveis Apreendidos</b>	<b>239 703 538</b>	<b>13. Distribuição</b>	<b>239 703 538</b>
13.1 Receitas do ano corrente	188 888 889	13.1 Fundo De Apoio À Vítima De Vbg	42 191 874
13.2 Saldo do ano anterior	50 814 649	13.2 Fundo De Apoio Às Vítimas De Crimes	56 255 832
		13.3 Fundo De Modernização Da Justiça	85 000 000
		13.4 Fundo E Programas Prevenção Ao Abuso De Drogas E De Tra	56 255 832
<b>14. Taxa de serviços Médico-Hospitalares (COVID 19)</b>	<b>190 000 000</b>	<b>14. Prevenção e Combate a Coronavírus</b>	<b>190 000 000</b>
<b>15. Taxa de Serviços Casa Cidadão</b>	<b>92 223 314</b>	<b>15. Distribuição</b>	<b>92 223 314</b>
		15.1 Espaço Cidadão - Comunidade Integrada	13 923 314
		15.2 Qualidade Prestação de Serviço	40 500 000
		15.3 Implementação Balcão Único	5 800 000
		15.4 Implementação Novas Infraestruturas Tecnológicas	32 000 000
<b>16. Taxa De Licença De Uso E Porte De Armas</b>	<b>2 500 000</b>	<b>16. Polícia Nacional</b>	<b>2 500 000</b>
<b>17. FIR Oceânica</b>	<b>37 293 339</b>	<b>17. Centro Multinacional De Coordenação Marítima Na Zona G</b>	<b>37 293 339</b>
<b>18. Taxa Seguradora Orca</b>	<b>21 385 581</b>	<b>18. Protecção E Apoio A Sociedade Civil Em Casos De Catrasi</b>	<b>21 385 581</b>
<b>19. Outras Receitas Consignadas do MEM</b>	<b>257 024 905</b>	<b>19. Distribuição</b>	<b>257 024 905</b>
		13.1 Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Tran	83 524 905
		13.2 Fundo Autónomo das Pescas	173 500 000
<b>15. Outras Receitas Consignadas do MIOTH</b>	<b>35 137 092</b>	<b>15. Inspeção Geral do Ordenamento do Território, da Construção</b>	<b>35 137 092</b>
<b>16. Outras Receitas Consignadas do MAI</b>	<b>52 350 000</b>	<b>16. Distribuição</b>	<b>52 350 000</b>
		16.1 Viação e Segurança Rodoviária	50 000 000
		16.2 Gestão de Segurança Privada	2 350 000
<b>17. Receitas Consignadas sobre Alcool e Tabaco</b>	<b>160 000 000</b>	<b>17. Instituto do Desporto e Juventude</b>	<b>160 000 000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6 273 768 110</b>		<b>6 273 768 110</b>



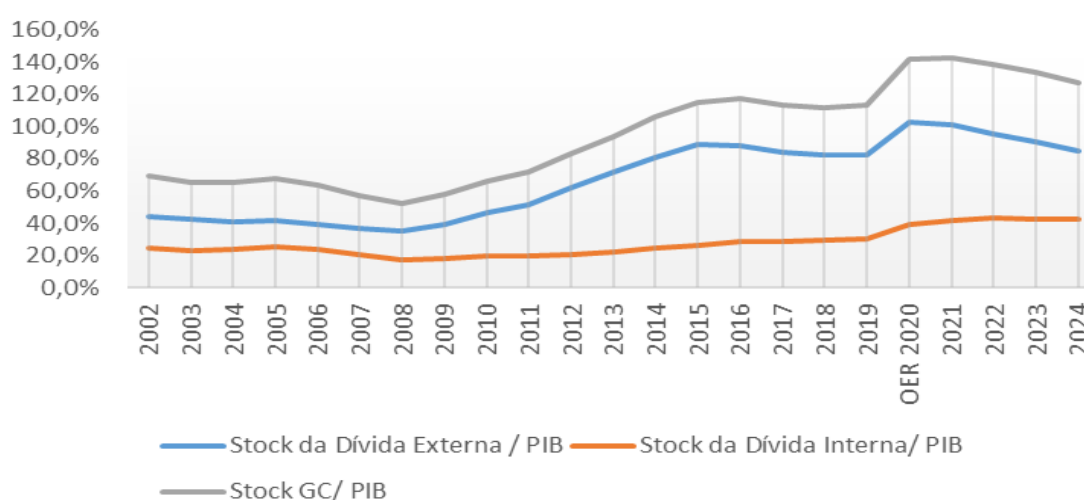
## 5. DÍVIDA PÚBLICA E PASSIVOS CONTINGENTES

(Alíneas d e f) do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

### 5.1. Dívida Pública

129. A dívida do Governo Central (GC) em percentagem do PIB registou um crescimento significativo entre 2008 e 2016. Tendência que se inverteu a partir de 2017 e que continuou, por três anos consecutivos, mas que foi bruscamente interrompido pelo efeito da crise mundial provocada pela pandemia da covid 19. Para o horizonte de 2023/2024 prevê-se uma trajetória decrescente do rácio da dívida em relação ao PIB, refletindo o comprometimento forte do Governo em adotar medidas e políticas económicas que conduzam o rácio Dívida/PIB a níveis abaixo dos 100%.
130. Em 2021, com dados ainda provisórios, a dívida atingiu 142,7% do PIB, correspondendo, em termos absolutos, a 280.850,6 milhões de CVE. Para os anos de 2022 e 2023, prevê-se que, em termos nominais, a dívida do Governo Central atinja 295.280 milhões de CVE e 306.514 milhões de CVE e em percentagem do PIB, 138,1% e 133,4%, respetivamente.
131. Para o ano de 2023, prevê-se o valor nominal líquido de 11 235 milhões de CVE, com a contribuição da dívida externa em 39,1%

Gráfico 15 – Evolução da Dívida em % do PIB



Fonte: MFFE

132. Para o ano de 2023, prevê-se o valor nominal líquido de 10 923 milhões de CVE, com a contribuição da dívida externa em 44,1%.

Tabela 11 – Principais Indicadores de Dívida

(em milhões de CVE)

	em Milhões de ECV				
	2021 Prov	2022 OE	2023 Proj	2021/2022	2022/2023
<b>Dívida Pública</b>	<b>280 850,6</b>	<b>295 279,7</b>	<b>306 514,2</b>	<b>5,1%</b>	<b>3,8%</b>
Dívida Interna	81 541,0	92 266,3	99 094,0	13,2%	7,4%
Dívida Externa	199 309,6	203 013,4	207 420,1	1,9%	2,2%
<b>Varição em valores absolutos</b>	<b>-</b>	<b>14 429,1</b>	<b>11 234,5</b>		
Dívida Interna	-	10 725,3	6 827,7		
Dívida Externa	-	3 703,8	4 406,7		
PIB	196 836,4	213 839,6	229 842,6		
Dívida Pública em % do PIB	142,7%	138,1%	133,4%		
Dívida Interna em % do PIB	41,4%	43,1%	43,1%		
Dívida Externa em % do PIB	101,3%	94,9%	90,2%		
Varição em pontos percentuais Dívida Pública		-4,6	-4,7		
Varição em pontos percentuais Dívida Interna		1,7	0,0		
Varição em pontos percentuais Dívida Externa		-6,3	-4,7		

Fonte: MFFE

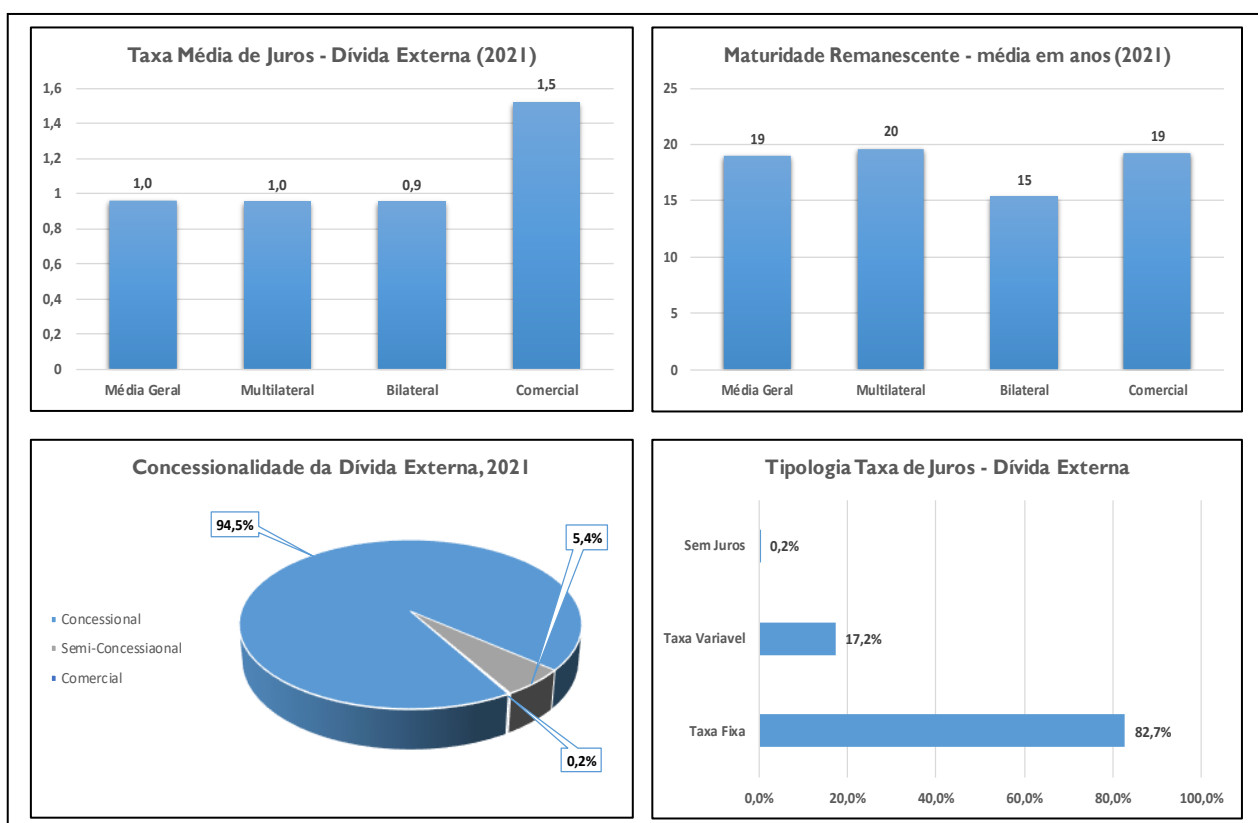
### 5.1.1. Dívida Interna

133. A Dívida Pública do GC, contraída no mercado interno, atingiu em 2021 o valor de 81.541 milhões de CVE. Para 2022 e 2023 perspetivam-se os valores de 92.266 e 99.094 milhões de CVE, respetivamente.
134. Em termos relativos, prevê-se que esta componente da dívida pública tenha um aumento de cerca de 7,4% entre 2022 e 2023, um crescimento inferior ao crescimento esperado entre 2021 e 2022, registado em 13,2%, dados ainda provisórios.
135. Quanto à evolução do rácio da Dívida Interna Bruta em relação ao PIB, a tendência observada é de uma ligeira diminuição entre 2022 e 2023. No ano de 2021, esse indicador registou 41,4% e prevê-se que em finais de 2022, bem como 2023 atinja a 43,1%.
136. Quanto ao serviço da dívida interna, a previsão é para que este atinja os 11.809 milhões de CVE no ano de 2022 contra os 10.821 milhões de CVE registados em 2021. Para 2023 estima-se o valor de 13.308 milhões de CVE.
137. O rácio do serviço da dívida interna em relação ao PIB, para 2022 e 2023, estará em torno de 5,5% e 5,8% respetivamente em ambos os exercícios fiscais.

### 5.1.2. Dívida Externa

138. O stock da dívida externa situou-se no ano de 2021, dados ainda provisórios, em 199.310 milhões de CVE. Estima-se que, para 2022 e 2023, considerando as necessidades líquidas de financiamento previstas, o stock desta componente da dívida venha a situar-se em 203.013 e 207.420 milhões de CVE, respetivamente.

Gráfico 16 – Característica da Dívida Externa

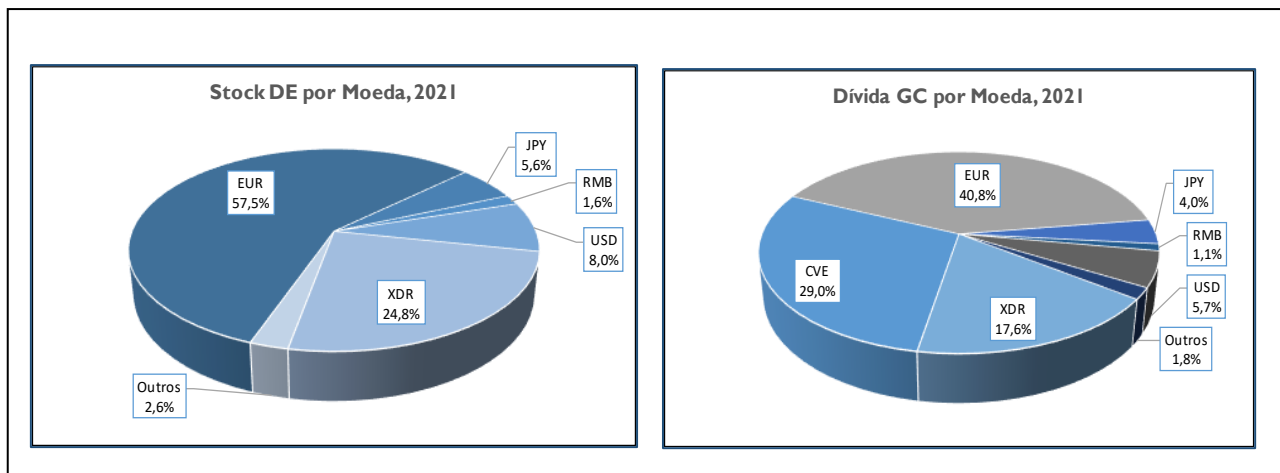


Fonte: MFFE

139. A dívida externa é contratada na sua maioria junto de credores multilaterais, nomeadamente, do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento, vertente de empréstimos com condições financeiras concessionais (94,5%). Existem, todavia, alguns empréstimos com valores relevantes contratados junto de credores comerciais que, contudo, também beneficiam de condições concessionais e com garantia externa.

140. A moeda predominante nas contratações externas é o euro, uma opção feita considerando a sua paridade fixa com a moeda nacional, com o objetivo de mitigar o risco cambial do portfólio.

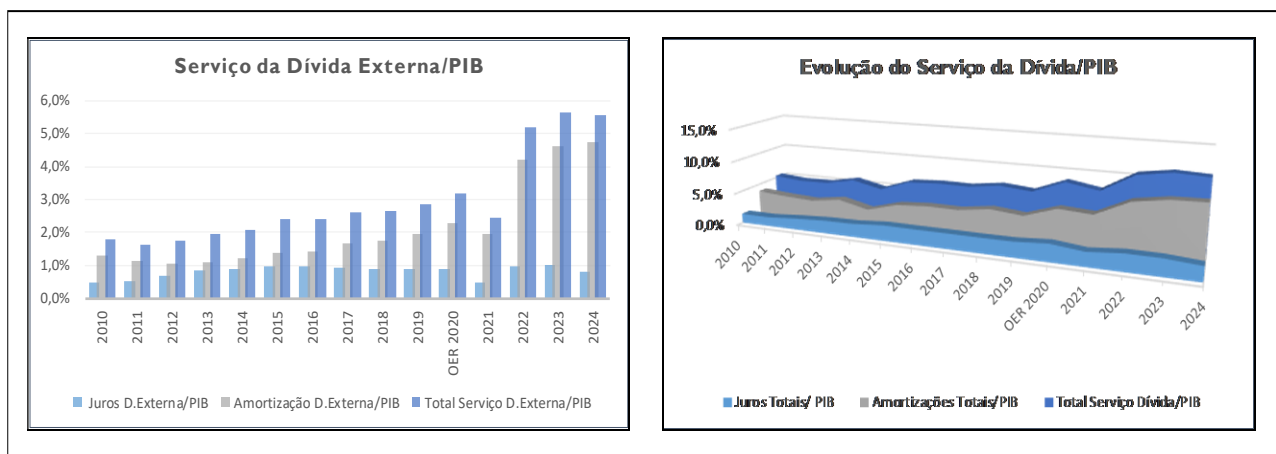
Gráfico 17 – Dívida Externa por Moeda de Contratação



Fonte: MFFE

141. Para o ano de 2023, calcula-se que o montante de desembolsos da dívida externa seja no valor de 16.377 milhões de CVE, provenientes de credores multilaterais e bilaterais, como tem sido hábito.
142. Relativamente ao serviço da dívida externa, a previsão é que atinja o valor de 11.056,4 milhões de CVE em 2022 contra os 4.778,9 milhões de CVE registados em 2021, isso, tendo em conta a moratória concedida em 2021. Para 2023 estima-se o valor de 12 920,6 milhões de CVE.
143. O rácio de serviço da dívida externa em relação ao PIB, para 2022 e 2023, deverá atingir 5,2 e 5,6%, respetivamente.

Gráfico 18 –Evolução do Seuviço da Dívida



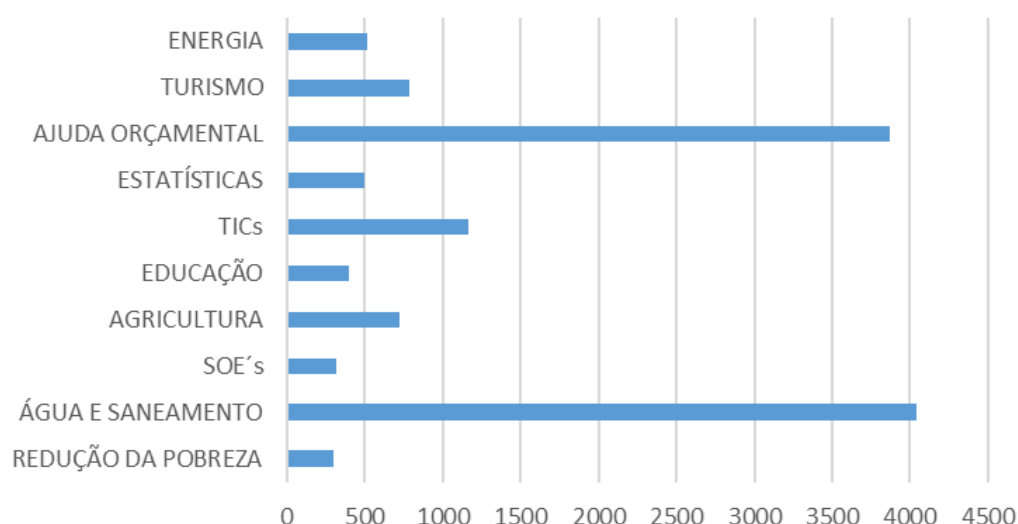
Fonte: MFFE

### 5.1.3. Programação/Financiamento para 2023

144. Para o ano de 2023, o Governo prevê contratar 31.663 milhões de CVE para cobrir as necessidades de financiamento do orçamento. A previsão é que este valor seja financiado em torno de 47,4% com dívida externa e 52,6% com títulos de tesouro emitidos no mercado doméstico, o que irá representar, em termos absolutos, 15.013 e 16.651 milhões de CVE, respetivamente. No quadro abaixo apresenta-se a perspetiva de mobilização de recursos externos para 2023, com empréstimos, por setor da economia.

Gráfico 19 – Recursos Mobilizados em 2023

(em milhões de CVE)



Fonte: MFFE

145. O EUR continuará a ser a moeda priorizada nas contratações junto da Zona Euro e USD para as contratações junto dos restantes credores.
146. As fontes do financiamento externo serão na sua maioria provenientes de credores multilaterais e bilaterais, ainda dispostos a conceder ao País créditos em termos concessionais.
147. O Endividamento interno far-se-á com emissões de títulos de tesouro de curto, médio e longo prazos, para manter o equilíbrio da tesouraria e financiar contrapartidas nacionais nos projetos com financiamentos externos, respeitando sempre, o máximo estabelecido nos orçamentos de cada ano.

#### 5.1.4. Empréstimos de Retrocessão

148. Os empréstimos de retrocessão enquadram-se na estratégia de implementação de um modelo de gestão das infraestruturas públicas, de forma a gerar benefícios económicos futuros e externalidades positivas para a economia real. Para o efeito, pretende-se retroceder em 2023 projetos estruturantes, no valor de 1.776 milhões de CVE, conforme quadro abaixo, nas mesmas condições financeiras contratadas pelo Governo. Os ativos relativos aos investimentos em referência serão posteriormente passados para o Balanço de Empresas Públicas, que são instrumentos de implementação de política económica pública, passando assim a gestão das mesmas a ser feita numa lógica empresarial. Paralelamente, objetiva-se priorizar contratos de concessão das infraestruturas e o estabelecimento de Parcerias Público-Privadas, por forma a estimular o setor privado e rentabilizar os ativos do Estado.

Tabela 12 – Empréstimos de Retrocessão

(em milhões de CVE)

PROGRAMA DE INVESTIMENTO - RETROCESSÃO	Financiador	Beneficiários	2021	2022	2023
Aumento de Capacidade Central do Sal	AFD	Electra	-	-	1 087,9
Dessalinizadora Palmarejo Electra	Austria	Electra	-	-	
Modernização e extensão do Aeroporto da Praia	BAD	ASA	-	-	
Parque Tecnológico	BAD	NOSI	-	407,0	551,3
Modernização Expansão Porto Maio	BAD	ENAPOR	579,1	555,5	136,9
<b>TOTAL - Valor em CVE</b>			<b>579,1</b>	<b>962,5</b>	<b>1 776,1</b>

Fonte: MFEE

#### 5.1.5. Avals e Garantias

149. A política de Avals e Garantias é regulamentada pelo decreto lei nº 42/2018, de 29 de junho, que abrange operações de crédito (mercado interno) a realizar pelos municípios, serviços personalizados do Estado e Empresas Públicas, podendo ser estendidos às empresas privadas quando se tratem de desígnios de reconhecido interesse nacional.

150. Para o orçamento de 2023, a política de concessão de avals e garantias do Estado continuará direcionada de forma diferenciada, de modo a estar em consonância com as novas políticas económicas do Governo que visam aumentar a dinâmica do setor privado no país, respeitando as disposições legais em vigor.

151. A ideia central será de aumentar o acesso ao crédito para proporcionar mais oportunidades às famílias, à camada jovem e às empresas, facilitando o processo de transformação de ideias e projetos em negócios sustentáveis, no sentido de criarem atividades geradoras de empregos, rendimento e de riqueza e que, também, deverão contribuir para a dinamização do crescimento económico do país.
152. O stock da dívida garantida pelo Estado a 31/12/2021 ascendia a 24.401 milhões de CVE, concentrando-se nas operações contratadas pelas empresas, municípios e outras entidades que constam do quadro abaixo.

Tabela 13 – Stock Aavales e Garantias

(em milhões de CVE)

Instituição	2019	2020	2021	2019/2020	2020/2021
C. Municipal Porto Novo	63,0	63,2	63,2	0,3%	0,0%
C. Municipal Santa Catarina	49,4	40,8	31,5	-17,5%	-22,8%
C. Municipal São Vicente	176,3	179,5	191,5	1,8%	6,7%
C. Municipal Paul	74,1	72,3	72,5	-2,4%	0,2%
C. Municipal T. São Nicolau	0,0	0,0	15,3	-	-
C. Municipal São Miguel	0,0	0,0	7,7	-	-
Electra	4 845,5	4 800,8	4 765,2	-0,9%	-0,7%
Enapor	99,2	80,0	58,0	-19,4%	-27,5%
IFH	1 532,4	1 082,0	1 248,4	-29,4%	15,4%
TACV	2 906,1	3 715,2	5 826,2	27,8%	56,8%
Águas de Santiago	260,6	453,3	774,4	74,0%	70,8%
CERMI	19,8	18,2	16,3	-8,5%	-10,0%
SDTIBM	0,0	343,8	582,1	-	69,3%
NEWCO	4 194,7	3 964,5	3 721,7	-5,5%	-6,1%
NOSI	0,0	0,0	51,0	-	-
ICV	0,0	0,0	202,3	-	-
INCV	0,0	0,0	54,7	-	-
AEB	0,0	0,0	247,0	-	-
RTC	0,0	0,0	110,0	-	-
<b>SETOR PÚBLICO</b>	<b>14 221,2</b>	<b>14 813,7</b>	<b>18 038,9</b>	<b>4,2%</b>	<b>21,8%</b>
Pró-Garante	9,5	290,4	3 279,6	2962,0%	1029,3%
CV Telecom	0,0	1 655,3	2 243,4	-	35,5%
CV Inter-ilhas	0,0	513,9	517,8	-	0,8%
Elevo	0,0	0,0	200,0	-	-
Decameron CV	0,0	0,0	34,3	-	-
Tecnovia	0,0	0,0	86,9	-	-
<b>SETOR PRIVADO</b>	<b>9,5</b>	<b>2 459,6</b>	<b>6 362,0</b>	<b>25834,0%</b>	<b>158,7%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>14 230,7</b>	<b>17 273,3</b>	<b>24 400,9</b>	<b>21,4%</b>	<b>41,3%</b>

Fonte: MFFE

153. Para o ano de 2022, o Estado estabeleceu no Orçamento um limite máximo de concessão de Avals e Garantias, no valor de 11.000 milhões de CVE, sendo 7.000 milhões de CVE para operações financeiras internas e externas do setor público e 4.000 milhões de CVE para operações financeiras internas e externas do setor privado.
154. Para o exercício económico de 2023 o limite, em termos absolutos, será também de 11.000 milhões de CVE. O montante será repartido em 63,6% para o setor público e 36,4% para o setor privado, conforme indicado, em detalhes, no quadro abaixo.
155. A abordagem, em termos de política de concessão de Avals e Garantias do Estado, visa dar cumprimento ao programa do Governo para impulsionar o setor privado no acesso ao crédito, na reestruturação do tecido empresarial público, no programa de luta contra pobreza e desigualdade social e redução do desemprego.
156. Os objetivos estratégicos estarão centrados na melhoria da performance económica e financeira das empresas públicas, de forma a reduzir o peso das despesas no orçamento do Estado, na prestação de serviços de qualidade para todos os cidadãos, no acesso ao crédito, na internacionalização das empresas cabo-verdianas, em suma, na criação de uma base de crescimento sólido e integrado da economia.

Tabela 14 – Avals e Garantias para 2022

(em milhões de CVE)

PROGRAMAS E LINHAS DE CRÉDITO	OE 2023		
	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
REFORMA DO SEE	4 500	0	4 500
LINHA DE RETOMA	0	4 000	4 000
MICROFINANÇAS	0	250	250
GRANDES EMPRESAS	0	3 750	3 750
CONCESSÃO DE EDIFÍCIOS E INVESTIMENTOS PÚBLICOS		1 000	1 000
CÂMARAS MUNICIPAIS	1 500	0	1 500
<b>TOTAL</b>	<b>6 000</b>	<b>5 000</b>	<b>11 000</b>

Fonte: MFFE



## 6. MAPAS DAS PREVISÕES DE ACRESCIMOS DE DESPESA COM O PESSOAL E ENCARGOS PREVISIONAIS

(Alínea i) do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

(em CVE)

	O 2022	OE 2023	PREVISÃO ACRÉSCIMO
<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>			
Pessoal de Quadro	11 834 843 130	11 994 443 724	159 600 594
Dotação Provisional	565 115 638	1 384 868 533	819 752 895
Contribuição para Segurança Social	1 912 513 266	1 968 965 088	56 451 822
Quadro Especial e Outros Contratos	6 239 020 311	5 429 316 154	-809 704 157
<b>Total da Despesa com pessoal</b>	<b>20 551 492 345</b>	<b>20 777 593 499</b>	<b>226 101 154</b>
<b>DESPESAS COM PENSIONISTAS</b>			
<b>Total das despesas com Pensionistas</b>	<b>5 564 547 398</b>	<b>6 024 095 911</b>	<b>459 548 513</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>26 116 039 743</b>	<b>26 801 689 410</b>	<b>685 649 667</b>



## 7. OPERAÇÕES DE TESOURARIA E CONTAS DO TESOURO

(Alínea e) do n.º 1 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

(em CVE)

	Execução 2020	Execução 2021	Estimativa 2022	Previsão 2023
<b>1. Saldos da Conta do Tesouro no BCV</b>	<b>2 390 720 043</b>	<b>7 971 662 641</b>	<b>4 772 663 990</b>	<b>5 736 931 624</b>
Depósitos do Orçamento	633 208 521	2 007 549 781	803 019 912	1 284 831 860
Projeto de investimentos	1 139 450 827	1 659 505 344	1 574 956 631	1 606 455 764
Outros	118 717 609	118 747 433	118 313 946	118 432 260
Depósitos de Divisas	477 160 784	4 163 677 781	2 254 191 199	2 705 029 439
Fundos de Regularização da Dívida Pública	22 182 302	22 182 302	22 182 302	22 182 302
<b>2. Operações de Tesouraria</b>	<b>1 151 269 142</b>	<b>1 393 551 276</b>	<b>1 489 431 911</b>	<b>1 532 834 104</b>
Retenções de Terceiros	992 244 343	1 084 797 131	1 088 051 522	1 091 315 677
Outras Operações internas do Tesouro Líquido	159 024 799	308 754 145	401 380 389	441 518 427

**8. SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS**

(Alínea j) do n.º 1 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

Descrição Orgânica	Receita				Despesa			
	Receitas Próprias	Recebidas Pelos Fsa	Saldo Gerência Anterior	Total	Orçamento Inicial	Alterações Orçamentais	Orçamento Atual	Orçamento Pago
Instituto Do Desporto E Da Juventude IP	5 692 781	181 648 145	5 029 539	192 370 465	257 429 232	23 000 000	280 429 232	187 757 277
Onad - Organização Nacional Antidopagem de Cabo Verde	560 000	19 062 705	418 913	20 041 618	27 439 421	0	27 439 421	19 094 193
MF - Instituto Nacional De Estatística	51 322 578	250 187 360	321 589 499	623 099 437	489 598 733	52 337 132	541 935 865	438 195 581
MF - Autoridade Reguladora De Aquisições Públicas	14 026 709	42 988 856	25 492 054	82 507 619	60 732 989	1 632 937	62 365 926	61 347 358
MF - Instituto De Emprego E Formação Profissional	38 334 933	155 268 447	186 330 224	379 933 604	294 244 526	4 333 279	298 577 805	206 554 300
MF - Cabo Verde Tradeinvest	0	90 751 109	46 307 202	137 058 311	90 521 131	0	90 521 131	88 343 741
MF - Pro - Empresa	8 458 138	124 572 823	51 510 747	184 541 708	148 542 937	2 139 981	150 682 918	112 982 247
MF - Fundo Promoção Do Emprego E Formação	6 180 560	0	63 717 615	69 898 175	14 981 006	3 743 986	18 724 992	13 856 984
MFIS - Instituto Caboverdiano Da Criança e do Adolescente	20 874 297	158 727 991	74 415 225	254 017 513	160 289 821	9 361 316	169 651 137	142 647 740
MFIS - Instituto Caboverdiano para Igualdade e Equidade do Género	1 840 920	31 770 925	17 482 074	51 093 919	42 914 730	1 575 431	44 490 161	41 115 349
MFIS - Centro Nacional De Pensões Sociais	0	2 130 506 017	112 312 437	2 242 818 454	2 162 812 140	0	2 162 812 140	2 135 525 481
Alta Autoridade Para A Imigração	0	15 738 474	660 479	16 398 953	17 056 310	0	17 056 310	15 734 029
MD - Forças Armadas	44 695 175	932 628 821	46 342 901	1 023 666 897	1 086 481 768	1 448 988	1 087 930 756	968 089 102
MAI - Polícia Nacional	80 341 041	2 865 676 242	232 658 314	3 178 675 597	2 888 317 761	7 184 638	2 895 502 399	2 797 405 928
MJ - Cofre Geral De Justiça	547 425 039	0	281 581 571	829 006 610	324 965 451	0	324 965 451	287 046 899
MJ - Polícia Judiciária	2 698 300	409 585 826	145 656 923	557 941 049	443 696 061	-11 495 444	432 200 617	415 226 887



Descrição Orgânica	Receita				Despesa			
	Receitas Próprias	Recebidas Pelos Fsa	Saldo Gerência Anterior	Total	Orçamento Inicial	Alterações Orçamentais	Orçamento Atual	Orçamento Pago
MJ - Comissão Nacional Para Os Direitos Humanos E Cidadania	11 875 798	18 363 446	12 319 101	42 558 345	17 721 946	7 326 651	25 048 597	17 453 982
MJ - Unidade De Informação Financeira	0	19 311 295	43 261 933	62 573 228	11 214 220	0	11 214 220	6 928 030
ME- Fundação Caboverdiana De Acção Social E Escolar	104 759 561	990 344 443	171 403 212	1 266 507 216	1 202 912 685	0	1 202 912 685	1 075 252 163
ME - Universidade De Cabo Verde	440 446 019	333 393 920	40 297 715	814 137 654	959 172 051	36 491 824	995 663 875	810 537 327
ME - Agencia De Regulação Do Ensino Superior	3 533 700	31 946 992	4 698 231	40 178 923	35 482 678	0	35 482 678	31 809 912
ME - Universidade Técnica Do Atlântico	55 581 096	98 181 222	285 887	154 048 205	180 663 546	943 309	181 606 855	151 291 022
MSSS - Hospital Central Agostinho Neto	260 345 336	384 857 962	79 533 775	724 737 073	836 272 791	-22 035 235	814 237 556	698 921 394
MSSS - Hospital Central Baptista De Sousa	165 047 300	234 171 712	3 674 036	402 893 048	544 613 732	-8 555 959	536 057 773	396 472 476
MSSS - Instituto Nacional de Saude Publica	30 794 183	67 252 278	7 370 562	105 417 023	80 194 583	6 148 582	86 343 165	73 386 599
MSSS - Regiao Sanitária Santiago Norte	75 009 685	134 899 385	6 818 885	216 727 955	313 861 121	-23 892 272	289 968 849	197 857 154
MSSS - Hospital Regional Dr João Morais	18 742 617	20 479 275	5 462 404	44 684 296	45 796 739	2 300 571	48 097 310	37 671 911
MSSS - Hospital Ramiro Figueira	17 860 322	17 917 368	4 761 769	40 539 459	52 489 323	-1 346 878	51 142 445	38 244 335
MSSS - Hospital Regional São Francisco de Assis	15 651 789	29 773 615	12 067 693	57 493 097	67 261 280	3 264 531	70 525 811	44 359 612
MSSS - Comissão De Coordenação Do Álcool E De Outras Drogas	1 154 295	37 425 487	3 489 160	42 068 942	40 216 454	0	40 216 454	38 290 406
MCIC - Arquivo Histórico Nacional	104 460	34 642 988	11 798 628	46 546 076	36 028 123	2 095 035	38 123 158	33 651 358
MCIC - Biblioteca Nacional de Cabo Verde	1 380 604	30 488 761	768 770	32 638 135	33 233 445	0	33 233 445	30 084 915
MCIC - Instituto Do Património Cultural	3 451 378	78 030 495	6 614 236	88 096 109	83 176 211	1 421 123	84 597 334	81 064 975
MCIC - Fundo Autónomo De Apoio À Cultura E As Industrias Criativas	0	0	45 561 133	45 561 133	64 890 491	0	64 890 491	49 293 665
MCIC - Centro Nacional De Artesanato E Design	0	22 775 497	700 168	23 475 665	22 196 848	0	22 196 848	22 192 843
MTT - Instituto De Prevenção E Investigação De Acidentes Aeronáuticos E Marítimos	23 200 729	0	45 463 917	68 664 646	53 104 024	-1 428 000	51 676 024	29 268 656



Descrição Orgânica	Receita				Despesa			
	Receitas Próprias	Recebidas Pelos Fsa	Saldo Gerência Anterior	Total	Orçamento Inicial	Alterações Orçamentais	Orçamento Atual	Orçamento Pago
MTT - Instituto Do Turismo De Cabo Verde	17 796 833	19 245 821	67 801	37 110 455	49 388 960	3 375 000	52 763 960	33 230 851
MM - Instituto Maritimo E Portuario	74 103 046	75 492 074	2 664 834	152 259 954	263 092 079	0	263 092 079	141 836 084
MM - Fundo Autonomo Do Desenvolvimento De Transporte Maritimo	276 664 298	599 795 841	8 562 810	885 022 949	932 895 841	0	932 895 841	743 127 086
MM - Fundo Das Pescas	150 333 874	0	39 002 778	189 336 652	189 500 000	0	189 500 000	177 751 452
MM - Instituto Do Mar	21 319 643	65 206 667	49 178 615	135 704 925	121 819 322	2 906 352	124 725 674	71 769 356
MAA - Instituto Nacional De Investigação E Des. Agrário	11 323 903	103 387 370	98 702 534	213 413 807	247 531 605	0	247 531 605	225 309 757
MAA - Instituto Nacional De Meteorologia E Geofísica	143 227 858	18 185 243	27 528 265	188 941 366	176 968 284	0	176 968 284	163 105 916
MAA - Agencia Nacional De Agua E Saneamento	90 694 272	68 122 365	187 220 556	346 037 193	422 813 801	50 982 082	473 795 883	253 719 998
MICE - Instituto De Gestão De Qualidade E Da Propriedade Intelectual	26 117 552	27 311 388	13 838 269	67 267 209	66 715 524	0	66 715 524	45 696 019
MIOTH - Instituto Nacional De Gestão Do Territorio	8 541 895	77 029 368	32 191 720	117 762 983	112 106 311	119 619	112 225 930	80 057 753
<b>TOTAL</b>	<b>2 871 512 517</b>	<b>11 047 146 019</b>	<b>2 576 815 114</b>	<b>16 495 473 650</b>	<b>15 773 358 035</b>	<b>155 378 579</b>	<b>15 928 736 614</b>	<b>13 730 560 103</b>



## 9. SITUAÇÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL

(Alínea b) do n.º 2 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

Receitas e Despesas da Segurança Social	Orçamento Inicial (OI)			Orçamento Reprogramado (ORP)			Execução (EXE)		
	Administração Central	Instituto Nacional de Providência Social	Total Geral	Administração Central	Instituto Nacional de Providência Social	Total Geral	Administração Central	Instituto Nacional de Providência Social	Total Geral
<b>Receitas</b>	<b>70 893 545</b>	<b>9 837 830 000</b>	<b>9 908 723 545</b>	<b>70 893 545</b>	<b>10 930 924 000</b>	<b>11 001 817 545</b>	<b>78 435 774</b>	<b>11 242 027 000</b>	<b>11 320 462 774</b>
<b>Segurança Social</b>	<b>70 893 545</b>	<b>0</b>	<b>70 893 545</b>	<b>70 893 545</b>	<b>0</b>	<b>70 893 545</b>	<b>78 435 774</b>	<b>0</b>	<b>78 435 774</b>
Contrições Para caixa de A. E Pensões	70 893 545	0	70 893 545	70 893 545		70 893 545	77 837 048		<b>77 837 048</b>
Outras Contribuições	0	0	0			0	598 726		<b>598 726</b>
<b>Segurança Social</b>	<b>0</b>	<b>9 837 830 000</b>	<b>9 837 830 000</b>	<b>0</b>	<b>10 930 924 000</b>	<b>10 930 924 000</b>	<b>0</b>	<b>11 242 027 000</b>	<b>11 242 027 000</b>
Contribuições	0	9 837 830 000	9 837 830 000		10 930 924 000	10 930 924 000		11 242 027 000	11 242 027 000
<b>Despesas</b>	<b>9 372 198 263</b>	<b>6 588 358 000</b>	<b>15 960 556 263</b>	<b>9 558 506 972</b>	<b>6 470 761 000</b>	<b>16 029 267 972</b>	<b>9 308 565 087</b>	<b>6 067 691 000</b>	<b>15 376 256 087</b>
<b>Benefícios Sociais</b>	<b>0</b>	<b>6 166 695 000</b>	<b>6 166 695 000</b>	<b>0</b>	<b>6 049 098 000</b>	<b>6 049 098 000</b>	<b>0</b>	<b>5 656 625 000</b>	<b>5 656 625 000</b>
Doença e Maternidade	0	2 997 822 000	2 997 822 000		2 880 225 000	2 880 225 000		2 977 219 000	2 977 219 000
Pensões	0	3 023 925 000	3 023 925 000		3 023 925 000	3 023 925 000		2 612 194 000	2 612 194 000
Subsidio de Desemprego	0	144 948 000	144 948 000		144 948 000	144 948 000		67 212 000	67 212 000
<b>Benefícios Sociais</b>	<b>7 272 229 448</b>	<b>0</b>	<b>7 272 229 448</b>	<b>7 444 939 696</b>	<b>0</b>	<b>7 444 939 696</b>	<b>7 420 394 754</b>	<b>0</b>	<b>7 420 394 754</b>
Pensões de Aposentação	4 996 793 994		4 996 793 994	5 090 991 994		5 090 991 994	5 079 389 845		5 079 389 845
Pensões de ex-Presidentes	1 632 000		1 632 000	2 040 000		2 040 000	1 768 000		1 768 000
Pensões de Regime não contributivo	1 937 728 901		1 937 728 901	1 939 955 901		1 939 955 901	1 931 313 905		1 931 313 905
Pensões de Reserva	18 321 149		18 321 149	25 737 933		25 737 933	25 737 933		25 737 933
Pensões de Sobrevivencia	317 753 404		317 753 404	329 474 224		329 474 224	325 445 427		325 445 427
Pensões De Invalidez	0		0	3 750 475		3 750 475	3 750 475		3 750 475
Pensões De Velhice	0		0	52 989 169		52 989 169	52 989 169		52 989 169
<b>Segurança Social</b>	<b>2 099 968 815</b>	<b>0</b>	<b>2 099 968 815</b>	<b>2 113 567 276</b>	<b>0</b>	<b>2 113 567 276</b>	<b>1 888 170 333</b>	<b>0</b>	<b>1 888 170 333</b>
Abono de Família	29 427 134		29 427 134	17 308 494		17 308 494	12 672 042		12 672 042
Contribuição Para Segurança Social	1 887 691 177		1 887 691 177	1 918 192 044		1 918 192 044	1 761 334 109		1 761 334 109
Encargos com a saúde	103 548 438		103 548 438	107 518 989		107 518 989	78 903 946		78 903 946
Encargos Diversos de Segurança Social	3 171 606		3 171 606	2 989 257		2 989 257	172 723		172 723
Seguros de Acidentes no Trabalho	76 130 460		76 130 460	67 558 492		67 558 492	35 087 513		35 087 513
<b>Segurança Social</b>	<b>0</b>	<b>421 663 000</b>	<b>421 663 000</b>	<b>0</b>	<b>421 663 000</b>	<b>421 663 000</b>	<b>0</b>	<b>411 066 000</b>	<b>411 066 000</b>
Abono de Família e Prestações Complem	0	421 663 000	421 663 000	0	421 663 000	421 663 000	0	411 066 000	411 066 000

## 10. BENEFÍCIOS FISCAIS E ESTIMATIVA DA RECEITA CESSANTE

(Alínea k) do n.º 1 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

### 10.1. Variação da Receita Cessante no Triénio 2019-2021

157. As despesas fiscais derivadas da concessão de benefícios fiscais registaram no ano fiscal 2021 um acréscimo de 1%, ou seja, mais 127 milhões de CVE, face ao valor registado em 2020. Este acréscimo deveu-se fundamentalmente ao aumento da despesa fiscal em sede do IVA no Mercado Interno que, conforme demonstra a tabela 16, registou um incremento de 16,1% (+1.167 milhões CVE), comparativamente ao valor registado em 2020.

Tabela 15 – Variação da receita cessante no período 2019 a 2021

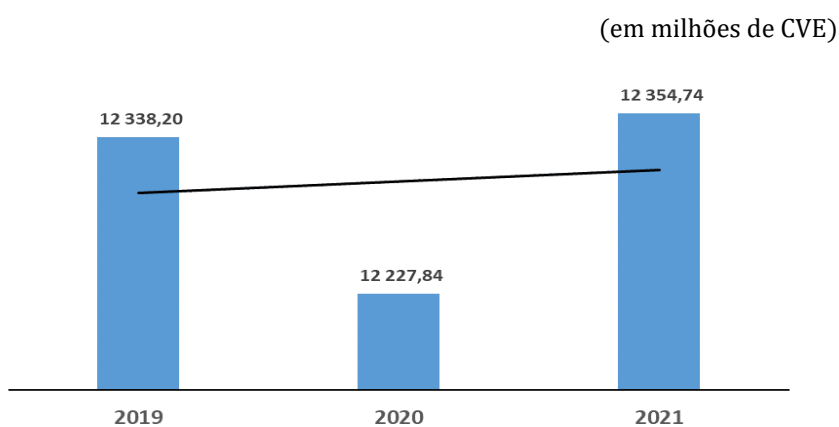
(em milhões de CVE)

Departamento	2019	2020	2021	Var 21/ 20	Peso % 2021
Direção Geral das Contribuições e Impostos	7 565	7 798	8 579	10,0%	69,4%
Direção Geral das Alfandegas	4 773	4 430	3 776	-14,8%	30,6%
<b>TOTAL_RECEITAS CESSANTES</b>	<b>12 338</b>	<b>12 228</b>	<b>12 355</b>	<b>1,0%</b>	<b>100%</b>

Fonte: MFFE

158. De notar que a nível dos dois departamentos governamentais responsáveis pela administração de tributos, fiscal e aduaneiro, o comportamento da receita cessante foi diferente. Pois, enquanto que a nível da DGCI, em virtude do aumento da despesa fiscal em IVA no Mercado Interno, a renúncia fiscal sofreu um incremento na ordem dos 10%, a nível da DGA a renúncia fiscal registou, por seu turno, uma redução de 14,8%, ou seja, de -654 milhões de CVE, comparativamente ao valor registado em 2020, sendo o ICE (cfr. Tabela 21) o único imposto de natureza aduaneira que registou aumento em 2021.

Gráfico 20 – Variação de receitas cessantes no período 2019 a 2021



Fonte: MFFE

### 10.1.1. Análise Da Renúncia Fiscal a Nível da DGCI

159. Conforme se pode verificar na Tabela 16, em baixo, as despesas fiscais derivadas da concessão de benefícios fiscais em sede dos tributos geridos pela Direção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI), designadamente: o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC), o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA - Mercado interno) e o Tributo Especial Unificado (TEU), registaram em 2021 um aumento de 10,1%, (+786 milhões de CVE) face ao valor verificado em 2020.

Tabela 16 – Despesa Fiscal - DGCI, 2019 a 2021

(em milhões de CVE)

Tipo de Imposto	2019	2020	2021	Var 21/ 20
IRPC	1 294	561	139	-75,2%
IVA - Mercado Interno	6 271	7 237	8 403	16,1%
TEU - REMPE		54	41	-24,1%
<b>Total</b>	<b>7 565</b>	<b>7 798</b>	<b>8 583</b>	<b>10%</b>

Fonte: MFFE

160. Este aumento deveu-se única e exclusivamente ao comportamento do IVA no Mercado Interno que em 2021 registou um incremento de 16,1%, ou seja, mais 1.167 milhões de CVE do que o valor registado em 2020. Importa referir que o



incremento da despesa fiscal em sede do IVA no mercado interno deveu-se, por um lado, ao aumento do consumo de bens essenciais por parte das famílias impulsionado pelas medidas anti-covid-19 e, por outro, com a redução da taxa do IVA no setor do turismo, que passou de 15 para 10%.

161. Ao invés, a despesa fiscal em sede do IRPC registou uma redução acentuada no ano 2021, passando de 561 milhões de CVE em 2020 para 139, 1 milhões de CVE em 2021, o seja, cerca de 4 vezes menos do que o valor registado em 2020 e 9 vezes menos de que o valor registado em 2019.
162. Esta redução justifica-se pela desaceleração da atividade económica provocada pela crise sanitária e, associada a ela, as medidas emergenciais anti-Covid-19 adotadas pelo Governo com vista a conter a propagação da pandemia.

#### 10.1.2. Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Modalidade de BF

163. Apesar de registar uma redução na ordem dos 73% em 2021 comparativamente ao período homólogo anterior, o Crédito Fiscal ao Investimento (cfr. Tabela 17 abaixo) foi, ainda assim, a modalidade de benefício fiscal em sede do IRPC com maior expressão em 2021, representando em termos de peso 44,7% do total dos benefícios fiscais em IRPC consentidos neste ano.

Tabela 17 – Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Modalidade de BF

(em milhões de CVE)

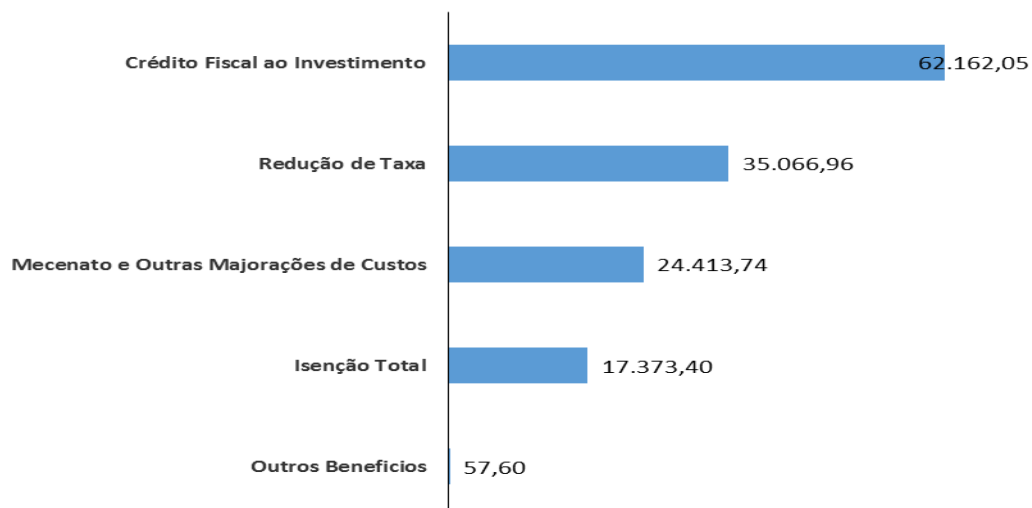
Modalidade de Benefício Fiscal	2019	2020	2021	Varição 21 / 20	Peso % 2021
Isenção Total	373	130	17	-86,6%	12,5%
Redução de Taxa	235	172	35	-79,6%	25,2%
Crédito Fiscal ao Investimento	660	231	62	-73,1%	44,7%
Mecenato e Outras Majorações de Custos	23	28	24	-13,6%	17,6%
Outros Benefícios	4	0	0	-61,0%	0,0%
<b>Total_DGCI</b>	<b>1 294</b>	<b>561</b>	<b>139</b>	<b>-75%</b>	<b>100%</b>

Fonte: MFFE

164. As restantes modalidades de BF em IRPC registaram igualmente acentuadas diminuições, sendo de destacar a Isenção Total e a Redução de Taxa que registaram reduções acima da média das modalidades (-75,2%), a saber: -86,6% e -79,6%, respetivamente.
165. Por sua vez, as modalidades correspondentes a Mecenato e Outras Majorações de Gastos e a Outros Benefícios registaram uma diminuição de -13,6% e -61,0%, respetivamente.

Gráfico 21 – Variação de receitas cessantes no período 2019 a 2021

(em milhões de CVE)



Fonte: MFFE

### 10.1.3. Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Setor de Atividade

166. No contexto de crise sanitária que assolou o mundo desde que a OMS classificou a covid-19 como pandemia, o setor da Indústria, não obstante ter sofrido uma redução de quase metade do valor registado em 2020, foi aquele que mais benefícios fiscais absorveu em 2021, cifrando-se a receita cessante deste setor em 47 milhões de CVE, ou seja, pouco mais de 1/3 do total dos benefícios consentidos pelo Estado de Cabo Verde em 2021.

167. Os setores do Turismo, das Instituições Financeiras e dos Transportes que em 2020 tinham ocupado a 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> posições, respetivamente, no ranking dos setores que mais benefícios fiscais absorveram, registaram em 2021 (cfr. Tabela 18, abaixo) diminuições superiores à média, designadamente de: -98,5%, -77,6%, -95,5%, respetivamente.

Tabela 18 – Despesa Fiscal em sede de IRPC, por Setor de Atividade

(em milhões de CVE)

Sector de Atividade	2019	2020	2021	Varição 21/20	Peso % 2021
Turismo	893	265	4	-98,5%	2,9%
Instituições Financeiras	124	101	23	-77,6%	16,3%
Indústria	156	88	47	-46,5%	33,9%
Energia	46	36	27	-26,2%	19,2%
Comércio	17	17	7	-59,8%	5,0%
Transportes	6	10	0	-95,5%	0,3%
Outros	52	44	31	-28,2%	22,5%
<b>Total_DGCI</b>	<b>1 294</b>	<b>561</b>	<b>139</b>	<b>-75%</b>	<b>100%</b>

Fonte: MFFE

168. Os restantes setores (a saber: Energia, Comércio e Outros) registaram diminuições de -26,2%, -59,8% e -28,2%, respetivamente.

#### 10.1.4. Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Concelho

169. De acordo com a Tabela 19, em baixo, os concelhos que tradicionalmente mais despesas fiscais geram (Sal, Boavista, Praia e S. Vicente) absorveram em 2021 cerca de 80% dos benefícios fiscais consentidos nesse ano, contra os 95% registados no ano anterior. Em termos absoluto, esses 4 concelhos foram responsáveis pela absorção de 112 milhões de CVE, ou seja, apenas 21% do total absorvido pelos mesmos no período homólogo anterior:

Tabela 19 – Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Concelho – Ano 2021

(em milhões de CVE)

Localização	Nº	Montante	Peso
Sal	7	6	4,3%
Praia	32	57	41,2%
S.Vicente	15	48	34,6%
Boavista	3	1	0,5%
Porto Novo - SA	2	1	0,7%
Ribeira Grande - SA	2	1	0,5%
Sta Catarina - ST	1	0	0,2%
Tarrafal -SN	1	1	0,6%
Mecenato e Outras Majorações de Custos*	DIV	24	17,6%
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>139</b>	<b>100%</b>

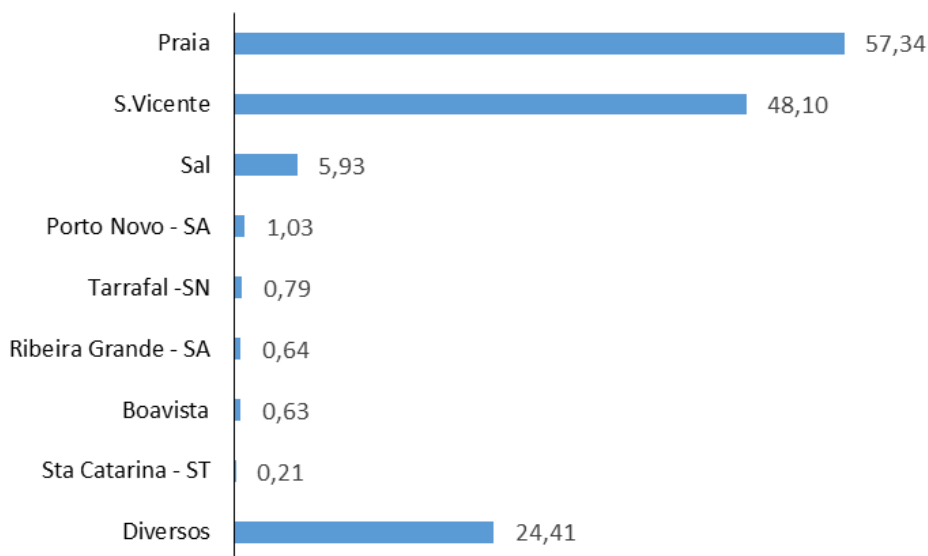
Fonte: MFFE

170. Para este desempenho a nível dos concelhos acima referidos contribuíram fundamentalmente as seguintes empresas: Concelho da Praia - Cabeólica, SA (26 milhões CVE) e Banco Cabo-verdiano de Negócios (17 milhões CVE); Concelho de S. Vicente - Moave, SA (19 milhões C) e Frescomar, SARL (17 milhões CVE); Concelho do Sal - Porto Antigo Services, Lda (3 milhões CVE) e Distribuidora do Arquipélago, Lda (2 milhões de CVE); e Concelho da Boavista - Hotel Boavista (0,6 milhões de CVE).

171. Representação gráfica da distribuição de benefícios fiscais pelos diferentes concelhos do País:

Gráfico 22 – Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Concelho – 2021

(em milhões de CVE)



#### 10.1.5. Despesa Fiscal em sede do IVA – Interno, por Modalidade de BF

172. A despesa fiscal derivada da concessão de benefícios fiscais em sede do IVA (mercado interno) registou, em 2021, um aumento de 16,1% face ao valor registado em 2020.

173. De referir que essa variação positiva foi impulsionada fundamentalmente pelo aumento do consumo de bens essenciais (sujeitos à Taxa 0) e, numa escala mais reduzida, pela redução da taxa do IVA no setor do turismo de 15 para 10%:

Tabela 20 – Despesa Fiscal em sede de IVA Interno, por Modalidade de BF

(em milhões de CVE)

Modalidade de Despesa Fiscal	2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Isenção Completa (Taxa 0%)	5 475	6 579	7 375	12,1%
Taxa Especial (2,5%)	203	376	225	-40,1%
Taxa Reduzida (10%)			406	-
Isenção Simples	527	229	368	60,5%
Restituição do IVA	67	53	29	-45,2%
<b>Total IVA - Mercado Interno</b>	<b>6 271</b>	<b>7 237</b>	<b>8 403</b>	<b>16%</b>

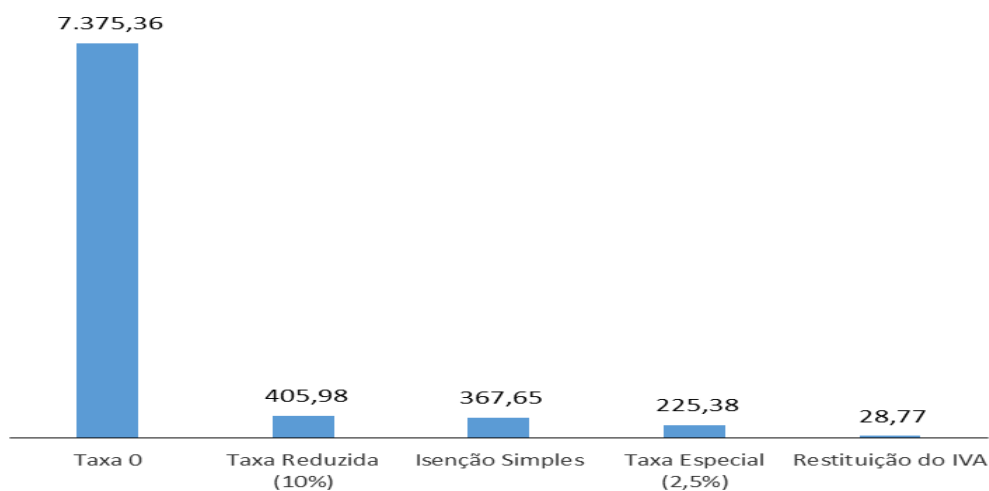
Fonte: MFFE

174. De resto, excetuando a modalidade de Isenção Simples (serviços essenciais) que registou em 2021 um incremento de 60,5%, comparativamente ao valor registado no período anterior, as restantes modalidades, a saber: IVA Taxa Especial (Gás-Butano) e IVA Restituições (devolução do IVA às representações diplomáticas) registaram uma variação negativa de -40,1% e -45,2%, respetivamente.

175. Representação gráfica da despesa fiscal em sede do IVA mercado interno:

Gráfico 23 – Variação de receitas cessantes no período 2019 a 2021

(em milhões de CVE)



Fonte: MFFE

## 10.2. Análise da Renúncia Fiscal a Nível da DGA

### 10.2.1. Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por impostos

176. A renúncia fiscal em sede dos tributos de natureza aduaneira, registou em 2021 um decréscimo de 14,8%, passando de 4.430 milhões de CVE em 2020 para 3.776 milhões de CVE em 2021.

177. De notar que de entre os tributos aduaneiros o ICE (Imposto s/ Consumo Especial) foi o único que em 2021 registou uma variação positiva, passando de 291 milhões de CVE em 2020 para 580 milhões de CVE em 2021.

Tabela 21 – Despesa Fiscal em sede de IVA Interno, por Modalidade de BF

(em milhões de CVE)

Isenções, por Imposto	2019	2020	2021	Variação		Ise/Total (%)
				Abs.	%	
Direitos de Importação	1 969	1 632	1 437	-195	11,9%	38,1%
Taxa Comunitária	50	46	42	-4	-8,7%	1,1%
Imposto s/ Consumos Especiais	504	291	580	289	99,3%	15,4%
IVA - Importação	2 250	2 461	1 717	-744	30,2%	45,5%
<b>TOTAL_DGA</b>	<b>4 773</b>	<b>4 430</b>	<b>3 776</b>	<b>-654</b>	<b>-14,8%</b>	<b>100%</b>

Fonte: MFFE

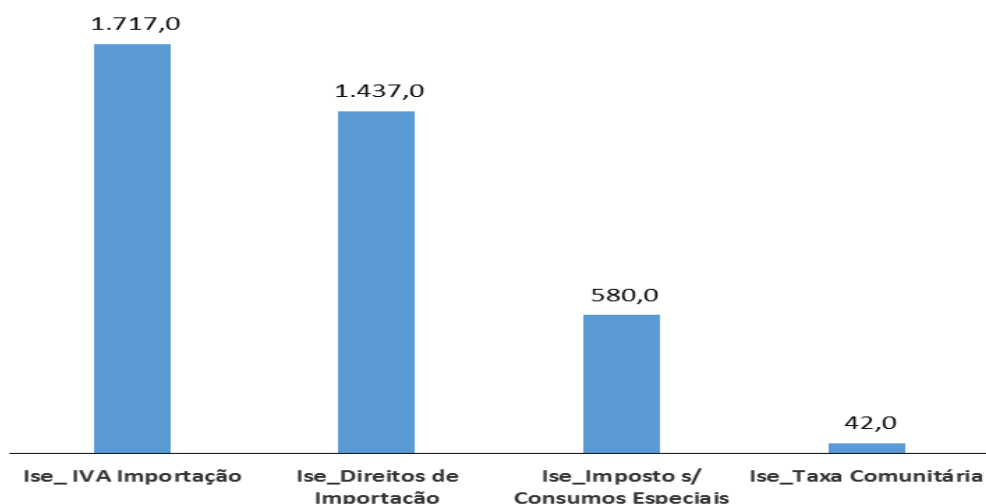
178. Importa realçar que o IVA-importação apesar de ter sofrido uma redução na ordem dos 30% em 2021 face a 2020, continua, ainda assim, a ser o imposto em termos de geração de despesa fiscal com maior peso (45,5%) a nível da DGA.

179. Os restantes tributos (Direitos de Importação e Taxa Comunitária) registaram em conjunto uma redução de cerca de 20%, o equivalente a 199 milhões de CVE, face ao valor registado em 2020.

180. Representação gráfica da despesa fiscal em sede dos tributos de natureza aduaneira:

Gráfico 24 – Despesa Fiscal a nível de impostos de natureza aduaneira – 2021

(em milhões de CVE)



Fonte: MFFE

### 10.2.2. Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por Sector de Atividade

181. Contrariando a tendência verificada de há uns anos a esta parte, o setor NRRD - Não Residentes Regressados Definitivamente ao país - foi aquele que mais benefícios fiscais absorveu em 2021, consumindo 28% (1.059 milhões de CVE) do total de benefícios fiscais consentidos pelo Estado de Cabo Verde a nível da DGA nesse ano.

182. Na segunda posição (cfr. Tabela a seguir), com pouco mais de metade do valor registado pelo setor NRRD em 2021, figura o setor da Indústria que absorveu 14,1% do total consentido no período em análise, correspondendo em termos absolutos ao valor de 431 milhões de CVE)

Tabela 22 – Despesa Fiscal de natureza aduaneira, por setor de atividade

(em milhões de CVE)

SECTOR DE ACTIVIDADE	2019	2020	2021	Varição 21/20
TURISMO	1 681	1 268	349	-72,5%
INDÚSTRIA	664	581	531	-8,6%



SECTOR DE ACTIVIDADE	2019	2020	2021	Varição 21/20
NRRD	830	469	1 059	126,0%
AJD - PROJETOS DE OBRAS PÚBLICAS	399	461	197	-57,2%
SAÚDE	43	300	177	-40,9%
AJUDAS AO DESENVOLVIMENTO	168	226	139	-38,4%
AJD - SERV. PUBLICOS (EXCETO AUTARQUIAS)	98	225	275	22,5%
MARINHA MERCANTE E IND.T. MARITIMOS	96	192	39	-79,9%
AJD - AUTARQUAIS LOCAIS	58	84	27	-67,6%
AUTARQUIAS LOCAIS	64	73	19	-73,8%
EMPRESAS FRANCCAS	83	63	75	17,4%
TELECOMUNICAÇÕES E INTERNET	14	60	180	200,3%
AJD - CONFISSÕES RELIGIOSAS	38	46	170	268,3%
TAXIS	99	34	50	47,1%
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA	22	32	29	-9,8%
PESCAS	27	29	20	-30,4%
TRANSPORTES AEREOS	95	21	17	-19,6%
REG. ESPECIAL MICRO E PEQ. EMPRESAS	25	21	44	111,3%
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	11	15	15	2,5%
OUTROS	260	230	363	57,8%
<b>TOTAL</b>	<b>4 773</b>	<b>4 430</b>	<b>3 776</b>	<b>-14,8%</b>

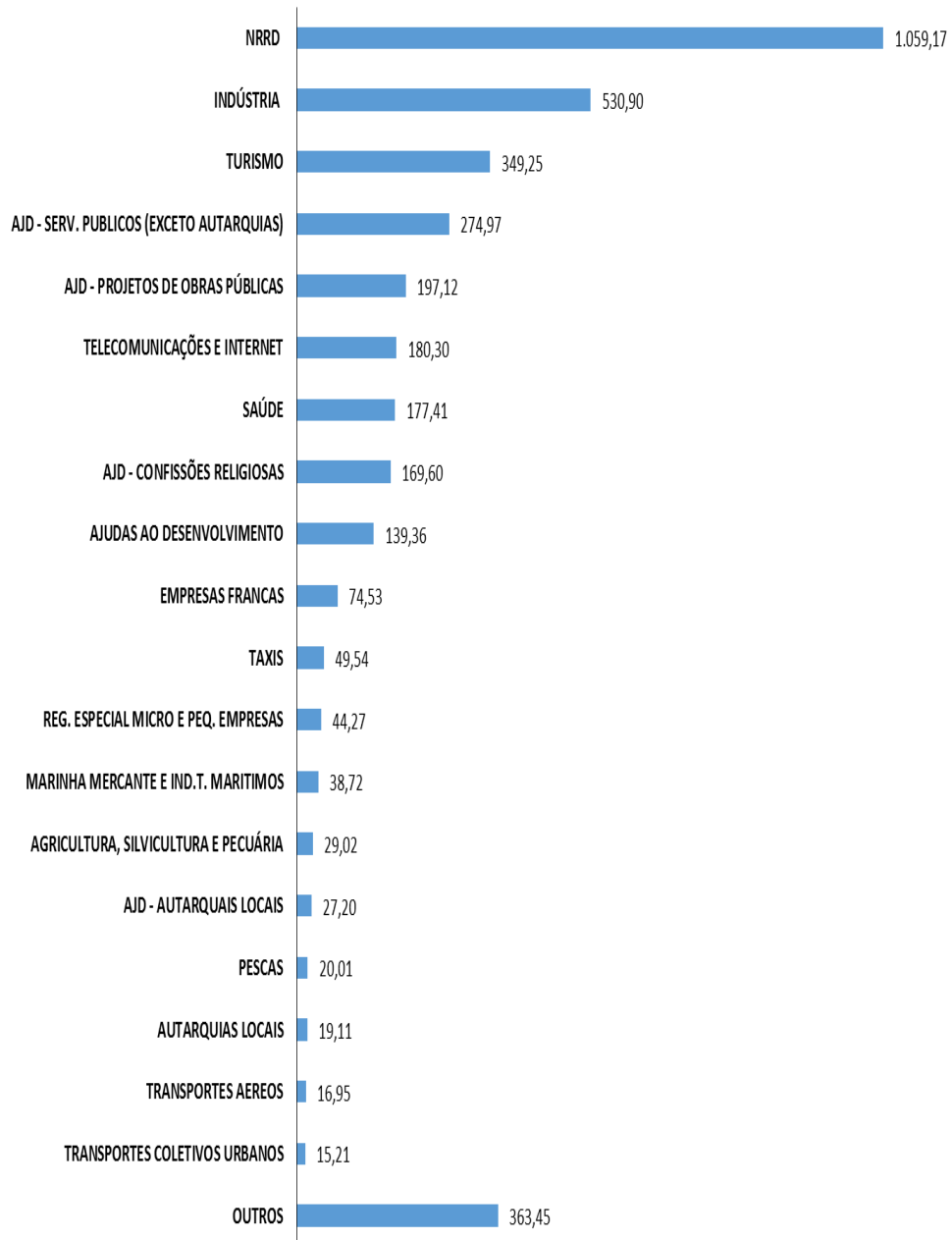
Fonte: MFFE

183. Refira-se que o setor do Turismo que tradicionalmente ocupava a 1ª posição, em termos de absorção de benefícios fiscais, sofreu em 2021 uma redução de 72,5% (-919 milhões de CVE), quedando-se na 3ª posição no ranking dos setores que mais benefícios fiscais absorvem.

184. Representação gráfica da Despesa Fiscal de natureza aduaneira, por setor de atividade em 2021:

Gráfico 25 – Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por Setor de Atividade - 2021

(em milhões de CVE)



Fonte: MFFE

### 10.2.3. Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por Casa Fiscal

185. Conforme indicado no quadro 23, em baixo, em 2021 os benefícios fiscais concedidos através da Alfândega da Praia ascenderam os 2.409 milhões de CVE, valor que representa 63,8% da despesa fiscal de natureza aduaneira consentidas pelo Estado de Cabo Verde nesse ano. Refira-se que se a este valor se adicionar os 130 milhões de CVE de benefícios fiscais consentidos através da Delegação Aduaneira do Aeroporto da Praia obter-se-á o valor de 2.540 milhões de CVE, o que equivale dizer que mais de 2/3 dos benefícios fiscais de natureza aduaneira concedidos pelo estado de Cabo Verde em 2021 tiveram lugar no Concelho da Praia.

Tabela 23 – Despesa Fiscal de natureza aduaneira, por Casa Fiscal

(em milhões de CVE)

CASA FISCAL	2020		2021		Var 21/20
	Valor	Peso	Valor	Peso	
D.A. da Furna	3	0,1%	3	0,1%	-2,0%
D.A. de Sal-Rei	72	1,6%	58	1,5%	-18,2%
D.A. de S.Filipe	20	0,5%	58	1,5%	189,8%
D.A. dos Mosteiros	1	0,0%	5	0,1%	573,3%
D.A. do Porto Inglês	6	0,1%	21	0,6%	278,3%
D.A. do Porto Novo	24	0,5%	25	0,7%	3,7%
Alfandega do Sal	1 443	32,6%	371	9,8%	-74,3%
D.A. do Tarrafal - SN	17	0,4%	15	0,4%	-13,2%
Alfandega da Praia	1 955	44,1%	2 410	63,8%	23,3%
D.A. Aeroporto da Praia	215	4,8%	130	3,5%	-39,3%
D. A de Assomada	5	0,1%	12	0,3%	160,4%
Alfandega do Mindelo	646	14,6%	618	16,4%	-4,4%
D.A. Aeroporto de S.Pedro	25	0,6%	51	1,3%	99,1%
<b>TOTAL</b>	<b>4 430</b>	<b>100%</b>	<b>3 776</b>	<b>100%</b>	<b>-14,8%</b>

Fonte: MFFE

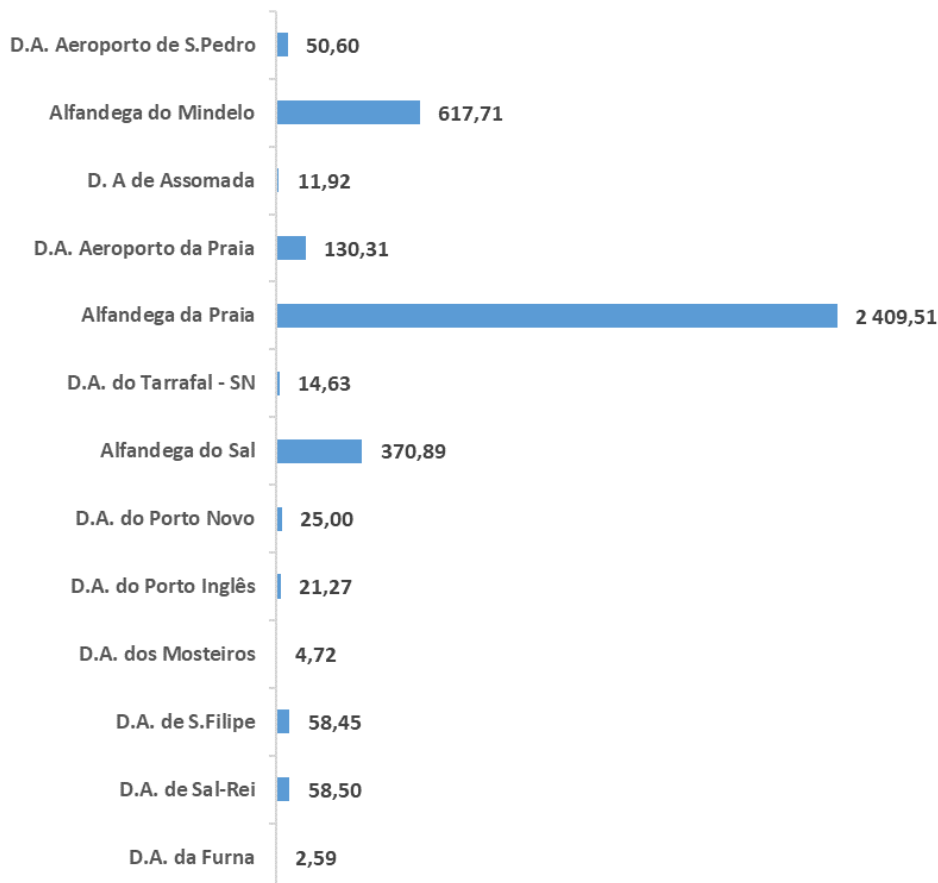
186. Por sua vez, o Concelho de S. Vicente, que alberga duas casas fiscais, a saber: Alfandega de Mindelo (618 milhões de CVE) e Delegação Aduaneira do Aeroporto de S. Pedro (51 milhões CVE), ocupa a 2ª posição no ranking dos concelhos que mais benefícios fiscais consentiram em 2021, com um total de 668

milhões de CVE, representando 17,7% do total dos benefícios aduaneiros concedidos em 2021.

187. Na 3ª posição figura o Concelho do Sal, que detém apenas uma casa fiscal - a Alfândega do Sal -, através da qual foram concedidos 370 milhões de CVE de benefícios fiscais, representa pouco menos de 10% da totalidade da despesa fiscal de natureza aduaneira consentida nesse ano.
188. O remanescente da despesa fiscal de natureza aduaneira gerada no período em análise coube às restantes casas fiscais, cifrando-se o valor gerado em 197 milhões de CVE, o correspondente a 5,2% do total dos benefícios fiscais de natureza aduaneira concedidos em 2021.

Gráfico 26 – Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por Casa Fiscal – 2021

(em milhões de CVE)



Fonte: MFPE

### 10.3. Estimativa da Receita Cessante para o Ano 2023

189. De acordo com as diretrizes do OE 2023, a economia deverá crescer cerca de 4,8% no ano económico 2023. Atendendo que em 2021 foram celebradas 5 convenções de estabelecimentos, as quais só uma encontra-se em implementação (Hotel Four Points by Sheraton Mindelo), tendo em conta que as restantes convenções poderão ser implementadas no decurso do ano 2023, assim como as 4 convenções de estabelecimento celebradas no último Fórum sobre Investimentos realizado em junho de 2022, na Ilha do Sal (a saber: Brava - o Destino, Ponta Serena, Remodelação Riu Karamboa e Serviço Público Aeroportuário - Vinci), estima-se que as receitas cessantes para o ano económico de 2023 evoluam da seguinte forma:

Tabela 24 – Estimativa da Receita Cessante da DGCI para o Ano Económico 2023

(em milhões de CVE)

BENEFÍCIOS FISCAIS	2019	2020	2021	2022 (Proj)	2023 (Est)
Isenção Total	373	130	17	33	43
Redução de Taxa	235	172	35	6	8
Crédito Fiscal ao Investimento	660	231	62	168	223
Mecenato de Custos	23	28	24	3	3
Outros Benefícios	4	0	0	0	0
IVA- Mercado Interno	6 271	7 237	8 403	8 487	8 572
<b>Total BF_DGCI</b>	<b>7 565</b>	<b>7 798</b>	<b>8 542</b>	<b>8 696</b>	<b>8 850</b>

Fonte: MFFE

Tabela 25 – Estimativa da Receita Cessante da DGA para o Ano Económico 2023

(em milhões de CVE)

BENEFÍCIOS ADUANEIROS	2019	2020	2021	2022 (Proj)	2023 (Est.)
Direitos Aduaneiros	1 969	1 632	1 437	1 313	1 563
Taxa Comunitária	50	46	42	34	41
Imposto nsobre Consumo Especiais	504	291	580	636	757
IVA - Importação	2 250	2 461	1 717	1 481	1 763
<b>TOTAL BF_DGA</b>	<b>4 773</b>	<b>4 430</b>	<b>3 776</b>	<b>3 465</b>	<b>4 123</b>

Fonte: MFFE

**Tabela 26** – Estimativa da Receita Cessante DGCI e DGA para o Ano Económico de 2023

(em milhões de CVE)

BENEFÍCIOS FISCAIS E ADUANEIROS	2019	2020	2021	2022 (Proj)	2023 (Est)
Direção Geral das Contribuições e Impostos	7 565	7 798	8 542	8 696	8 850
Direção Geral das Alfândegas	4 773	4 430	3 776	3 465	4 123
<b>TOTAL BF_DGCI+DGA</b>	<b>12 338</b>	<b>12 228</b>	<b>12 318</b>	<b>12 160</b>	<b>12 972</b>

**Fonte:** MFFE





## 11. DECLARAÇÃO DE RISCOS



